

22

SECÂO

ANO XXIII - N.º 20

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE

CONGRESSO NACIONAL

SESSAO CONJUNTA

Em 14 de fevereiro de 1968, às 21.30 horas

(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2, de 1968 (CN), que acrescenta itens ao art. 165, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo Purecer, sob nº 2, de 1968 (CN), da Comissão Mista: sôbre o Projeto — favorável com emenda de nº 5 R; sôbre as emendas — favorável com subemenda à de nº 4 e contrario às de ns. 1, 2 e 3.

SESSAO CONJUNTA

Em 15 de fevereiro de 1968, às 21,30 horas (QUINTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1968 (CN), que fixa ou efetivos dos Quadros de Oficiaisi Generais Combatentes e de Ofi-

ciais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército, tendo Parecer, sób nº 3, de 1968 CN), de Comissão Mista: sobre o Projeto — lavoravel com emenua de nº 3 R; sobre as emendas — contrário.

Faço saber que o Congresso Nacional aproyou, nos têrmos do art. parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1968

Aprova a texto do Decroto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1867 altera os critérios de distribuição do Impúrio Unico sóbre Energia ane altera os Elstrica e då outraz providências.

Art. 1º E' aprovado o texto do Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro do 1967, que altera os critérios de distribuição do Impôsto Unico sóbre Energia Elétrica e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de fevereiro de 1968.

Aura Moura

Presidente do Senado Federal

Publicado no D.C.M. (Seção II) do 9 de fevereiro de 1968 e que publica por tar saído com incorreção.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos têrmos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinta

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1968

Suspende a execução do § 3º do artigo 8º da Let nº 2.081, de . 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos têrmos da decisão definitiva do Supremo Tribuna! Federal, proferida, em sessão plenária de 31 de maio de 1967, no Recurso em Mandado de Segurança rº 14.511, a execução do § 3º do artigo 8º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 1963

__AURO MOURA ANDRADE Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senaco Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos têrmos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, premulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1968

Terna sem efeito a nomeação de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, caudidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo.

Artigo único. Fica sem efeito a nomeação feita de acôrdo com o art. 35. alinea "c", item 2, da Resolução nº 2, de 1959, de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, em virtude do accurse do prazo legal.

Senado Federal

Auro Moura Andrade Presidente do Senado Federal

ATA DA 24ª SESSÃO, EM 13 DE FEVEREIRO DE 1968

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, EDMUNDO LEVI E ANDRADE, EDMU GUIDO MONDIN.

> As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Oscar Passos Edmundo Levi Cattete Pinheiro Clodomir Milet Menezes Pimentel

Wilson Gonçalves Argemiro de Figueiredo José Leite Aloysio de Carvalho Carlos Lindemberg Raul Gluberti Paulo Torres Aarão Steinbruch Vasconcelos Tôrres Aurélio Vianna Gilberto Marinho Benedicto Valladares Nogueira da Gama Lino de Mattos Moura Andrade Pedro Ludovico Fernando Corrêa Ney Braga Mello Braga

Attílio Fontana Guido Mondin Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem devate.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sôtire a me-sa, oficio que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

MINISTERIO DO EXERCITO

GABINETE DO MINISTRO

Escalão Avançado

Brasilia, DF, 12 de fevereiro de 1968 Ofício nº 186-38

Ass. Parl.

Senhor Secretária.

Incumbiu-me o Exing. Sr. Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, de comunicar a Vossa Exa., que comparecerá ao Senado Federal, no próximo día 15 de fevereiro, às 15 horas, ateudendo convocação do Exmo. Sr. Senador Mário Martins. — Antônio Bandeira Co-

ronel Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro do Exército.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Conforme acaba de ser lido, o Ministro do Exèrcito, Sr. General Aurèlio de Lira Tavares, comparecerá ao Senado no próximo dia 15, depois de amanhã, às 15,00 horas, atendendo à convocação do Sr. Senador Mário Martins, que deverá encaminhar à Mesa, nos têrmos do Regimento Interno, a relação dos quesitos de sua arguição ao Senhor-Ministro do Exércto. a fim de nhor Ministro do Exércto, a fim de que seja dado prévio conhecimento da matéria a S. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Se-cretario procederá à leitura de ofi-cios recebidos da Câmara dos Deputados.

São lidos os seguintes:

Brasilia, 8 de fevereiro de 1966.

Nº 682

Comunica rejeição do Decreto-lei nº 346, de 1967.

Senhor Secretário,

Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados, em sessão de 7 de fevereiro do corrente ano, aprovou o parecer da Comissão de Constituição e Justica pela inconstitucionlidade do Decreto-lei nº 346, de 28 de dezembro de 1987, que dispõe sôbre a utilização facultativa dos serviços de aduaneiros, altera c despachantes Dzereto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

Outrossim, levo ao conhecimento de Nossa Excelência que a referra proposição foi, nesta data, enviada ao Arquivo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais dis-tinta consideração. — Henrique La Rocque.

Brasilia, 9 de fevereiro de 1963. N2 690

Comunica rejeição do Decreto-lei n° 347, de 1967.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Tenho a nonra de comunicar a vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senaco Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou o Parecer nº 21-68, ua Comissão de Constitução e Justiça, pela inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 347, de 29 de dezembro de 1967, que dispõe sôbre a entrega das parcelas, pertencentes aos municípios do produto da arrecadação do Impôsto sôbre circulação de mercadorias.

Outrossim, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada ao Arquivo.

Aproveito a oportunidade para re-novar a Vossa Excelência os protes-tos da minha alta estima e mais dis-tinta consideração. — Henrique La

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido será encaminhado à Secretaria Geral da Presidência, para as devidas anotações:

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Sôbre a mesa Projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR - GERAL

ALPERTO DE BRITTO PEREIRA

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEME DA SEÇÃO DE REDAÇÃS FLURIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SECÃO II

moresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional - BRASÍLIA

E' lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO EFNADO . Nº 13, de 1968

Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção cu aquisição de Moradia.

O Congresso Nacional decreta;

Art. 1º São as Caixas Econômicas. Federais, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e demais instituições oficiais congêneres autorizados a conceder financiamento, para construção ou aquisicão do unidades residenciais, a quem possua casa propria, desde que comprovado:

I — possuir o interessado, no caso de construção, terreno de sua proprie-dade, para êsse fim; II — ter margem consignável. em

ter margem consignávél em sua remuneração, sufficiente ao atendimento de novozônus III — estar em

cimento de novo/enus;

III — estar em dia com o pagamento do imóvel anteriormente adquirido, com prestações realizadas há mais de 2 (dois) anos.

Art. 2º Esta lei intra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

em contrário.

Justificação

A legislação vigente, relativa ao processos de financiamentos de residências, porque limita a concasso los mesmos apenas Lara atendimento das necessidades de casa própria, cria, por esse efeito, um estado de impertrofia dentro da política de desenvolvimento nacional, impedinto a porticipação nacional, impedinto a conticipação nacional, impedinto a conticipação nacional, impedinto a conticipação nacional, impedinto a conticipação nacional de cura d participação, nesse processo, dos que possuem condição econômica capaz de enfrentar novo or is no campo da construção civil.

construção civil.

De fato, já estando pràticamente superados os planejamentos de investimento no campo de financiamento para a aquísição de casa própria e sendo grandes os recursos disponyois das instituições oficieis que operam no ramo, não parece justo fiquem esses saldos paralisados, quando poderiam ser utilizados em planos que garantiza reinvestimentos securos.

rão reinvestimentos seguros,
O projeto, pois, sem prejudicar a
programática em vigor, oferece solucão ao problema, cercando-o das indispensáveis cautelas.
Sala das Sessõels, em 13 de feve-

reiro de 1968. — Lino de Matos

As Comissões de Constituição e Justiça, de Echnomia, de Legisla-ção Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Foram enca-minhados à Mesa os seguintes requerimentos de informações:

- do Senador Vasconcelos Tôrres, pedindo informações ao Ministério da

Educação e Cultura.
— do Senador Josaphat Marinho,
pedindo informações ao Ministério da Justica,

— do Senador Lino de Matos, ne- (Moura Andrade) — O requeri nen- tos dos produtores e a desarticulação dindo informações ao Ministério do to lido, depois de publicado, será inda economia leiteira interna e, final-Planejamento e Coordenação Geral; cluído em Ordem do Dia.

do Senador Vasconcelos Tôrres. pedindo informações ao Banco Central da República do Brasil;

do Senador Vasconcelos Tôrres, pedindo informações ao Ministério da Educação e Cultura;

do Senador Vasconcellos Tôrres, pedindo informações ao Ministério da Saude:

— do Senador Vasconelos Tôrres, pedindo informações ao Ministério das Minas e Energia e ao da Saúde.

Os requerimentos anunciados serão, após despacho da Presidência, publicados no Diario do Congresso.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sôbre a Mela requerimento de convecação do Sr. Ministro da Agricultura, que será Edo pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido ò seguinte

REQUERIMENTO Nº 80, de 1968

(Do Senador Vasconcellos Tôrres)

Sr. Presidente:

Nos têrmos da Constituição do Brasil e do Regimento Interno, re-queiro, ouvido o plenário, seja con-vocado o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, a comparecer perante o pla-nário do Sanado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a im-portação de leite em pó, que tem, com a sua continuidade, ameaçar de aniquilamento a pecuária leiterra, principalmente nos Estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, apontando as providências para debelar essa grave crise no selo. da sua Pasta, bem como se foi planeja-da, no Ministerio, a proibição total e a qualquer título, das importações de leite em pó e dos demais derivados do leite.

Requeiro, ainda, que conste como objeto da presente convocação, o exa-me de medidas tendentes ao incentivo do consumo de leite; a revisão de acôrdos internacionais de importação, e se existe estudo para dar sentido econômico de profundidade à economia leiteira, visando garantir o consumo nacional e fazer com que o produto possa ser adquirido pelas populações a baixo poder aquisitivo; os inconvenientes da importação correiaconvenientes da importação todicinal e cionadas com a produção nacional e os desestimulos de novos investi rentos dos produtores e a desarticulação da economia leiteira interna e, final-mente, sóbre o montante dos donati-vos de leite em pó, sabendo-se que a dadiva é transitoria, e que o consu-midor corre inegavel risco de ter que uagar mais, logo se interrompa a fase de benemerência, que merece, evidentemente, louvação, mas não à custa do desaparecimento das grandes bacas leiteiras do pais.

Sala das Sessões, em 13 de fegereiro de 1988. — Vasconcelos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE;

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - A Presidenc.a recebeu resposta ao pecido de informações nº 1.120, de 1967, de autom do Sr. Senador Rui Palmeira, enviado pelo Ministério de Saúde.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu oficio do Sr. Ministro des Comunicações, informando estar dilgenciando no sentido de ultimar a resposta ao Requerimento nº 1.166, de 1967, de autoria do Sr. Senador Liro de Mattos; para oportuno encaminha-mento a esta Casa.

O Plenário deverá deliberar sobre se concede nova prorrogação de praro, por trinta dias, ao Sr. Ministro das

Comunicações. Se nenhum dos Srs. Senadores se manifestar em contrário sera concedida a prorrogação de 30 dias, selicitado pelo Ministro das Comunidações. (Pausa).

A Presidência oficiará a S. Exa, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sôbre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 81, de 1968

Nos têrmos do art. 212, letra ul do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Vereador Geraldino Martins de Barros, na Câmara Municipal de Corumba, Mato Grosso, sobre assunto que tratei há pouco nesta Casa do Congresso. Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 1963. — Banedicto Valladares

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - O Requerimento que acaba de ser lido será nubli-cado e incluido em Ordem do Dia.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

Peço a palavra para encaminhar requerimento à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Vasconcelos Torres, por cinco minutos, para en-caminhar requerimento.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Sem revisão do orador) - Senhor Presidente, estou enviando à Mesa os seguintes requerimentos:

Nos têrmos da Constituição do Brasil e do Regimento Interio, re-Brasil e do Regimento Interilo, requero, ouvido o plenário, seja convocado o Exm? Sr. Ministro da Agricultura, a comparecer perante lo plenário do Senado Federal, a fim diprestar esclarecimentos sobre la importação do leite em po, que vem, com la sua continuidade, ameaçar de antiquilamento a pecuária leiteira, príncipalmente nos Estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, apontando as providências paral debelar essa grave crise no setor da sua Pasta, bem como foi planejada, no Ministério, a proibição total e a qualquer título, das importações de leite em pó e dos demais derivaços do leite.

Requeiro, ainda, que conste como objeto da presente convocação, o exame de medidas tendentes ao incentivo do consumo de leite; a revisao de acôrdos internacionais de importação e se existe estudo para dar sentido combinis de profundidada a consumirado de sentidos de sen e se existe estudo para dal sentido económico de profundidade a econo-mia leiteira, visando garantir o con-sumo nacional e fazer com que o pro-duto possa ser adquirido polas populações a baixo poder aquisitivo; os in-convenientes da importação correla-cionadas com a produção nacional e os desistímulos de novos investimen-tos dos produtores e a desarticulação

yos de leite em pó, sabendo-se que a dádiva é transitória, e que o consu-midor corre inegável risco de ter que pagar mais, logo se interrompa a fase de benemerência, que merece, eviden-temente, louvação, mas não à custa do desaparecimento das grandes bacias leiteiras do Pais.

Sr. Presidente alem deste requerimento há outros que ora encaminho a Mesa dirigidos ao Ministério de Educação e Cultura, Departamento do Patrimônio Artístico e Histórico Na-cional, sobre condições deploráveis da Casa de Santos Dumont, em Petrópo-lis, Estado do Rio de Janeiro; ao Mi-nistério das Minas e Energia e da Saúde, sobre extração ilegal de-ta-batinga pela Cerâmica Guaraciaba, batinga pela Cerámica Guaraciaba, em Coelho da Rocha, São João lu Meriti, Estado do Rio; ao Ministério da Saúde, sôbre surto de poliomielite no município de Nilópolis, Estado do Rio; ao Ministério da Educação e Cultura, Campanha Naciona: da Alimentação Escolar, sôbre fornecimento de material às Escolas do município de Itagera Estado do Rio de nicipio de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro e ao Banco Central da República do Brasil, sôbre lançamento de quotas de Fúndos Mútuos de Investimentos ao portador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presl-dente. (Muito bem!).

9 SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palava o Sr. Senador Arthur Virgilio.

9 SR. ARTHUR VIRGILIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quem abriu os jornais de hoje deparou com o que vou ler. E' o "Jornal do Brasil" em um editorial intitulado "Navalha na Carne'': (Lê)

"Profissionais do teatro e do cinema, escritores, arquitetos e ac-tistas plásticos fora montem ao Ministro da Justiça, num protesto coletivo contra os últimos crimes da Censura. O Ministro, que não estava no Rio, marcou hora para hoje, e já se pode antecipa: que repetirá o que já tem dito: nomeou um grupo de trabalho para reformular o exercício da Cen-

Mais adiante:

"Os dois últimos crimes da Cen-"Os dois últimos crimes da Cen-sura mostram o crescendo de des-potismo com que age no Brasil essa fórça de obsscurantismo: atingiram uma peça norte-ameri-cana antiga, já clássica no reper-tório mundial, e uma peça de res-peitador autor brasileiro, levada em 1966 em Lisboa, diante do Pre-sidente Américo Tomás, do Em-baixador do Brasil e autoridages portuguêsas e do Corpo Diplomáportuguêsas e do Corpo Diplomá-tico em geral".

E ainda:

"Os teatros fechados e prejudicados exigem do Ministro um gesto de energia e desassombro e uma garantia de dias limpos para o desenvolvimento da cultura brasilei-

E o "Diário de Noticias", Sr. Présidente, também de hoje:

"O País está escandalizado esta é a palavra — com o arrô-cho do Serviço de Censura, em Brasilia, sôbre o teatro e o cinema".

Mais adiante:

"Os fatos, que já mereceram re pulsa do Conselho Federal de Cultura e provocam a reação una-nime da imprensa, são por demais agressivos para que possamos si-

E ainda:

cial do Ministério da Justica, compromeia no pais e no exterior a magem intelectual do seu governo. O povo brasilei os, e porque não entende esta hostilidade ao teatro — que não se verificou na Getúlio Vargas a Castello Branca – não tem gúvida de que o Serviço de Censura se esforça para para criar uma imagem talsa do govêrno e do presidente da Repu-

A Folha de São Paulo:

"Não tivesse impricações muito graves e não refletisse um estado ue espirito que precisa ser combatido a 1000 custo, a decisão da censura de impor cortes a peça "Um Bonde Unamado Desejo", le Tennessee Williams, seria apenas risivel, tal a sua faita de cabi-mento".

E o "Correlo da Manhã";

"O Juiz da 1ª Vara Federal em Brasilia gerrubou a medida arbitraria da Censura, que suspenceu por um mes a apresentação peça "Um Bonde Cnamaco De-sejo", de Tennessee Williams".

Sr. Presidente, depcis de ler isso, eu indago: Ate quando esta Nação continuara vivendo son o império da poçatidade e da ignorancia? Ate quanesta Naçac vai continuar tole ando que homens que não foram e não esao preparados para o exercício de de-terminadas runções publicas rebaixem dessa forma a cultura brasileira? Não se sabe até quando, Sr. Presidente.

O falo a que assistmos e retratado nos mais imparciais orgãos da im-prensa orasileira, como se não bas-casse um General Turola incrustado no Ministério da Educação - que cercamente pode entender de tudo, me-nos de educação — a interferir na orientação que aquêle Ministério deva dar ao ensino brasileiro, a exigir atestacco ideologico dos funcionarios, ha um outro General, o Generia Façanha, Unefe da Censura Federal, que entende de censurar uma peça como essa "Um Bonde Chamado Desejo" Lemolo-lus de te-la vista há mais de quatro anos, nada tem de ofensa a moral, nada tem de prejudicial aos bons costumes; em verdade, é uma obra de arce aplaudida no mundo inteiro; mas êsse censor, no desejo de servir, de agradar, so porque ali se fala em goriias; so porque ali se fala em galinhas; so porque ali se usa uma outra expressão mais forte, entende de impedir a encenação.

O Sr. Vasconcellos Tôrres — Permite-me V. Exã um aparte?

O SR. ARTHU RVIRGILIO - Com muito prazer!

O Sr. Vasconcellos Torres meios culturais do Brasil estao estarrecidos com essas medidas esquisitas. inexplicáveis, retrógradas, de uma censura despreparada intelectualmente, e que, no meu modo de entender, prejudica o Governo e ca a impres-são, lá fora, de que estamos prati-cando, em nosso Pais, uma discriminação contra a arte. Sem querer fa-zer trocadilho, eu diria que, vetanco a peça "Um Bonde Chamado Deseerrado; não poderá ir até o fim da linha! V. Exª, eminente Senador Ar-thur Virgllio, sabe que, em horas di-fíciels da vida política do Brasil, o folosida Marsakol. Costallo Brasil, o falecido Marechal Castello Branco. aos sábados e domingos, ia aos tea-tros. Algumas das peças censuradas foram assistinas por S. Ex³.

O SR. ARTHUR VIRGILIO Petmita-me, Sr. Schador, fazer uma ligeira interrupção em seu aparte, pa-

O Sr. Vasconcellos Torres — Lina que V. Exa acaba de communa fabulosa artista Tona Carrero, cujos e que V. Exa acaba de communa inestimáveis serviços à arte teatral se aparte, honesto e corajoso, qua inestimáveis serviços à arte teatral se aparte, honesto e corajoso, qua inestimáveis serviços à arte teatral se aparte, honesto e corajoso, qua inestimáveis serviços a inestimáveis serviços a constituir de la completa de communa teatro brasile ro trava anônimamente, uma luta constante para conquistar platéias, com um serviço cultural de primeira ordem. Eu quiria dar a minha orinião e espou sa isfeito de Vossa me ter concedico o aparte, pois tenho certeza abiolida de que o Pre-sidente da Republica, Malechal Costa e Silva, está sendo sabotado nesse aspecto: trata-se de um grupo intermediário, que não tem sensibilidade para a Arte, quando tabemos que o Primeiro Mandatário do País não pode estar a tempo e a hora fiscalizando êsses que procurem agradá-lo, mas que são homens sem porte cultural, são verdadeiros — estou falando na parte cultural, para não se confun-dir com a parte criminal — margidir com a parte criminal nais. Não aceito, não rosso conceber, esse cerceamento, e, neste ponto da não aceitação e tampém do não conceber, quero levar a minha solidariedade a todos os arcistas, a todos os autores teatrais. Não é possivel, não crivel, não hà nenhuma criatividade não há nenhuma moralidade não ha samento n nenhum aspecto sadio nessas provi- Lengras... dências esquisitas, tomadas pela censura federal e também estadual. Veja V. Exe um lado muito importante do problema: todos os jornais do Brasil, das mais diversas tendências ideológi. cas, se uniram no sentido de conde-nar a ação da censura. O "Jornal do Brasil", o "Globo", o "Correlo da Ma-nhã", o "Diário de Noticlas", o "Cor-reio Braziliense", folhas do sul ao norte do País, a una voce, manifestam o seu repúdio a is o que é o tema do seu discurso, e eu, Senador situacionista e homem que tem a responsabili-dade de integrar, aqui, os quadros da Aliança Renovacora Nacional, sou o primeiro à repelir. Esteja V. Exª certo de que não está falando sòzinho. Daqui lanço o meu apêlo ao Gabinete do honrado Chefe do Govêrno, para que substitua esses homens, que dem ser bedéis, fiscais de salão em gafieiras, mas nunca censores de pe-ças teatrais. Veja V. Ex² que, agora o teatro está pecando porque os au-tores não têm a liberdade de expres-são. Quando há aspecto subversivo, somos os primeiros a proclamar. caso, porém, são peças que alcança-ram sucessos nos Estados Unidos, tals como "Um Bonde Chamado Pessjo" e "O Poder Negro".

O SR. ARTHUR VIRGILIO Exatamente: "O Poder Negro" peça que focaliza o problema da discrimi-nação racial, foi exibida nos Estados

Unidos e, no nosso País, é proibida! O Sr. Vasconcelles Tôrres — Uma peça que teve repercussão, não apenas quanto à arte pròpriamente teatral, uma peça que teve repercussão rai, uma peça que teve repercussão não apenas na parte pròpriamente teatral, mas na parte sociológica. De maneira que esteja V. Exª certo— e estou convencido— o Presidente Costa e Silva, tem, nesse setur, necessidade urgente de transformação inadiável, porque - um Presidente que ainda sábado passado assistia, em Petrópolis, a concérto da imortal Guiomar Novais, é homem que também vai a teatro — não tanto quanto o Presidente Castello Branco —, é homem que é jornalista, escritor e não pede aceitar, e, tendo agora o recla-mo de V. Exª repercussão na imprensa e no Congresso. Sua Excelência há de fazer com que seja feita, isto sim a censura à Censura.
O SR. ARTHUR VIRGILIO ~

aparte com que me honrou V. Exa põe de manifesto que não estou fa-zendo um discurso político. Não é um lenciar".

Permita-me. Sr. Senador, fazer uma ligeira interrupção em seu aparte, para lembrar-lhe o fato de que uma das cardo um discurso político. Não é um arte, e que procuram torpedear quais-ra lembrar-lhe o fato de que uma das cardo um discurso político. Não é um arte, e que procuram torpedear quais-nomem de oposição que fala neste moder de servem à arte, que servem à sobiliza com o que está acontecendo na ciedade. Não falamos apenas — V., Censura, um pequeno órgão poli-tamente, Tónia Carrero, recentemente.

insultada, torpemente, soezmente, por a reação da imprensa, com a reação êsse Genaral raçanha Chefe do Serpe quilar, com a greve de artistas di leatro, em protesio contra es absurdo que se vêm verificando, últimamente

Em verdade, Sr. Presidente, é fin-possivel compreender que possa acoutecer o que vem acontecenco atuar-mente no Pais — enquanto perdemos divisas, alguns milhares de dolares em divisa, permitindo que circule liv.e-men.e nas nossas livrarias, nos acro-portes, um livro como ésse, de Hen.y Miller, "Sexus" que é a pornografia Miller, "Sexus" que é a pornografia mais crua que já tive oportunida de de ler, em forma de remance; enquau-to se admite uma circulação empia, arranca divisas nossas, des liveus sobre James Bond, que têm tam seu pornografía mais crua e que podem ser adquiridos por qualquer garolo em qualquer livraria...

O Sr. Vasconcelos Terres - E a televisão, com os programas mais .morais de que se tem notícia, e que nos-sos filhos assistem!

O SR. ARTHUR VIRGILIO -Imerais e rediculos. O programa do Chacrinha, por exemplo, que e descultura, a exacerbação do ridicu.o, e no qual a Censura não interfere.

O Sr. Vasconce os Torres - E o ca samento na televisão, por um tal de

O SR. ARTHUR VIRGILIO — E outres programas dêsse perte. Senhor Presidents, a Censura admite esses Avros policiais, essa literatura — pas-satempo, essa subiliteratura policiai, èsses livros de Shell Scott, que encenam a pornografia mais crua e podem ser adquirides por qualquer garoto.

No entanto, os agentes da Censura vão interferir no Teatro, que tem ida-de limitada para ingresso; vão interferir no cinema, que já tem a censura da idade; cortando não peças, muti-lando filmes, mas cortando e mutilan-do a própria cultura e arte brasileira! Sr. Mário Martins - Permite Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO - Com

O SR. ARTHUR VINCILIO — OSM. muito prazer.

O Sr. Mário Martins — O que há de mais grave, primeiro, é a incompetência de quem dirige a censura teatral, reflexo das medicoridades que, transbordando de certos quadros que, transbordando de certos quadros confisionais dânta País se promoveque, transbordando de certos quadros profissionais déste País, se promoveram a intelectuais e julgadores de matérias de inteligência. Mas, o que estão consurando porque consideram as peças livres; êles alegam que estão censurando porque são subversivas. Bastou a citação de alguns nómes de animais — como no caso em espécie "gorila" — para arrepiar a censura militar que se apossou do contrôle teatral no Brasil. Se ao menos êles fivessem documentadamente apresentado uma censura dos mons te apresentado uma censura dos mons costumes! Não é o caso, aboslutamente. Uma peço que foi exibida em Portugal de Salazar! Esse puri-tano famoso, que é Salazar, admitiria uma peça que ferisse os costumes e só agora é necessário que, no Brasil, surja alguém mais zeloso pelo puri-tanismo do que o próprio Salazar? Não O que é grave é que essa cen-sura é um instrumento da intolerância política, da intolerancia ideológica, da animosidade contra a intellegência e procura ferir, inclusive, as melhores figuras do teatro brasileiro, como no caso a artista María Fernando. E como vimos recentemente, aquêle outro general da reserva, que tem um nome que não sei se é mais de cansester cue de curreiro. de gansgster que de guerfeiro, a in-sultar essa giória nacional. Nós nos insurgimos é contra esse desembar-que de mediocridade e intolerância no País, se apossando dos cargos que

The — não falamos apenas como ho- Caxias. Isto, sim é que é procurar rendo uma distorção, uma tentativa democraticamente, toleradas naquele mens da Oposição, mas, sim, como incompatibilizar o Exelecto brasileiro de militarização deste Pais, uma tentativa de ocupação militar deste O Sr. Aarão Steinbruch — Permite servar a fisionomia brasileira, que não que, como a artista Sonia Carreiro, Pais, uma tentativa de ocupação militar deste O Sr. Aarão Steinbruch — Permite servar a fisionomia brasileira, que não é de gori- por exemplo, têm laços afetivos com litar neste Pais. Para onde quer que do roader) — E na União Soviética, las, e, sim, de um povo como perso- oficiais do Exército. O Exército, no vamos iremos encontrar o militar em atualmente, uma revista, "Le Croco-nalidade, sensibilidade para as coi- Brasil, evidentemente, é o povo que função que não é a dele, em função dile", faz críticas jecosas ao unico tas artisticas, para as coisas huma- não pode ser confundido, de manei- para a qua não foi preparado. A partido que existe naquela nação. can be mundo interio, pelo menos nestes últimos séculos, a civilização dependeu tanto e contou tanto com o concurso dos homens e das mulheres de teatro. Quando alguém escreyer sôbre este período trágico a que o Brasil está submetido, no momento, vai observar e proclamar que, se hou-ve uma classe que não capitulou, se houve uma classe que não se curvou, se houve uma classe que não se omitiu ante as ciolências perpetradas, na época, contra o povo brasileiro, foi precisamente a classe teatral, que não faz hoje o que se fazia antigamente: o teatro para divertir, para, provocar gargalhadas digestivas daqueles que estavam vivendo bem neste Pais. estavam vivendo bem neste Pais.

Não, hoje o teatro é mensagem, o
teatro é uma ferramenta, um aperfeiçoamento da sociedade. Então,
com riscos que muitas outras classes
não tiveram a coragem de enfrentar, os homens e mulheres que fazem teatro no Brasil assumiram posição de vanguarda na primeira linha. Quero registrar aqui, para honra da nossa geração, que conviveu com a atual geração do teatro brasileiro, apenas um episódio de que V. Exa., possívelmente, se recorda. Há dois anos atrás, no apogeu do "dedo-durismo" neste País, se pretendeu, também prander pristas que estavam rismo" neste Pais, se pretendu, tan-bém, prender artistas, que estavam representando nos palcos do Rio de Janeiro, porque suas peças tinham mensagem de solidariedade ao povo brasileiro. E com a prisão de dois ou três artistas brasileiros, o que é que verificamos? Tôdas as companhias três artistas brasileiros, o que é que verificamos? Tôdas as companhias foram e se entregaram espontâneamente à policia, obrigando-se a prender uma classe inteira, uma vez que o "dedo-durismo" queria passar em cima de um, dois ou três artistas. Essa classe, portanto, além do aspecto cultural, está nos dando exemplo de brayura, e esta brayura é que está irritando aquéles oue, neste momenirritando aqueles que, neste momen-to, procurando ganhar outras venci-mentos como oficiais da reserva, estão ocupando os cargos cívis, para impedir que haja liberdade neste impedir que haja liberdade neste País e, maís do que isto que haja dignidade neste País. O Sr. Vasconcelos Tôrtes — Peristo, que haja

mite o nobre orador um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO

Com todo o prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — O peforativo, de "gorila" não atinge os
honrados oficiais do Exército que esnonrados oncais do exercido que es-tão na caserna trabalhando, diutur-namente, entregues à faina da ins-trução, cumprindo os seus deveres constitucionais. Eu queria citar o exemplo de inteligência de um bri-lhante oficial do Exército que conhelhante oficial do Exercito que conne-lhante oficial do Exército que conre-ci na Escola do Estado Maior, Gene-ral Plinio Pintaluga. Quando com o epíteto de "gorila" procuraram atin-gir alguns oficiais, éle agiu inteli-gentemente e, a um reque-meque, o tanque em que desfilou, em 7 de se-tembro de 1965, — chamou "gorilão" de também as outras pequenas imidades, "garilas". Foi ato de inteligência, não resta dúvida. Houve outro caso. Embora eu discorde de Carlos Lacerda, tenho que reconhecer que também agiu com tato quando, cognominado de "Corvo", levou para o Palácio da Guanabara um corvo chamado "Vicente". Não aceito, pois, aceito, pois, aceito, a Palácio da Guanabara um corvo chamado "Vicente". Não aceito, pois, por motivos sentimentais, êsse apelido generalizado. Gostaria de dizer o seguinte, — sem ofender ao General to. Nossa tradição, inclusive, a tradegindo como "gorila", porque, os outros que trabalham na faina profissional não podem aceitar, de maneissional não podem aceitar de Palacio da Guanabara um corvo cha-mado "Vicente". Não aceito, pois, por motivos sentimentais, êsse apeli-do generalizado. Gostaria de dizer o seguinte, — sem ofender ao General Façanha — que êle, sim, é que está agindo como "gorila", porque, os ou-tros que trabalham na faina profis-

to alguma, com alguns elementos dissedentes, facicsos e inexperientes, nissegentes, faciosos e hisperiences, marginais de cultura, que procuram prestar serviços "puxindo o caco"— permita-me V. Exa. a linguagem, que não é muito pariamentar — das Fòrças Armadas, mas agem em sen-tido contrário, Tenho certeza de que, tamento da opinião pública, todo o Exército, tôdas as Fôreas Armadas se Exército, tódas as Fórias Armadas se levantariam, como se levantarão, confra á iniciativa dessa censura tórpa, desumana, incorreta, inatualizada, que precisa ser, quanto antes, chamada às falas para que o Brasil não seja apontado, lá fora, como desatualizado. Nos Estados Unidos essas peças são representadas, em Portugal, na Espanha de Franco, em todos os países elas o são e, aqui, tentam interditá-las por esta ou aquela expasses elas o sab e, aqui, tentini interditá-las por esta ou aquela expressão a que cada dual dá uma interpretação pessoal, ho sabor da sua conveniência mas que, de mansira aiguma, pode ser generalizada. Mário Martins - Permite o

nobre orador um novo aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO

Com prazer.
O Sr. Mário Martins — Apenas um pequeno registro. O Senador Vasconcelos Tôrres, no sei impulso democrático, preconiza à necessidade ou nos dá o bom contelho de se fazer uma enquête, um leventamento de opiniões entre os militares do Brasil, opinioss entre os mintares do Brasil, a propósito disso tudo. Estou convencido de que o lesultado seria éste: realmente, mais de 90% das Fôrças Armadas responderiam democráticamente, agora adontece o seguinte: a proposta, na opinião do Governo e dos demais dirigentes do País, é considerada altalmente subversiva pois não admitem que se queira sa-ber o que pensa un oficial do Exéroc,ainda queseja um Senador ou

Senado inteiro.

O Sr. Vasconceles Tôrres — Tenho a impressão de que, talvez, não seja bem assim. Diante da boa técnica, das informações e do levantamento de opinião, essas pesquisas têm que ser feitas e se não o forem estaremos flutuando. Então, o General Faça-

nha é que vai mandar neste Pais.
O SR. ARTHUR VIRGILIO — Vou responder aos apartes com que me horraram os eminentes colegas. A designação de "gorila" para oficiais das Fôrças Armadas, decorreu de contingências sul-americanas, quando confingencias sul-americanas, quando eles entenderam que eram donos das Nações, quando entenderam impor a lei da fôrça, a chamada lei da selva. Então, eí, cabe a classificação de "gorila" porque a lei do gorila é a lei da fôrça bruta. É a lei que impõe sem indagar o que quer que seja de

ninguém.
O Sr. Vasconcelos Tôrres — Mas O Sr. Vasconcelos Torres — Mas não pode ser generalizada para todo o operoso Exército Nacional,

O SR. ARTHUR VIRGILIO tamente. Isto, exatamente, o que eu ia dizer; não pode ser generalizada, porque, nem todo o oficial do Exército, quer da Aeronáutica, ou da Marinha, tem a formação de gorila, do homem da fôrça bruta, do homem da lot de calvo de homem que que todo. nomem da força bruta, do nomem da lei da selva, do homem que quer impor a sua vontade, esmagando consciências, esmagando a liberdade.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Sendo e Exército do povo, em última análise, nos somos um país de gorilas.

O SR. ARTHUR VIRGUIO — Exato. Nossa trafição, inclusive, a traficia de paras Armadas de paras a Paras a Paras das paras a Paras das paras a Paras das paras a Paras a Paras a Paras das paras a Paras a Paras Armadas das paras paras

mesmo obica ccorreria se buscassem a nós, civis, e nos pusossem em fun-ções militares, para as quais também não fomos preparados.

O Sr. Mário Martins - Gostaria de ressaltar que, no caso, a expressão "gorila", nem aqui nem no teatro foi empregada com relação aos oficiais do Exercito. Apenas, a peça cita, en-tre outros bichos, o gorda. Da mesma forma nós, parlamentares, quando éramos, chamados de papagaio, do éramos, chamados de papagaio, ou pelo fato de alguem contar anedotas de papagaio, não nos irritáva-mos; pelo contrário, também as con-távamos. A expressão "gorila" têve origem na Argentina, quando houve uma tentativa de militarização. Devo lembrar que, nos Estados Unidos, es-tá em cartaz uma peça, há mais de um ano - paródia shakerneariana onde proculam apresentar o Presidente da República como assassino do Presidente Kennedy. Até hoje não do Presidente Reiniedy. Ale hoje had occorreu a ninguém, ir ao teatro a fim de quebrá-lo para impedir a encenação da peça. Os jornais fazem as criticas, críticas terriveis, porque recompõem a peça de Shakespeare usando de certos diálogos, inclusive, de Shakespeare a parte física éstá presente com o Presidente Jonhson e a senhora Jonh-Presidente. Jonhson e a senhora Jonhson, tramando o assassinato do Presidente Kennedy. No entanto, levantou a voz naquele País, para dizer que aquilo é um atentado à Presidência da República ou à segurança dos Estados Unidos. Nada disto. Assisti, por exemplo, lá, a um filme recente, sôbre a República do Hatil, mostrando, realmente, o que é aquela ditadura, com fidelidade absoluta. Amanha mesmo, poderá aparecer, nos Estados Unidos, um filme sôbre a Estados Unidos, um filme sobre a situação atual do Brasil, porque, onde há democracia, onde há liberdade pode-se assistir peças teatrais com tese dessa natureza. Mas, onde não há e, ao contrário, há um grupo interessado em mostrar serviços ao Presidente da República, em querer subir de postos, em ser premiado, então, começa a prepotência.

O Sr. Vasconcelos Tôrres último aparte, Senador Arthur Virgilio. (Assentimento do orador) Aqui mesmo, no Brasil, há as charges a respeito do Presidente da República. Tenho lido em vários jornais, ês-se piadismo muilo verde-amarelo. O Presidente não se incomoda. E' um anedotário grande. O que acho que se deve extrair do discurso de V. Exa. é que há um escalão intermediário procurando incompatibilizar o Presidente da República com os setores culturais do País. Tenho lido críticas amargas a S. Exa., o Marechal Costa e Silva. Não vejo nenhuma providência, nenhum pedido do Procurador Geral da República para procurador como curador se suitores como actos procurados estas en como actos estas en como actos estas es cessar cs seus autores como êstes que querem — e al estou com V. Exa., querem — e aí estou com V. exa., Senador Mário Martins — se manter nos cargos e criar um clima de incompatibilidade. Dai porque concordo com o discurso frio de V. exa., pobra Senador Arthur Virgilio nobre Senador Arthur Virgilio — porque V. Exa. não está colocando a nos chamar a atenção do Governo para o fato de que há um grupo so-lapando sua obra, criando casos aqui lapando sua obra, criando casos aqui e acolá, como êste do teatro que, V. Exa. sabe, uniu a unanimidade da opinião público. E êste grupo deve ser chamado às falas com urgência.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — E o Senador Mário Martins e todos os principles colegge devem lembrares.

O SR. ARTHUR VIRGILIO -há faces negativas na democracia americana, que condenamos, há também a face bela, bonita, que todos admiramos e exaltamos pelo respeito absoluto à liberdade de expressio e de pensamento. E nós, brasileiros, que costumamos nos inspirar no un contrator de contrator d exemplo americano, geralmente fazemos no que é contrário aos mazenos no que e contario dos interesses; não procuramos o lado belo que poderia servir de estimulo ao aparfelçoamento das instituições nacionais.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite
V. Exa. um parte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer.
O Sr. Aurélio Vianna — Noble Senador Arthur Virgilio, creio que ninguém de bom senso, neste pais, defenderia tese favoráver à pornegrafia e à imoralidade, porque inclusive nos, que somos pais, desejamos que haja um clima elevado, onde os nossos filhos formem as suas mentalidades. que somos pais, desejamos que haja um clima elevado, onde os nossos filhos formem as suas mentalidades, e que sejam mentalidades positivas e não negativas. A questão é política, é ideológica. O que verificamos, friamente, é que não há orientação uniforme neste Govêrno, porque uma peça teatral que é permitida em São Paulo não o é no Rio de Janeiro; uma peça que é permitida em Minas Gerais não o é em outro Estado da Federação. Então, o que é moral para um Estado é imoral para outro o que é contra o pensamento do Govêrno num Estado, noutro; a favor. Portanto, verificamos que a casa está dividida. Por exemplo, na caso de Brasília, os jornais falaram que até o Vice-Presidente da República interveio junto ao Sr. Ministro da Justiça que manifestou profunda surprêsa com a decisão tomada por um dos representantes da censura desse dos representantes da censura mesmo Governo...

O SR. ARTHUR VIRGILIO - Um senhor chamado Sousa Leão

O Sr. Aurélio Vianna ra é federal. Ora, uma peça aceita em Portugal, no Portugal salazarista, que prima por proclamar, ao mundo inteiro, que a base fundamental do sistema são os principios éticos, os princípios morals elevadissimos, não principios morais elevadissimos, nao é, entretanto, aceita num dutro país que se diz de contextura democráti-ca. Poderiamos, então, dizer: lá, a peça foi aceita porque aplajide o sapeça foi aceita porque apiatide o sa-lazarismo, o parafascismo, e, num pais democrático, não seria aceita porque nega a Democracia. Mas não é esse o caso; é completamente dife-rente. O que nós verificamos, repito é que não há uma orientação. O Go-vêrno — através dos seus diversos órgãos, que tratam de um mesmo as-sunio, órgãos encarregaços de orien-tar a opinião pública — está dividido, completamente dividido. Repito: de-sorientado. E isso causa verdadeira preocupação. A maior preocupação e essa.

O SR. ARTHUR VIHGILIO — Exato. V. Exa. tem toda razão, e nesse episódio le Brazília se verificou exatamente isso, porque o proprio Ministro da Justiça deteve o ato do super-censor Souza Leão Neto. Mas o que é estranhacyel e que o Minis-tro da Justiça consideror absurdo o ato do censor, revogou o ato do cen-

do momento nistórico em que está vivendo e que está escrevendo, não sintam a imagem distorcida que está sendo oferecida no mundo pelo nosso

Verifiquei êsse aspecto, no ano passado, quando participei do Parlamen-to Latino-Americano, juntamente com os Srs. Senadores Josaphat Marinho e Argemiro de ligueiredo, além de alguns Srs. Deputados. O conceito que essas republiqueras que vivem golpe sobre golpe, que temporaria-mente estão sob regime democrático, é o pier possível. Para elas, temos, aqui, uma ditadura tipo "Stroessner", que consente, que admite uma posição apenas para amuer o efeito em face da política internacional. esse motivo, não querma das ao Bra-sil a Presidência do Parlamento Latino-Americano, soo alegação de que nos hoje se éramos parlamentares, poderíamos deixar de sê-lo amanhã.

Estão aqui os colegas, para confirmar as minhas palavras, a indignação de que todos ficamos possuidos, ao verificar que esta grande Nação de mais de oitenta escinco milhões de habitantes, com possibilidades econômicas incomensuráveis que forçosamente a colocarão em posição privilegiada no conserto des outros po-vos; que esta Mação tique nivelada a qualquer republiqueta tipo Haiti, Guatemala, ou quaquer outra que vive em permanente regime ditatorial.

Não fêsse a nossa reação unânime, que esqueceu divergencias de ARENA e MDB, reação de prasileiros que viam somente o Pais, não fesse a nossa reação viril e patriótica para enfrentar essa campanha que se fêz contra o Brasil, naquele Congreso, teríamos sido diminuidos, humiliados, teriamos saido de lá de cabeça-baixa, e a Presidência do Parlamento Latino-Americano não seria entregue ao Sr. Deputado Ulysses Guimarães.

Fates como esse, comportamento de homens como esses generais que, co-locados na reserva, em lugar de usufruirem o ocio som dignidade, depois de prestarem serviços re:evantes devem ter prestado na sua profissão — ao Exército e à Mação, depois de vestirem o pijama honroso, para descanso de anos e anos de trabalho; em lugar de permanecevem assim, são letocados pela ambição. Pleiteam e postulam posições e postos para os quais não estão preparados, para os quais não têm a necessária capacidade intelectuai. E o resultado é êste: é a Nação envergonhada diminido. e diminuida perante e mundo; é a Nação com a Cultura ameaçada; e a Nação com a mieligência perseguida, é a Nação que só falta escultar, daqui a pouco, aquilo que Goebels di-zia — "quando ouço faiar em Cultura, sinto vontage de sacar a pistola'

Estamos bem perto disto, Sr. Pre-sidente e Srs. Senadores, se não houver um basta, se não houver um chega, se as autoridades não quiserem construir, de fato, a verçadeira imagem desta Nação que preza a Cul-tura, que preza as liberdades que não admite objeções ao direite de ir e vir, e de pensar apenas como manda sua propria consciência.

Sr. Presidente, lanço meu protesto, une a quantos se lavantam em todo o Brasil, de intelectuais, de artistas, de arquitetos, de jornalistas. E, no Congresso, também, lanço e meu protesto, e espero que o Governo não fique apenas na posição de discordar tegração no campo da inteligência e dos Façanhas, dos Souta Leão. Esto do espírito, chocando-se a cada passo da que é um modêlo, desde a sélida pero que o Govêrno prote o seu inteligência, tuito de dialogar com a inteligência, latina nas asperezas dos atritos com com a arte, com a cultura, afastanta a realidade embiente e nos descomtos descontra de latina nas asperezas dos atritos com com a arte, com a cultura, afastanta a realidade embiente e nos descontra de mantidos dentro da melhor técnitos desses homens incapazes dos postos passos das três raças tristes. E ainda ca moderna, e o gado de raça que

um homem da cultura, como inegavel- que êles estão comprometendo; que quando um filho do povo mestico se melhorava e apurava os rebanhos alamente a possui o Sr. Ministro da o Govêrno readquira a confiança na- elevava às culminâncias da vida lite- goanos.

Justica, é que o Presidente da Re- queles que têm o poder criador, a con- rária e intelectual, surgia ele, como Experimentou, assim. Alfredo de pública, com a alta responsabilidade fiança daquêles que tem c poder de comunicação, que sabem criar mensagens para serem entendidas pelo Povo. E readquira essa confianca assumindo posição energica, verifican-do que a Nação tôda espera isto, quer pelas manifestações unanimes da Imprensa, quer pelas manifestações que acabamos de ouvir aqui no Senado, em apartes veementes ao mou discur so e que o complementaram, e dêle retiraram as deficiências, emprestando-lhe maior ênfase nessa indigna-ção, e num reforço total ao protesto que nos empolga nessa hora.

E para que se veritique, Sr. Presidente, que não exagerai ao indagar, no inicio deste discutro: "Quando no inicio deste discurro: "Quando tera fim a boçatidade?', informo que não exagerei nesta pergunta porque a fui buscar, no editorial do "Jornal do Brasil", o orgão que, conforme resdo Brasil", o orgão que, conforme res-saltou ainda há rouco o Scuador Mário Martins, foi um dos baluartes da revolução de 1964, e que escreveu o seguinte:

> "O teatro, o cinema os autores e artistas do Brasil não podem continuar entregues a analfabetos como esse Sr. Juvêncio-Fa-çanha, que corta textos e insul-ta atrizes, acobertado pelo seu fantoche Souza Leão Neto, Chefe, em nome, do Serviço de Censura".

Al está retratada, Er. Presidente, tôda a revolta que empolga, nesta hora, a inteligência e cultura brasileicontra o que veni acontecendo, precisamente contra a inteligência e contra a cultura. (Mutto bem. Muito bem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) - Tem a pa avra o nobre Senador Arnon de Mello.

G SR. ARNON DE MELLO:

(Lé o seguinte discurso): -Presidente, as comunidades hun.auas são sempre marcadas por personali-dades que se afirmam em determinadas épocas pela sua identificação com

os interesses colctivos. Alfredo de Maya, que faleceu em Alagoas com mais de oitenta anos de idade, desempenhou na minha terra papel saliente ao longo de muitos multos anos. Jovem, bem jovem, foi deputado federal e, com a sua argúcia e a sua inteligência bem cultivadas no con-tacto com os meios acadêmicos e m-telectuais da Bahia, onde estudou e se fêz amigo do Governador Severino Vieira, conviveu com os melhores circulos da política brasileira do tempo.

Era o tempo em que no nosso Se-nado pontificava Pinheiro Macnado, que o tomou em estima, a figura telúrica do caudilho contrastado com o de Rui Barbosa, o purista de gua, o humanista, o jurista, o ifrico combatente das liberdades formais, expressão da velha cultura européia, querendo se impor ao mundo nôvo estuante de vida.

Eram os dois Brasis que competiam: o que saía de dentro de nós mesmos, como se nascesse das terras esplindentes de luz e fórça nativa e nas quais "em se plantando tudo dá". e o Brasil que vinha de fora nas caravelas da cultura latina enraizada no pequeno Portugal, bravo e lúcido cria-

dor de mundos novos. Se aqui, no plano étnico, se fêz, num abrir e fechar de olhos, a miscezenacão, o sangue português diluindo-se, rápido, graças à lascivia exaltada ao calor dos trópicos no sangue africano e amerindio. e pro-duzindo a figura do mulato e do cabocio, bem lenta se processava a in-tegração no campo da inteligência e

elevava às culminâncias da vida lite-raria e intelectual, surgia êle, como no caso de Machado de Assis, ungado do espírito inglês vestido das roupagens estilísticas dos bons clássicos portugueses.

Grande tarde aquela em que Pi-nheiro Machado, altaneiro como uma palmeira imperial, tentou neste Se-nado apartear o Rui vulcânico e corruscante na sua eloquência sem medidas mas quase perdido nas suas modestas dimensões físicas. Não foi feliz o caudilho no articular das paiavras e no construir das frases, fal oulhe a gramática, falseou-se-lhe a proscaia, e Rui, ferino e cortante craro uma lâmina censurou-lhe cruelmente e cincada. Enaginou-se que a rapreensão do mestre da lingua, exaltado na defesa desta e na agressão ao ad-versário político, fôsse ou exasterar ou deprimir o líder imbatível, que só a morte derribaria. Mas êste intru-cou-lhe sereno, olímpico, impiacá-

— Há V. Exa, de me compensar da falta de não falar corretamente a nossa lingua por não haver estudado a nossa lingua por nao naver concerno desejava e como V. Exa. estuse ilustrava e cursava as tradicionais escolas do país, eu estava combatindo de armas na mão em defesa da Patria e para manter a ordem que pro-piciaria a V. Exa. aperfeiçoar os seus estudos, e hoje poder falar com tanto saber n'este plenário livre.

As palavras do caudilho, que cito sem aspas, perque de memória sem haver recorrido a documentos, brotaram repassadas de emoção, o tocaram fundo o Senado todo. Era o Brasil vivido, não o das belas letras e dos craudas autores mas a Brasil construidas autores autores autores a Brasil construidas autores auto grandes autores, mas o Brasil septi-do, o Brasil brasileiro que falava gela voz de uma das expressões mais puras da sua realidade. E ainda hor as suas palavras, quase sexagenárias têm para tristeza nessa, palpitante atualidade, gritante e comovente, pois vi-vem com o mesmo conteúdo através dacheles que deixaram de estular talvez ja não porque lhes faltasse tumpo, ocupados com a defesa da Fá-tria, mas porque à mingua de recursos para custear os estudos on à falta de vagas nas escolas.

Alfredo de Maya viveu nesse munde grandes figuras humanas, poveado de contrastes e confrontes que êle amava recordar nos cavacos com os amigos, vivendo êle mesmo, dentro de sua personalidade tão rica os dois Brasis, escritor admirável que era, versado nos melhores autores lingua portuguêsa e francesa, mas sempre fiel às suas origens alagoalas, homem típico da nossa terra, com arrancos de leão e complacências de bom cristão, marcado pela gen-losidade e por uma certa ingenuidade.

Ao lado de Juarez Távora e José Américo, foi o grande de Alagoas nos primeihos dias da Revolução de 30, mas, embora apaixonado pela politi-ca, quiseram os fados que sua vocação de servir antes se exercesse na liderança das fórças produtoras alagoanas. Afastado das lutas partidárias, sem dispor do poder público, era de ver-se, no entanto, o prestigio que o cercava, matrizado na sua fidel dade às aspirações e aos interesses da comunidade, agro-açucarelra, que representa mais de 70% da economia de Estado.

E quando se retirou das atividades industriais, não quis descansar, porque lamais descansou e não sabia fazê-lo. Confirmou então sua autenticidade. e foi realizar no campo as idéias cue defendia e pregava. Escolheu Pal-meira dos Indios, no sertão alag e no, para palco de sua ação de pec incista

Maya cmoções as mais diversas na vida política e na vida econômica, no plano das idéias e no das realiza-ções, aitelando-se tanto nas áreas do espírico como nas da ação.

Requeiro, Sr. Presidente, que cons-da ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo desaparecimena de Alfredo de Maya. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

aiaM cravlA Arthur Virgilio Milton Trindade Lohão da Silveira Sebastião Archer Patrônio Portela Sigefredo Pacheco Paulo Sarasate Dinarie Mariz Manoel Villaça Ruy Carneiro Domício Gondin João Cleofas Arnon de Mello Leandro Maciel Júlio Leite Antônio Balbino Jesaphat Marinh**o** Eurico Rezende Mário Martins Carvalho Pinto João Abrabão José Feliciano Filinto Müller Adolpho Franco Mem de Sa

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Está encerrada a hora destinada ao Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 7:

Volução, em turno único do Requerimento n.º 78, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Duarte Fuho solicita autorização para participar da Delegação do Brasil à V Reu-nião do Conselho Interamericano da Cultura a realizar-se na Venecuela (em regime de urgência nos têrmos do n.º 1 b-2 do crt. 326 combinado com o n.º 5-b do mesmo artigo do Regimento Interno), tendo parecer favorável (proferido oralmente na sessão de de fevereiro de 1968) da Comissão de Relações Exteriores,

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentado. (Pausa) Está aprovado. E' concedida a au-

torização solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Item 2:

Votação, em turno único do Requertmento nº 1.000, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sôbre restabelecimento de cetas de exportação de algodão tendo pa-receres sob ns. 873, de 1967 e 48, de 1968, das Comissões de Cons-tituição e Justiça e de Economia pelo arquivamento.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado. Será arquivado.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) -

Item 3:

Votação, em turno ûnico, do Requerimento nº 1.077, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos solicitando informações ao Sr. Ministro Extraordin; rio pa-

ra Assuntos do Gabinete Civil so. bre os financiamentos feitos, pelo Banco Regional de Brasilia S. A., pertencente ao conjunto adminis trativo da Prefeitura do Distrito Federal, aos hortigrangeiros, lavradores e pecuaristas do Distrito Federal tendo parecer favorável, sob n.º 15, de 1968 da Comissão de Financas.

Em votação o requerimento,

(Pausa)
Os Srs. Schadores que o aprovam judiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Serão solicitadas informações pedidas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 4:

Votação em primeiro turno (com ameciação -, reliminar de constitucionalidade, nes têrmos do artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nú-mero 58, de 1967 de autoria do Se-nador Desiré Guarani, que dis-põem sõbre incentivos fiscais ten-do parecer, sob h? 34, de 1968, da Comissão do Constituto. Comissão de Constituição e Justi-ça pela rejeição por inconstitucio-nalidade.

A discussão de acha encerrada desde 9 de fevereiro.

Em votação o projeto,

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

O projeto foi rejeitado, Será arquivado.

E' o seguinte o projeto arquivado:

O Congresso Nacional decreta: PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 58, DE 1967

Dispõe sôbre incentivos fiscais.

Art, 1.º As deduções do impôsto sôbre a renda previstas na Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, e nos De-pretos-Leis ns. 55, de 18 de novembro de 1966, e 221 de 28 de fevereiro de 1967, poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuínte, ser divididas, desde que não ultrapassem, no total, os seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) impôsto devido, quando as deduções incluírem a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) nas áreas da SUDAM ou da SUDENE, isolada

ou conjuntamente;
b) 20% (vinte por cento) do impôsto devido, quando as deduções se destinarem, unicamente, à aplicação fora das áreas da SUDAM ou da SUDENE.

Art. 2.º Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 5:

Discussão, em lurno único, da redação final (Oferecida pela Co-missão de Redação em seu Parecer nº 92, de 1968) da emenda do Senº 92, de 1968) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1967 (nº 648-B-67, na
Casa de origem), de iniciativa do
Sr. Presidente da República que
dispõe sôbre os "cofres de carga" e altera o art. 9º do Decreto-lei n.º 83, de 26 de dezembro
de 1966, que dispõe sôbre a cobrança de taxas portuárias.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a

Encerrada a discussão, sem emendas nem requerimentos para que a Redação Final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do Regimento. A matéria irá à Câmara dos Depu-

Para acompanha-la naquela Casa

Para acompanha-la naquela Casa do Congresso, designo o Sr. Senador Paulo Tôrres, o seul relator na Comissão de Projetos do Executivo.

Em decorrência d aprovação da redação final do projeto n.º 127, da Câmara dos Deputados, fica prejudiçado o Reguerimente n.º 79, de 1968, de autoria do Senador Duarte Filho, exilcitando dissensa de publicação na exilcitando dissensa de publicação na companya de senador publicação de senador publicação na companya de senador publicações na com solicitando dispensa de publicação para discussão da Redação Final.

> E'.a seguinte a redação final aprovađa:

PARECER N.º 92, DE 1968

(Da Comisșão de Redação)

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara nº 127, de 1967 (nº 648-B do 1967, na Casa de origem).

Relator: Sr. Duarte Filho.

A Comissão apresenta a redação fi-nal da emenda do Senado ao Projenal da emenda do Senado ao Proje-to de Lei da Camara n.º 127, de 1967, (n.º 648.B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre os "dofres de carga" e altera o art. 9.º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dis-põe sobre a cobrança de taxas portuárias.

Sala das Sesões 9 de fevereiro de 68. — Lobão da Silveira, Presiden-— Duarte Filho, Relator. — José 1968.

ANEXO AO PARECER Nº 92-68

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1967 (nº 648-B de 1967, na Casa de origem) que dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9.º do Decreto-Lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966. que dispõe sobre a taxas portuárias. cobrança de

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda n.º 1-CPE)

Ao art. 1.9

Suprima se a seguinte expressão:

"..., excluidas as taxas."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item n.º 6:

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução n.º 13, de 1968, de autoria da Comissão Dire-tora que dispõe sóbre a adminis-tração do Sprviço Gráfico do Semado Federal.

Em discussão. Tem a palayrn o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Pela ordem Sem revisão do orudor) — Sr. Presidente, estou usando da palavra'ùnicamente para informar a V. Exa. que é meu desejo requerer o adiamento da matéria pelo prazo reo adiamento da matéria pelo prazo regimental, uma vez que os avulsos apresenta o projeto de resolução da Mesa, onde se pretende modificaradiministração do serviço gráfico desta Casa e se taz alusão, num determinado artigo, ao sistema que gerta esse serviço até aqui, mas não se fazem acompanhar da legislação, ainda por interna existente sobre a matéria. que interna, existente sóbre a materia. De outra parte, o parágrafo único de um de seus artigos diz;

"No cumprimento neste artigo, a Comissão Direto-ra terá em conta que estarão ex-cluídos do regime de produtividade e assiduidade os assalariados que:

a) tenham faltado ao serviço, injustificadamente, ainda que por

uma única vez em cada ano;
b) tenham, em cada ano, três
entradas em atraso no serviço,
sem justificação."

téria que me parece um pouco forte lisadas. A Gráfica é um servico quánto à exclusão das vantagens de assiduidade dos funcionários que são meros contratados, pela Consolidação das Leis do Trabalho. Há outros ar-tigos que não tive oportunidade de confrontar com a legislação vigente. De modo que, na forma regimen-

tal, solicito a diamento do projeto por oito dias ou offo sessões, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) . - Antes de examinar o requerimento de V. Exa., a Presidência precisa prestar um escla-recimento quanto às objeções apre-

O Serviço Gráfico pelas disposições regulamentares do Senado Federal, estava submetido àsupervisão do Secretário-Geral da Presidência, pelo periodo de sua implantação. Com o falecimento do Secretário-Geral da Presidência, nos térmos do Regula. mento, o cargo de Secretário-Geral da Presidência passou a ser cargo comissão, não mais cargo efetivo.

De acôrdo com a lei interna exis-tente, com a vacância do cargo de Secretário-Geral da Presidência, a Supe-rintendência do Serviço Gráfico ficaria completamente soberana, sem su-berdinação a qualquer órgão administrativo da Casa, consequentemente, com poderes acima dos poderes do Diretor-Geral e da própria Comissão Diretora, ou seja, com os poderes de admitir, demitir, remover e realizar

Por esta razão, a Comissão Diretora estabelece, neste projeto, a sua Estranhei, desde logo, que não hou-subordinação à Diretoria Geral. vessem anexado aos avulsos a legisla-Quanto ao outro ponto reférido por ção vigente, para um confronto. Ao

Vossa Excelência — Parágrafo úni-co do Artigo 9º — devo esclarecer que sº trata de uma iniciativa adotada e deliberada pelo Senado. O Artigo 9º neste sentido, é claro, atribui aos ser-vidores gráficos um prêmio por assi-duidade e por produtividade.

Portanto, além dos doze ordenados e do 13º salário, há o prêmio atribui-do aos gráficos, quando tenham êles sido assiduos e tenham alcançado determinado indice de produtividade.

E' pois, um gesto de estímulo do Senado, razão pela qual êle vem dis-ciplinado; não pode ser dado indis-criminadamente. A falta injustificada ao serviço, por um dia, retira ao servidor as condições de concorrer ao prêmio como também três entradas em atraso ao serviço, sem justifica-

Com esses esclarecimentos, informo ao Senhor Senador que não poderei deferir o requerimento de adiamento, especialmente pelo prazo por Sua Excelência solicitado, que ultrapassa o relativo ao período de convocação extraordinária.

O SR. MÁRIO MARTENS:

Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Peta ordem) — Senhor Presiden-te, eu não tenho nenhum interêsse em estar procrastinando a decisão da matéria.

O SR, PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Eu pondero a Vossa Excelência que este projeto é de suma importância para a Administração e para o Senado. Qualquer atraso, fundado em qualquer razão, atraso, fundado em qualquer razao, pode implicar em prejuizo. A Gráfica precisa ter em funcionamento a sua comissão de seleção de servidores; as suas máquinas não podem ficar paralisadas. No momento, temos várias falhas. Foram dispensados da Gráfica 30 funcionários. Dêsses 30, 14 entreram com mandado de seguib) tenham, em cada ano, três entradas em atraso no serviço, sem justificação."

Bastaria êsse detalhe para recomendar uma meditação e análise da ma. Estamos com muitas maquinas para-

dustrial, lucrativo para o Senado, e não pode ficar imobilizada. No caso, não se estabelece coisa alguma que não seja a subordinação da Gráfica à administração da Casa, para major eficiência e também para major calizacão.

E muito importante para a nistração êste projeto para que a Pre-sidência concorde, desde logo, na sua refirada da Ordem do Dia e atenda ao Requerimento de Vossa Excelência.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ^ordem) — Senhor Pres dente, conforme eu ia dizendo, não é minha intenção apresentar nemhuma proposição que vise a procrastinar decisão sição que vise a procrastinar sobre a matéria.

Reconheço o zelo da Mesa, no caso representada por Vossa Excelência, quando nos adverte a respeito da urgência da deliberação, sob pena de virmos a ter os serviços paralisados.

Mas gostaria — e estou certo deque Vossa Excelência, de sua parte, também há de reconhecer o neu dever — de zelar para que se delibere bem. Sucede que a minha formação profissional me autoriza, ou pelo me-nos me obrigaria a ter algum conhecimento sôbre a matéria de trabainos

gráficos.

De modo que, talvez mais do que aqueles que não estão afeitos a esse problema ou a essa profissão en não poderia votes a companya de la companya podería votar únicamente na base autorizada da "fe do padrinho".

mesmo tempo, devo declarar a Vossa. Excelência que é meu pensamento ver a legislação, ou a regulamentação de outras organizações congênedes, como outras organizações congenenes, como a Imprensa Nacional e fazer, disso, un confronto com o sistema gráfico das emprêsas gráticas privatas, poís, uma vez que esses profissionais não são funcionários, estão submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Traballo a return que en universa. Trabalho, e natural que su queira sa-ber quais os critérios estabelecidos nas emprêsas gráficas particulares, para confrontá-los.

para confronta-ios.
Ademais, Vossa Excelência fêz a revelação de que há um processo sendo apreciado no Supremo Tribunal Federal, ou outro orgão da Justiça, em que são parte, segundo a palavra de Vossa Excelência, trinta gráficos...

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Quatorze. O SR. MARIO MARIINS —

que estariam dependendo dessa decisão iudicial.

Entendo que, depois da argumen-tação esclarecedora de Vossa Exce-lência, se impõe a necessidade de uns qia para se estudar melhor \a ma-téria.

Não estou com isso colocando sob reserva proposição da Mesa, nem me anima nenhum intuito de supor que a Mesa não está procurando a me-lhor formula. Peço apenas a Vossa Excelência que reconheça o meu direito e a minha intenção so pedir adiamento, para poder dar uma decisão mais justa, de acordo com o meu raciocínio.

E pos • , até, que eu renha a vo-tar inteiramente a proposição, mas desejo fâzê-lo na certeza de estar agindo acertadamente.

O SR. PRESIDENTE:

(Mcura Andrade) --Regimina Interno é expresso no sentido de que a Presidência jamais dere dialogar.

A Presidência tem cumprido sem-pro essa disposição regimental e disso os Sanhores Senadores são testemunhas,

Vossa Excelência, en retanto, está

Entretanto, atenderei Vossa encia parcialmente. Se o nobre Se-lador concordar, retirarel o projeto la Ordem do Dia, enviá-lo-ei a Vossa excelência e Vossa Excelência o eolvera para que conste da Ordem do Dia de amanha.

O SR. MARIO MARTINS loe-me Vossa Excelência, Senhor Pre-dente. Agora eu é que passo a diaogar com a Mesa, uma vez que Vossa Excelência me faz uma consulta, basante honrosa aliás.

Confesso que só poderia aceitar se livesse meios de ter o sistema de tra-palho da Imprensa Nacional, nesse ntervalo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não estamos estruturando o Serviço Gráfico, Esamos apenas declarando que onde a Lei Interna luzia que "o Serviço Gráico é subordinado à Secretaria ua Presidência" passará a dizer que "é subordinado à Diretoria—Geral." E sto apenas que se está dizendo. Nada

Dt modo que, parece-me, acia está levando longe uemais assunto. O problema e realmente irgente e a administração da Casa não pode assumir a responsabilidade te manter essa situação. Ela nuclea autordinar o Serviço Gráfico à cdministração da Casa. Neste sentido Presidência vai lutar para que leja leno. Não vai lutar o Serviço Grá-lico debaixo da administração de ulla nco debaixo da administração de u...a L...a pessoa, sem nenhuma subordi-nação, ..em à Comissão Diretora nem la Diretoria-Geral, nem aos Sennores Jenadores e nen. a ninguém, _astanlo ro, inzendo despesas, aumi-tindo empregados, demintindo empregados. Não poderá fazer isso. Presist tomar esta providência.

Se Vossa Excelência concordar com i Presidência, retirarei da Ordem do Dia a matéria para que Vossa Exceência possa consulta-la e devolvê-la tmanhã. Do contrário, porsi em /o-ação o Requerimento de Vossa Exelência.

MARIO MARTINS thor Presidente, lamento dizer a Vos-sa Excelência que tinha a impressão que o Serviço Gráfico e ava funilonando — bem ou mal — até ajui, lesde que houve o doloroso faleci-nento do Dr. Isaac Brown, Assessor la Presidência.

Confesso também a Vossa Excelência que uma das coisas que não me dão bem-estar, desde que aqui m-ressei como Senador, é ver que o Congresso está submatido a um re-time de prazos, pelo Poder Executivo, conforme toi estabelecido pela Cons ituicão que ai está. De modo que anemto, neste instante receber um pra-po curto para decuir sobre a matéria. 2 este prazo não é ditado pela força, sim pela autoridade do Pres. 10 Strado.

Mas eu seria incoerente, Sr. Presidente, tendo dito que preciso fazer o confronto com os outros sistemas, tanto oficial quanto particular no que se refere ao serviço gráfico e agora, viesse, apenas pelo prazer de agora, viesse, apenas peao praesa es ser amável com V. Exa. — rec nhe-cendo o zêlo de V. Exa., a autorda-de de V. Exa., os bons serviços que V. Exa. tem prestado ao País na Presidência desta Casa — que eu vies-se a renunciar a tudo isso e acutar um prazo que não me daria oportu-nidade de fazer nenhuma consulta realmente fecunda.

De modo que tenho de me vyider à fôrça, como apresendi e vi muita gente se render, no Congresso depois da revolução de 1964. No caso não à fôrça material, mas à fôrça da Presidência que, naturalmente, não quero dizer dramatizado, mas que após tanto tempo em que esse serviço está-se desenvolvendo nessa ha-De modo que tenho de me ryider vico está-se desenvolvendo nessa bae, numa determinada tarde, seu, se fazer acompanhar de legislação atuai,

no regimento atual, nos dá um prazo

de 24 horas para decidir.

De modo que eu peço, então, a V.

Exa. que submeta à votação o meu requerimento e me rendo à de sao da maioria.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - O Sr. 1º Se-(Moura Andrade) — O. Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Re-Cuerimento — TAM "NAO" OS SRS SENADORES:

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 82, de 1958

Nos têrmos dos artigos 212, letra "l" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução nú-mero 13, de 1968, que dispõe sôbre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal, a fim de ser fe ta na sessão de 20 de fevereiro de 1988.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 1968. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Em votação o Requerimento.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para comunicar a volação) — Sr. Presidente, V. Exa. sabe que te ino sido liberal, sempre concordando com os adiamentos requeridos, mas diunte das ponderações de V. Exa. que reputo profundamente proced-ntes, vou votar contra o adiamento solicitado.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o requerimento. (Pausa.)

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

Está rejeitado.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Vai-se proceder à verificação da votação do re-1 querimento de adiamento.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para uma questão de ordem) Sr. Presidente estando a Comissão de Finanças reunida, peço a V. Exa tome as providências necessárias para que os seus membros possam comparecer à presente sessão.

O SR. PRESIDENTE;

(Moura Andrade) -– Atendendo à questão de ordem formulada pelo-nobre Lider do Govérno, vou suspen-der a sessão, até que os senhores membros da Comissão de Finanças possam comparecer.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a sessão às 16 horas e 20 minutos, e reabre-se às 16 horas è 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Está reaberta

a sessão. O Sr. 1º Secretário irá proceder a chamada.

Os Srs. Senadores irão votar o requerimento de adiamento. Dirão "sim" os que o aprovam. Dirão "não"

os que o rejeitam. A chamada será feita de Sul para Norte, já que a última foi de Norte

Vai ser iniclada a chamada. (Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VO-TAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Edmundo Levi. Arthur Virgilio. Lobão da Silveira.

Rul Carneiro. Josephat Marinho. Aarão Steinbruch. Mário Martins. Aurélio Vianna. Lino de Mates. João Abrahão. Pedro Ludovico.

Oscar Passoe Milton Trindade. Catete Pinheiro. Clodomir Millet. Sebastião Archer Petrônio Portela. Menezes Pimentel. Manoel Vilaça. Argemiro Figueiredo. Arnon de Melo. Leandro Maciel. Júlio Leite. José Leite. Aloysio de Carvalho. Carlos Lindemberg. Raul Giuberti. Paulo Tôrres. Vasconcelos Tôrres Gilberto Marinho. Benedito Valadares. Nogueira da Gama. Carvalho Pinto. Fernando Corrêa. Filinto Müller. Ney Braga. Melo Braga. Atilio Fontana Guido Mondin. Daniel Krieger. Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTA

(Moura Andrade) - O requerimen-

to foi rejeitado. Votaram "não, 30 Srs. Senadores; votaram "sim", 11 Srs. Senadores.

O SR. MARIO MARTINS:

Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PIESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Pela prdem) - Sr. Presidente, não sei se agi regimentalmente ao endereçar a V. Ex³, antes da votação do projeto, uma emenda supressiva a determinados artigos e parágrafos do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de emenda de autoria do Sr. Senador Mário Martins

L lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Na forma regimental, apresento so Projeto de Resolução nº 13, de 1968, a seguinte emenda supressiva: Suprima-se o parágrafo único do art. 9º e suas alineas.

Sala das Sessões 13 de fevereiro de 1968. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Em discussão o projeto com a emenda.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Peço a palayra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) -Presidente, deixei de fazer a justificação da emenda quando apresentada a V. Exa, para fazê-lo oralmente. Apenas, estou em dúvida se devo fazê-lo, neste momento, ou quando a matéria vier à discussão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - A justificação V. Exª deve fazer neste instante, que é o momento regimental.

O SR. MARIO MARTINS -- Muito grato a V. Exa.

Sr Presidente, Srs. Senadores, nós estamos diante de uma pequena divergência sem qualquer fundo de fundo de vergencia sem qualquer fundo de crigem partidária, pessoal ou política que levasse as duas Bancadas, uma e outra a, maciçamente, tomarem posiçõis uniformes embora uma e cu-tra em oposição entre elas. Não se trata, a meu ver, — uma vez que não houve intenção de minha parte neste sentido — de nenhum movimento para diminuir a autoridade da Masa, e pretendo continuar a prestigiar, e pretendo continuar a prestigiar, sobretudo, o Presidente desta Casa, o Senador Auro de Moura Andrade.

Pela primeira vez, em um ano do exercício do mandato, vai ser rejeita-do maciçamente um requerimen o que buscava esclarecimentos. Vi fifurs eminentes desta Casa respeitá-veis no meu conceito, votar contra o vers no died contecto, vota config of requerimento sem sequer passar os olhos sobre a materia, abrir o precedente, porque foi a primejra vez que se votou comra um requermento que buscava esclarecimento. O "ué se de-sejava? Apenas o adiamento por alguns dias. E por que apresente c requerimento de adiamento. E por que, agora, completando, taço a apresenta-ção de uma emenda supressiva do parágrafo único do art. 9º do Projeto e suas alíneas?

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a maioria daqueles que recusaram a aprovação do requerimento dêste modesto colega, nço passou os olhos

Que diz o artigo 9??

"A Comissão Diretora baixará os atos necessários à execução desta Resolução e, em particular. os relacionados com os índices mínimos de funcionamento do Serviço Gráfico, e seu regime de produtividade e assiduidade."

Que visava eu quando tive a opor-tunidade de falar? Que pretendia? Ver como funcionam outros organismos, como a Imprensa Nacional, um órgão oficial, como êles tratam os gráficos em matéria de serviço e, também, como procediam as emprêsas privadas como o "Estado de São Paulo" o "Jornal do Brasil" "Cor-reio da Manhã", etc. Por isso solicitel o prazo minimo de dois ou três dias. Então solicitei o adiamento até o dia 20, a fim de que a matéria pu-desse ser resolvida na sessão desse da. E por que apresentei a emenda supressiva do parágrafo único e suas alineas?

"Parágrafo único. No cumprimento do disposto neste artigo, a Comissão Diretora terá em conta que estarão excluídos do regime de produtividade e assiduidade os assalariados que:"

Vamos fazer um parêntese. Anteriormente, ao que parece, pelo menos havia dúvida quanto ao trabalho: era, ou deverla ser ou havia quem sapusesse que deveria ser na base de funcionário e não de assalariado. Mas, admitindo-se que a matéria que a matéria vencida, então "assalariado" está perde éle o direito:

"a) tenham faltado no serviço 'mjustificadamente, ainda qu por uma única vez, em cadi ano;"

Então, pergunto: Quem justifical A Comissão Diretora, possivelmente Basta, portanto, que um funcionário durante o ano — e qual o Senado

que não tenha faltado, mais de uma vez, no anol — falte uma có vez, injustificadamente, e que não obte-nha a justificação, por parte da Co-missão Diretora para que perca o direito a êsse prêmio.

> "b) tenham, em cada ano, três entradas em atraso no serviço, sem justificação;"

Basta que chegue atrasado, três vêzes ao serviço, mesmo que tenha ficado uma noite acordado com um filho doente ou por qualquer outro motivo justo, e não encontre a boavontade por parte da Comissão Diretora, para perder o direito a essa regalia.

> "c) tenham-se ausentado serviço, injustificadamente, sem prévia comunicação".

Cóncordo:

"d) hajam sofrido punição:

e) tenham estado arastados do serviço por mais de trinta d'as, em cada ano, ainda que por motivo justificado".

ísto, ainda que a Mesa reconheça que êle tinha razão para faltar trinta dias. Inclusive, diz: "para o tra-tamento de saúde".

Então, um homem doente terá de vir, porque a Mesa, ainda que éle Justifique sua falta, não poderá, não tem autoridade para lhe reconhecer direito a essa prerrogativa. Ainda que ele seja o funcionário mais exemplar da Casa; ainda que, durante anos e anos, jamais tenha faltado mais de uma vez; ainda que êle seja, reconhecidamente, um devotado; ainda que coloque o serviço gráfico acima até da convivência com sua familia; se éle, porém, tiver a desgraça de ado-cer, durante 30 dias, e, ainda que a Mesa queira reconhecer que ele tem o direito de ficar doente; que foi por motivo de fôrça maior, que estava acima de suas possibilidades, não tem autoridade para conceder o que concederá a outros, embora não tão dedicados, mas que não tendo a los-cido, passam a ter essa vantagem".

Diz: "salvo se o afastamento resul-

tar de acidente"

E' preciso que êle seja atrop lado, que seja apunhalado, que êle caia por uma escada abaixo, que lhe caia um avião em cima, que lhe caia este pré-dio em cima, sómente se êle fór acidentado é que a Comissão Diretora terá poder para justificar a sua faita.

"...Ou de moléstia adquirida em consequência do próprio tra-

Então, é preciso que éle fique tu-berculoso; é preciso que não se lhe de o leite para eliminar o veneno do chumbo que éle vai cheirar, aspirar, absorver, dia e moite, no seu traba-

Somente se êle for um acidentado do trabalho, ou se for a vítima de um acidente, como os casos que expus e

acidente, como os casos que expus e outros, é que a Mesa terá podêres para justificar a sua falta.

Mas se éle ficar febril em casa; se éle ficar durante 30 dias delirando de febre; se éle tiver um tumo; se éle tiver uma paralisia, por 30 dias comprovados por tôda a Medicina brasileira, a Mesa não terá podêres para justificar a sua falta de 30 dias.

Sr. Presidente, não sei, não conhe-

na, ilegal, inconstitucional, que vai colocar um assalariado sem a menor possibilidade de amparo da parte daqueles que conhecem o seu trabalho.

No caso, a Mesa Diretora, diante de

reito, não terá podêres, não terá au- vicção de mais comissões, com am- dor que tenha, em cada ano, três entoridade para lhe reconhecer as prer- pliação dos quadros de Senadores tradas em atraso no serviço rem justogativas. Por que? Porque êle não para cada Comissão, chegaremos à tificação". Se eu atendesse à test foi atropelado, porque êle não sofreu seguinte posição: para 55 Senadores da exclusão do regime de assiduidade um atentado na sua vida, porque não teremos cêrca de 180 lugares, que se- não poderia aceitar aquela outra de caiu de uma escada abaixo. Por ésse motivo desejava chamar a atenção dos Srs. Senadores. No caso, não se trata de votar, como foi votado o requerimento, únicamente dando ima tonalidade quase de partidarismo de Bancada.

O pedido de adlamento e, agora, a emenda que ofereci, visam, precisa-mente, a evitar que esta Casa aja mal. cometa ato de injustica e de exemulo que não se ajusta à sua tradição. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Sis. Senadores, votei a favor do adiamento, inclusive pelo que havia lido ne art. 99, objeto das observações do nobre Senador Máxio

Vatei, confesso, por questão de consciência. E' do meu temperamento não votar contra a minha consciência, sob terações dando mais podêres à Dirchipótese alguma porque, realmente, cão-Geral Administrativa do Senavotar contra a infinia consciencia, sor cão-Geral Administrativa (3) Senanipótese alguma porque, realmente, cão-Geral Administrativa (3) Senanipótese alguma porque (3) Senanipótese a lidade.

Quem é que afirma que êste proteto não fere princípios constitucionais, direitos adquiridos? Qual a ofensa em se pedir um adiamento para um me-lhor entendimento da matéria, que envolve prerrogativas, direitos e deveres de uma classe?

Sr. Presidente, esta questão, como bem frisou o nobre Senador Mário Martins, não é partidária. Eu não set nem mesmo se o voto obedeceu au grande principio das convicções, nem mesmo sei se houve tempo para umo análise meticulosa da matéria. A verdade é que o Senador Mário Martins não tentou nem de leve ofender a Mesa que dirige e o ienta os nossos trabalhos, principalmente quando er fim de mandato.

Mas, volto a primeiro principi. Quando a quesião é de consciência assim deve ser tratada. E aquêles que defendem os seus pontos de vista por convicção sempro-devem merecer odo respeito e todo acatamento. Não vou argumentar sôbre argu-mentos que já foram apresentados,

mas confesso a esta Casa: se o Projeto disciplina, atribui responsabili-dades ao Diretor-Geral e à Vice-Diretoria - Geral Administrativa, ha aqueles artigos que merecem estudo mais meticuloso. Todos nos sabemos, e o Projeto proclama: tôda vez que se atribul responsabilidade direta a um só individuo, o processo falha quando o individuo desaparece. E' o parios dos situares perigo das ditaduras.

Verifica-se, agora, que havia necessidade de um órgão, não de uma pes-soa apenas, para orientar, para dir-gir, para disciplinar a Gráfica do Se-nado. Como nos admitimos que, numa primeira etapa, houvesse necessi-dade de uma concentração maior de podêres nas mãos dêste, daquele ou daquele outro indivíduo.

Sr. Presidente, não sei, não conhe- Confesso que se o projeto se circo, duvido e desafio que, em alguna curscrevêsse, apenas, aos arts. 1º, 2º,
parte dêste país, possa haver egis- 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e aº quase não halação de tal ordem, legislação desuma- veria motivos para adiamento da matéria. Não disse que não haveria mo-tivos. Mas, há o art. 9º, acêrca do qual discorreu, com muita proprieda-de o nosso companheiro Senador Ma-rio Martins.

rão preenchidos pelos 55 Senadores, eliminando os ocupantes da Mesa, componentes que não podem pertencer a qualquer cutra das comissões permanentes.

ermanentes.

Então, se dividirmos o número de lugares a serem ocupados pelo número de Senadores, que são 55, cada qual ficaria com a responsabilidade de no mínimo 3 comissões, se a divisão fôsse equitativa.

Muita gente não sabe, mas há Sa-nadores mais velhos um pouco do que eu, que vêzes saem do Senado a madrugada.

Sr. Presidente, realmente o projeto è uma sugestão para a próxima re-forma regimental. Há uma comissão estudando um substitutivo para o Regimento atual, e há um trabalho, muito bem elaborado pelo ex-assessor da Presidência o falecido Isaac da Presidência o falecido Isaac Brown, e que se encontra nas mãos de um dos nossos companheiros para estudo mais meticuloso.,

Esse projeto é uma sugestão, muito interessante, para possíveis al

apreciação mais consciente e mais capaz de certos e determinados artigos e parágrafos, que demandam -studo, para uma vetação consciente porque, na verdade a responsabilida-de é nossa, é do Plenário? A Mesa apresentou a proposição. votação consciente,

Vamos referenda-la? Rejeká-la alterá-la?

Sr. Presidente, não discuto êste as sunto, à base da rejeição, friamente objetivamente. Desejo conhecer a legislação que trata dos trabalhadores subordinados à C.L.T., t. Consolida-ção das Leis do Trabalho.

Não desejando argumentar usei da tribuna mais para justificar a minha atitude, no voto que dei fa-

a minha atitude, no voto que dei favorável ao adiamento.

Tive mesmo um propósito que mfeliamente, não concretizei — 6 de
reduzir o prazo de adiamento proposto pelo Senador Mário Martins porque é da tradicão desta Casa conceder os adiamentos solicitados para
melhor estudo das matérias ou- nos
são propostas. Seja como fôr, Sr.
Presidente, votei peio adiamanto
Como não tendo feito estudar nelinor a matéria não posso deixar de thor a materia não posso deixar de votar pela supressão daquele artigo. daqueles dispositivos apresentados pelo Senador Mário Martins.

Também não aceito que um traba-

lhador que tenha faltado ao servico uma única vez. em cada ano fique excluído — note-se bem — excluído do regime de produtividade e de assiduidade. Por que de produticidades de?

O Sr. Mário Martins - Permita V Exa. um anarte? (Assentimenta do orador) — O estadonovismo na União Soviética não é tão rigoroso quanto este dispositivo.

O-SR. AURELIO VIANNA admito nem aceito que os autora da proposição tivessem tido, sequer, a intenção de ferir aqueles que traba-lham nesta Casa e sob o regime es-pecial da Consolidação das Leis do Trabalho.

Mas nós não estamos discutindo boas ou más intenções. Estamos dis-cutindo um texto que nos foi apresentado

Também não posso ,aceitar

tradas em atraso no serviço sem jus-tificação". Se eu atendesse à tese da exclusão do regime de assiduidade não poderia aceitar aquela outra da produtividade porque seria a negação de tudo que venho defendendo através de muitos anos.

Não estamos discutindo a ui nem mesmo com caráter de fazer onde lá fora, porque estou com o pensamento expresso, hoje pelo jornalista Deputado Márcio Alves, que disse: "vou voltar às colunas dos jornais, porque o que se diz na Camaira não é revelado ao povo". Há um silêncio sôbre as atividades dos parlamentares. Hoje, uma entrevista tem muito mais destaque do que os discuros de apredesta de como destaque do que os discuros de apre-ciação que se fazem no Panlamento. Felizes, como eu e outros, dos entre-vistados. E infelizes os que defendem proposições de interêsse nacional ou de interêsse das classes porque reiimpera um silêncio sepulcral. Demônios são pintados, muitas vêzes, como anjos e os anjos apriesentados como demônios. E os inimigos das classes são pintados como amigos, mesmo quando rejeitam as proposicões que a elas, às classes trabalha-doras, interessa; e os amigos, aquê-les que votam a favor das reiviniica-ções do povo, são apresentados como inimigos. Quartas e quantas vêzas...

Mas, Sr. Presidente, é um dehate que interessa a um pequeno grupo de funcionários e que, provávelmente, ficará, como tantos outros, sepultado aqui, nos subterrâneos do Senado Federal.

Não aceito também o item "e". Estarão excluídos do regime de produ-tividade e assiduidade os que:

"(e) tenham estado afastados do serviço, por mais de 30 dias, em cada ano, ainda que por motivo justificado, inclusive para tratamento de saúde, salvo se o afastamento resultar de acidente ou de moléstia adquirida em conseqüência do próprio trabalho".

Citou o Senador Mário Martins uma infinidade de doenças que poder. le-var ao leito por 10 días, por 15, por 35, por 10 nor 60, um funcionario exemple - 10, compridor dos seus deveres, comorizado quanto ao sentido de responsabilidade

Então ele está excluído do regime de assiduidade e também de produti-vidade, embora tôda vez que eu ocupe seu trabalho êle. em produtividade, vença todos os outros.

Eu não posso, porque não posso mesmo, votar a favor destes princi-pios que aqui se encontram. Eu estaria constrangido perante mim mes-mo. E o sujeito que eu traho mais mêdo de desgotar é o Autélio Vian-na; sou eu mesmo. O sujeito cue eu mais temo é a consciência de Aurélio Vianna quando o acusa de cometer um érro. E quantos tem cometido! E não é novidade, norque nas pris-cas eras do primitivo Cristianismo, nos encontramos aquela voz que dizia a Paulo de Tarso no daminho de Damasco: "Duro é para til recalcitrar contra os aguilhões". isto é. contra a voz da tua propria consciência.

Parece uma coisa sem sentido, cem importância. Trata-se de um peque-no gruno de trabalhadores. Que im-portância tem? Por que perder tan-to tempo em discutir isto?

Tem muita importância para quem discute em têrmos de principios e respeito àqueles que defendem por princípio, o que se encontra neste encontra neste projeto que acabamos de comentar.

atestados médicos, diante da certeza. Quando fomos dispertados para a causa de exclusão do regime de productividade porque não é só de asejurança de que matéria? Num sistema em que o traditividade porque não é só de asejurança de que matéria? Num sistema em que o traditividade porque não é só de asejurança de que matéria? Num sistema em que o traditividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente com a constante dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por princípio em más resdente dutividade porque não é só de asejurança de que o fascista por construnisdesente com o comunista por princípio mo. E' como o comunista por princípio memetido de doença, ficando 30 dias em ainda, porque, diante da reforma redata a minha estranheza de se ter indata de exclusão do regime de prodata de exc O fascista por principio è mais res-peitado que o fascista nor coortunis-mo. E' como o comunista por prinra, de araque, por oportunismo, quan-do ve certas tendências mimetiza.

E' como o camaleão, que toma a côr da árvore onde êle está, para se cor da arvore onde ele esta, para se adaptar ao meio ambiente fugindo à responsabilidade de agir às claras. Por isso eu respeito aqueles que, por convicção, por principio, estabeleceram êstes dispositivos, embora o meu pensamento seja o que já expus.

Mas, em sintese, esta é uma casa de debates. Não tivesse o nome de Parlamento!

E' pem verdade que muita gente gostaria que o Parlamento fôsse, como diria um cidadão muito conhecido lá nos nosso pagos, o Senador Teotônio Vilela, silente.

Muita gente gostaria que o Parlamento fôsse isto mesmo - a casa do silêncio, do amem. Felizmente, o Senado não e essa casa. Debatemos de-fendemos os nossos principios. Muitos se admiram de que, depois de um debate em que o entusiasmo pontifica os adversários — porque não são inimigos — se entendam as mãos. Mutos se admiram. Mas isso e da essência da democracia.

As vêzes, os maiores amigos estão, aqui dentro, defendendo teses opostas. cada qual com o seu principio lutancada qual com o seu primerpo latar-do, lutando dentro dos princípios re-gimentais e da Constituição, até que as munições se acabem peto voto, que é a decisão suprema e última.

Ah! Se eu pudesse, apeiaria para a Mesa no sentido de que reestudas-se. Dir-se-á: "— Mas nos estudamos muito". Mas diremos nos, reestudem um pouco mais essa matéria, nesse campo, à luz da legislação atual, que é imperativa.

Se tomaram conhecimento dessa leglslação, porque tiveram tempo de organizar o projeto, que nos deem um pouco de tempo para que possamos, também, analisá-lo modificando, alterando, humanizando a proposição em alguns dos seus artigos e paragrafos.

Sr. Presidente era o que tinhamos a dizer. E não vamos procurar amparo em legislação or nenhum outro povo, de nenhum outro país mas nos princípios humanistas do povo brasileiro e na legislação que rege a matéria.

A impressão que eu tenho, até que provem o contrário, é que se esses funcionários estão subordinados a C. L. T., nenhum dispositivo podera lhes tirar o direito que a C.L.T. lhes concede. Não sei se tira. Et quero saber. Se há crime, o crime è éste! (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) - Tem a palavra o nobre Senador Moura Andrade.

O SENHOR SENADOR MOURA AN-D SENHOR SENADOR MOURA ANDRADE PRONUNCIA DISCURSO QUE, POR CONSUBSTANCIAR O PARECER DA COMISSÃO DIRETORA AO PROJETO, SERA PUBLICADO POSTERIORMENTE, DEPOIS DE VOTADO PELA COMISSÃO DIRETORA E ANEXADO AO PROJETO.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palayra declaro encerrada a discussão.

O projeto sairá da Ordem do Dia para i: a Comissão Diretora a fim de dar parecer rôbre a emenda de autoria do nobre Senador Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE - (Moura Andrade)

nanças, como conclusão de seu Parecer nº 75, de 1968). Parecer javorável, sob nº 76, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palayra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pau-

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto apro-ขณณ0:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1968

Autoriza o Govêrno do Estado de Mato Grosso a contrair emprestimo externo.

O Senado Federal resolve:

Art. 19 E' o Govêrno do Estado de Mato Grosso autorizado a contrair o empréstimo externo constante do contrato de financiamento até o valor de US\$RDA 5.000.00000 o valor de US\$RDA 5.000.000.00 Rio Negro, e da out.as provicencias, (cinco milhões de RDA dólares), ajustado em Cuiabá, aos 22 de junho de 1967, com a Deutsch Export und Importgesellsc.att Feinmechanik Optik, m.b.h., com sede em Berlim 102 Schikleretr, 7, para a aquisição de apareihos de Raios-X e de técnica de medicina, bem como instrumentos médicos, sem produção similar no Brasil, destinados ao eguna; lar no Brasil, destinados ao equipamento de serviços sanitários e outras instituições de Estado de Mato Grosso, desde que dilate o prazo de vali-dade da cláusula 2 do contrato base.

barque.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE - (Moura Andrade)

Item 8:

Discussão em segundo turno Projeto de Lei ao Senado nº 60 de 1967, e autora do Sr. Senado re Cattete Pinheiro, que dispõe sobre aposentadoria por implemento de tempo de contribuição mento de tempo de contribuição despachantes acuaneiros, altera a redesponso resultativa dos serviços ce despachantes acuaneiros, altera a redesponso resultativa dos serviços ce despachantes acuaneiros, altera a redesponso resultativa dos serviços despachantes acuaneiros, altera a redesponso resultativa dos serviços despachantes acuaneiros, altera a redesponso redesponso redesponso redesponso de 1966, e dá outras providências; e despachantes acuaneiros, altera a redesponso desponso e despachantes acuaneiros, altera a redesponso e despachantes acuanei

Em discussão. (Pausa)

Não havena quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nos têrmos do Regimento, está aprovado, que vai à Comissão de Redação.

> o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 1967

Dispõe sôbre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição ordem. no desemprêgo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao contribuinte da previ-dência social que tenha mantido a qualidade de segurado mediante o re-colhimento de contribuição no desemprêgo, é garantida aposentadoria por implemento de tempo de contribuição, dor) — Sr. Presidente. V. Exa. sabe implemento de tempo de contribuição, dor) — Sr. Presidente. V. Exa. sabe implemento de 30 (trinta) e 35 que eu tenho aprendido muito com Projeto de Resolução nº 16, de contribuições mensais sucessivas, com mental. De modo que sempre que 1968, que autoriza o Govérno do 30 (oitenta por cento) do "salário de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra, pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra pela ordem, procuro de sucessivas de peço a palavra pela ordem, procuro de peço a palavra pela ordem, procuro de pero de contribuição de peço a palavra pela ordem, procuro de pero de peço a palavra pela ordem, procuro de pero de contribuição do ordem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Está esgotada matéria constante da Ordem de Dia.

Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores hoje, às 21 horas e 30 minutos, haye-rá reunião conjunta do Congresso Nacional, para apreciação de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, de-

signo para a sessão ordinária de amanha a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Pro-Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Camara nº 137, de 1967 (nº 707-B-67, na casa de origem), de iniciativa do S. Presidente da República, que anera o art. 1º da 151 nº 3.378, de 2 pe aurit de 1958, que eleva para Cr\$ 55.000.000,00 a ajuda financeira concedida as Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia de Río Negro, e da cultas trovicencias. Rio Negro, e da outras provicencias, tendo Parecer favoravel (nº 2-68) ao

de quatro anos, com juros de 6% ao legado-Supiente, a Delegação do Brasa ano calculados a partir da data da emissão dos conhecimentos de ema Comércio a Descrita da Comércio da Comércio a Descrita da Comércio da Comércio da Comércio de Comér

Discussão, em turno único, do Pro-eto de Resolução nº 15, de 1968, de jeto de Resolução nº 15, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos vagos de Auxilar Legislativo, candidatos habilitades em ececurso público.

ao artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sôbre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia Odon-tologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

CALENDARIO PARA APRESENTA-ÇÃO DE EMENDAS

Dias 8, 9, 12, 13 e 14 de fevereiro de 1968.

O SR. MARIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Pela ordem - Sem revisão do ora-

Estado de Mato Grosso a contrair benefício", no primeiro caso, e, inte-empréstimo exierno (Projeto gralmente, no segundo.

apresentado pela Comissão de Fi-; Art 29 Esta Lei entre em visor ne tender corrigir. Se não ouvi mal, V. Exa. acaba de incluir na Ordem do Exa. acaba de incluir na Ordem do Dia para amanha, um projeto recemretirado da Ordem do Dia desta sessao, que terá de ir à Comissão Diretora. De modo que pergunto: foi realmente incluído na Ordem do Dia para amanha o projeto que ainda irá a Comissão Diretora?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Foi anunciado para a Ordem do Dia de amanhâ, já com parecer da Comissão Diretora. O SR. MARIO MARTINS — Já com parecer?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Perfeitamente. O parecer acabou de ser dado pelo Presidente, oralmente, em plenário.

O SR. MÁRIO MARTINS — Daí, justamente a minha questão de ordem, que é para aprender, e estou aprendendo. Quer dizer que o projeto vai à Comissão Diretora, mas a Comissão Diretora dêle não vai tomar conhecimento, porque já houve parseer do Presidente? parecer do Presidente?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Ela vai votar o parecer cado pelo Presidente.

O SR. MARIO MARTINS — Nenhum membro da Comissão Diretora poderá pedir vista do processo?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Poderá pedir, se o desejar.

O SR. MARIO MARTINS -Discussão, em turno único, do Frojeto de Resolução 1.º 14, de 1968, de
que o Regimento permite que um
autoria o Relator de Anais e Documen
tos Farlamentares Calo Cesar de Melegado-Supiente, à Delegação do Brasula II Conferência Internacional de
a II Conferência Internacional de
Comércio e Desenvolvimento. dindo que um membro da Comissão Diretora pedisse vista do processo. Apenas eu quis, como disse, aprender regimentalmente com V. Exa. Mais uma vez fico ciente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As observa-ções de V. Exa. pedem ser feitas em relação a qualquer projeto que seja colocado em Ordem do Dia. A qualquer instante um Senador, uma Comissão ou um membro de uma Cocorrer depois de anunciado o projeto. Não obstante, os projetos são inclui-dos em Ordem do Dia. Se ocorrer pedido de vista, éles são retirados da Ordem do Dia. Se o pedido de vista ocorrer depois de anuciado o projeto, de não é incluído, depois, na Ordem do Dia, e a comunicação é feita pela Presidência, de que deixou de ser incluído em virtude da ocorrência de um fato impeditivo.

De modo que a estranheza de V. Exa. é só em relação a esta ma-téria. Mas, é regra para tôdas as matérias o anúncio dos projetos para a Ordem do Dia. V. Exa. mesmo tem conhecimento de que, frequentemente, a Presidência anuncia, pera a Ordem do Dia, matérias que ainda estão nas Comissões para receberem pareceres. Aguarda que as Comissões encertain seus pareceres e, se porventura, não elas encerram, frequentemente o parecer é dado oralmente, mediante requerimento que se formule em plenário.

Não há nada que estranhar, portanto, no anúncio da matéria para a Ordem do Dia de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Sena lo Federal, no uso de sua atribuíções, DEFERIU os seguintes requerimentors

de SALARIO-FAMILIA, na forme do artigo 160, tiem 35, da Resolução nº 6, de 1960:

	N.* Req.	SERVIDOR	CARGO		DEPENDENTE(S)		GRAU DE PARENȚESCO (INICIO
	DP-44/68	ARLETE BELOTA TAPAJOS	Or.Leg.	L-6	SIGRID	F	ilha	Cancelar
	DP-24/68	JORGE CESAR GOUVEA	Aux Limpeza PI	-15	João	F:	ilho	Novembro/67
	DP-22/68	ZORMELINA RIBEIRO ALVES	or Leg. PI	-6 ′	REGINA	F	ilha ,	Cancelar
1	DP-11/68 .	ALZIRA DOS SANTOS MAGALHĀLS	Taq.Debates PI	-4	GALDINO e MAGNUS	F	ilhos	Novembro/67
-	DP-46/68	MILTON PEREIRA DE SANT'ANA	Linotipista Fi	-2	MARTA	F	ilha	Janeiro/64
	DP-1053/67	DYRNO JURANDIR PIRES FERREIRA	Assessor Leg. PI	-2 ,	MARIA JOSÉ FRANK PIRES FERREIRA	LIN E		Restabelecer a partir de fevereiro/67
	DP-48/68	CLAUDIO VITAL REBOUÇAS LACERDA	Aux.Sec. PL	-1.1	CLAUDIC	F	ilho ,	Janeiro/68
	de /	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do	ortigo 160, îtem 9, da Resoli	ção nº	6, de 1960:			-\
	N.* Beq.	47RVIDOR	CARGO		Repartição	TOTAL DIAS		RVAÇÕES
	DP-30/68	FERNANDO ESTEVAM DANTAS	Aux.Leg. PL-1	0 P.I	D.F.	>502	Exceto l	icenaça esp <u>e</u>
	DP-26/68	ADOLFO ERIC DE TOLEDO	Orientador de Pes quisas Leg. PL-4		ércit o	y-26 3	Todos ef	eitos leg ai s
	DP-28/68	CLOVIS CORREA PACHECO	Radiotécnico Auxi liar PL-8	Exé	ércit o	305	Todos-ef	eitos legais
	DP-54/68	MARIA HELENA TAVEIRA DIAS	Taq.Debates PL-4	T.I	F.R.	3976	Todos ef	eitos legais
	DP-912/67	ERNESTO SERGIO SETTA	Aux.Limpeza PL-1	5 Ex	ército	327	Todos ef	eitos legais

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, nº 1, da Resolução nº 6, de 1960:

N.º Red.	SERVIDOR		CARGO	PERIODO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP-21/68	MARIA ELIZA NOGUEIRA LODDO		Of.Bibliotecário PL-5	22/12/6 7 a 22/4/68	4 meses	Licença gestante.
DP-50/68	JOÃO ALVES MANGUETRA		Aux.Lavador de Auto- móvel PL-14	19 a 29/1/68	11	Tratamento de saúde.
DP-714/67	HELIO FRANCISCO ROSA		Servente PL-14	28/7 a 4/8/67		Indeferido, por não juntar atestado médi co oficial.
DP-74/68	WALTER BATISTA LAGE		Aux.Sec. PL-11	15 a 26/1/68	12	Tratamento de saúde
, p	IVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução	o nº 6	, de 1960:			,
N.º Req.	SERVIDOR		CARGO	ASSUNTO		OBSERVAÇÕES
DP423/68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NE	эго	Aux.Leg. PL-10	Abono do dia 23	/11/67	Provas na Universidad
•	1			1 '		
DP-07/68	VICTOR REZENDE DE CASTRO CALADO]	Aux.Leg. PL-7	Abono do dia 29	/11/67	Provas na Universidad
DP-07/68 DP-09/68	VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO WILON WANDER LOPES		0	Abono dos dias 24, 27 e 28/11/	17, 21,	Provas na Universidad Provas na Universidad
	1	-	Aux.Leg. PL-10	Abono dos dias	17, 21,	
DP-09/68	WILON WANDER LOPES		Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9	Abono dos dias 24, 27 e 28/11/	17, 21, 67 func.	
DP-09/68 DP-5/N-68	WILON WANDER LOPES PAULO JORGE CALDAS PEREIRA		Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9 Opr.Telex PL-11 Orientador de Pesqui-	Abono dos dias 24, 27 e 28/11/ 2º via carteira 2º via carteira	17, 21, 67 func.	
DP-5/N-68 DP-5/N-68	WILON WANDER LOPES PAULO JORGE CALDAS PEREIRA EMÍLIO DOS SANTOS VIEIRA		Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9 Opr.Telex PL-11 Orientador de Pesquisas Leg. PL-4	Abono dos dias 24, 27 e 28/11/ 2º via carteira 2º via carteira Abono dos dias	17, 21, 67 func. func. 27 e	Provas na Universidad

Diretoria do Pessoal, em 6 de fevereiro de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Suraiva, Diretore do Pesaçal.

Publique-se em 6-2-63. — Evandro Mendes Viana, Diretor Geral:

O Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, DEFERIU os seguintes requerimentos:

de SALARIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

N.º Req.	SERVIDOR	CARGO	· DEPENDENTE(S)	GRAU DE PARENTESCO	INICIO
DF-20/68	MARIA ELIZA NOGUEIRA LODDO	Of.Bibliotecário PL-		Filha	Dezembro/67
DF-39/68.	MANOEL PINHEIRO DE MOURA	Continuo PL-12	JOSÉ	Filho	Novembro/67
DP-S/N-58	ALCEBÍADES FERREIRA	Ajd.Porteiro FL-7	NILCÉA	Filha	Cancelar
DP-58/6 8	JOÃO FLORÊNCIO CAVALCANTE	Aux.Limpeza FL-14	JANDIRA MARIA CA- VALCANTE	Espôsa	Outubro/67
DP-45/68	VITAL XAVIER DE LIMA	Continuo PL-12	MARILDA	Filha	Dezembro/67
DP-945/67	JOAQUIM FIRMINO DE MELO	Ascensorista PL-14	MARIA SIDÉRIA	Filha	Março/67
TP-61/68	LEIL AZEVEDO GOMES	Continuo PL-12	LEILSON	Filho	Jameiro/68
DP-72/68	HENRIQUE JULIO DE CARVALHO PERREI- RA	Orientador de Pesqui- sas Leg. PL-4	NEUZA AHNAUD FER-	Espôsa	Janeiro/67
de .	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do	artigo 160, item 9, da Resolução n	g 6, de 1960:		
N. Req.	SERVIDOR	CARGO		OTAL OBSE	RVAÇOES
DP-29/68	HENRIQUE JULIO DE CARVALHO FERREZ-	Orientedor de Pesqui			
	RA		l. da Indústria e omércio - AM 4	16 Todos e	feitos legais
DP-33/68	RUBENS DO PRADO LEITE	Red.A.Doc.Parlamen-F			licença espe
	•	tares PL-2 r	al de Carmópolis }	nais en interin	
DP-27/68	PAULO DE TARSO B. GOUVEIA DE BAR- ROS	Red.A.Doc.Farlamen-U	niversidade Fede- 7 al da Paraíba		para fins de ais enquanto erino.

DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:								
N.º Req.	SERVIDOR	CARG	o	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES			
DP-1044/67	CLAUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA	Aux. Sec.	PL-11	Abono dos dias 27, 28 e 29/11/67	Provas na Universidade			
DP-76/68	-HENRIQUE SIQUEIRA TILLMANN	Aux.Leg.	PL-10	Abono dos dias 20/11/67, 29 e 30/1/68	Provas na Universidale			
DP-92/68	JOSÉ BENEDITO BRANDÃO	Aux.Limpeza	PL-14	Férias-exerc. 1967	De 29/12/67 & 27/1/68			

Diretoria do Pessoal, em 7 de fevereiro de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

Publique-se em 7-2-68. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

MESA

Monra Andrade — 3º Secretario — (MDB - AM)
4º Secretario — Cattlete Pinheiro — PA)
PA)
Pontena — Presidente (ARENA - SP) 1º Vice-Presidente — Nogueira da ARENA Gama — (MDB — MG) . 2º Vice-Presidente - Gilberto Ma-ARENA - SC)
Pinho - (ARENA - GB) . 3º Suprente - Grido Ma-ARENA - SC) 17 Secretario — Cinterto Mariz — Supiente — Guido Mondin — (ARENA — RS)

18 Secretario — Dinarte Mariz — 37 Supiente — Sebastino Archer — (MDB — MA)

29 Secretario — Victorino Freire — (MDB — MA)

ARENA — MA)

(ARENA — RS)

(ARENA — RS)

(ARENA — RS)

(ARENA — RS) 19 Secretario - Dinarte Mariz -ARENA - RN) (ARENA - MA)

Liderança

DO GOVERNO

Lider - Daniel Krieger - (ARENA - RS)

Paulo Sarasate (ARENA - CE) Eur. Eurico Rezende - (ARENA (ES)

DA ARENA

вомв Lider - Filinto Miller - (MT) Lider - Aurélic Vianna - 'GB),

Vice-Lideres:

Wilson Gonçaives - (CE), Antônio Carlos - (SC) Rui Palmeira - (PB) Manosi Vilaça - (RN) Vasconcellos Torres - (RJ) Vice-Lideres:

Adalberto Senna - (ACRED) Line de Mates - (3P)

Bezerra Neto - (MT)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

() membros) COMPOSICAO

Presidente: Jose Ermirio Vice-Presidente: Julio Leite

ARRNA

TITULARES José Feliciano 🕝 ... Ney Braga João Cleophas Teotônio Vilela Júlio Leite

SUPLENIES ! Attilio Fontana Leandro Maciel Benedicto Valladares Adolpho Franco Signiredo Pacheco

José Ermirio Mários Martins Aurélio Vianna Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas. Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros) COVIERDIAVÓ

Presidente: Milton Campos Vice-Presidente: Antônio Carios

ARENA

TITULARES Milton Campus Antonio Carlos Aloysic de Carvalho Eurice Rezende Wilson Gonçaives Petrônio Portela Carlos Lindenberg Rui Palmeira

• STPLENTES Vasconceios Torres Danie, Krieger Benedicto Valladares Alvaro Mula Lobão da Silveira Jose Feliciano Menezes Pimentel Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino Bezerra Neto Josaphat Marinho Aarao Steinbruch Aurelio Vianna Mário Martins

retaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ot. Legislativo — PL-6. Reuniões: quartas-feiras as 16 noras.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (7 Memoros)

COMPOSIÇÃO Presidente: João Abrahão Vice-Presidente: Eurico Rezenda

ARENA

THULVEES José Feliciano Lobão da Silveira Petrônic Portela Eurico Rezende Attilio Fontana

SUPLENTER Benedicto Valladares Adolpho Franco Arnon de Melo José Leite Mello Braga MDB

Adalberto Sena Lino de Mattos

João Abrahão Aurélio Vianna Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSICÃO

Presidente: Carvalho Pinto

TITULARES

Vice-Presidente: Márto Martins

ARENA

SHPLENTES

Carvalho Pinto Carios Lindenberg Juito Leite Teotonio Viiera , Domicto Gondim Leandro Maciel

-Jusé Leite João Cleofas Duarte Filho Significa Pacheco Filinto Müller Paulo Forres

MDB

Mário Martins Pedro Ludovico Lino de Mattos Jose Ermirio Josephai Marinho Jose Abrahão

Secretaire Claure Carlos Ródrigues Costa . Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros) COMPOSIÇÃO

- Presidente: Menezes Pimentel Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTES

Menezes Pimentel Mem de Sa Alvaro Maia Duarte Filho Aloysio de Carvalho

nenedicto Valladares Antônio Carios
Sigefredo Pacheco
Teotonio Vilieia
Petronio Portele

Adalberto Sena Lino de Maitos

Antonio Balbino Josephat Marinho

Secretario: Claudio Carlos Rodrigues Costa Reuniões: Quartas-teiras, às 15b 30m.

- COMISSÃO DE FINANÇAS

MDB

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figuefredo Vice-Presidente: Paulo Sarasate ARENA

TITULARES

SUPLENTER

João Cleutas Mem de Sá Mem de Sa Jose Leite Leandro Maciel Manoel Villaga Clodomir Milet Adolpho Franco Sigefredo Pacheco Peulo Sarasate Carvalho Pinto Fernando Correa

Antônio Carios Jose Guiomard Daniei Krieger Petronio Portela Attilic Fontana Juno Leite Mello Braga Carlos Lindemberg Ceiso Ramos Teotonio Vileia Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo Bezerra Neto Oscar Passos Arthur Virgilio

Josaphat Marinho Jose Ermirio Lino de Mattos Pessoa de Queiros

Secretario: Hugo Rodrigues Figueiredo. Reuniões: Quartas-feiras as 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMERCIO

O MEMBROST COMPOSIÇÃO

Presidente. Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TETULARES

SHPLENTES

Ney Braga Attilio Fontana Adolpho Franco Domicio Gondim João Cleophas Julio Leite Jose Candido
Rui Paimeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz José Ermirlo
Secretária: Maria Helena Buene Brandão — Of. Leg. PI-6.
Reuniões: Quintas-feiras. às 16 noras.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSICÃO

Presidenta Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

SUPLENTE

Petronio Porteia Domicio Gondim Alvaro Maia Jose Candido Mello Braga . Julio Leite

TITULARES

Josè Guiomara José Leite Lobão da Siveira Manoei Villaça Celso Ramos Duarte Filho

MDB

Aarao Steinbruch Rui Carneiro Arthui Virgilio

Bezerra Netto Mário Martins Adalberto Sena

Secretamo: Claudi I. C. Leal Neto Reunides: Terças-feiras as quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinh Vice-Presidente: Domicio Gondin

AHENA

TITULARCE

SUPLENTER

Domicio Gondin Jose Leite Celso Ramos Paulo Torres Carlos Lindenberg José Feiiciano Mello Braga Jose Guiomard Vasconcellos Forre. Rui Palmeira

MDB

Josaphat Marinho Jose Ermirio

Aarão Steinbruch Argemiro de Figueiredo

Secretario: Cláudio I. C. Leai Neto Reunides: Quartas-feiras, as quinze noras.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SÉCAS

(T MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro Vice-Presidente: Duarte Filho

A RENA

TITULARE

Rui Paimeira Manoei Villaca Clodomir Miles Júlio Leite Duarte Filhe

Menezes Pumente José Leite Domicio Gondin Leandro Maciel Petrônio Porteia

MDB

Rui Carneiro Aurelio Vianna Pessoa de Queiroz Argemiro de Figueiredo

Secretario: Claudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9_MEMBROS)

COMPOSICAO

Presidente: Wilson Gonçaives Vice-Presidente Carlos Lindenberg

ARENA

PITTILARES

SUPLENTE

Wilson Gonçaives Paulo Förres Antonio Carios Carios Lindenberg Mem de Sa Eurico Rezende

José Feliciano Daniel Krieger Adolpho Franc Rui Palmeira Petronio Portele Clodomir Milet

José Ermirio Lino de Mattos Josanhar Marinho Antônio Balbino Aurélio Vianna Asrão Steinbruch

Secretario: Afranio Cavalcanti Mello Junior Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS),

COMPOSICÃO

Presidente: José Feliciano Vice-Presidente: Teotônio Villela

ARENA

TITULARES

SHPLENTES

Teotônio Villeia Antônio Carlos -Jose Feliciano Lopão da Silveira Felipto Muller Mem de Sá Jose Leite Jose Guiomard Bezerra Neto

MDB

Secretario: Mário Nelson Duarte Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSICÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pesosa de Queiroz

ARENA

Benedicto Valladares Mehnto Muller Aloysio de Carvalho Antonio Carles Jose Candido Arnon de Melo Mem de Sa Rui Paimeira

Pessoa de Queiro.

Aarao Steinbruch

Mario Martins

Alvaro Maia Fernando Correa Ceiso Ramos Wilson Gonçaives Jose Guiomard Jose Lette Clodomir Milet Menezes Pimentel

MDB

Pedro Ludovico Aurélio Vianna Argemiro Figueiredi

Secretario: J. B. Castejon Branco Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSICAO

Presidente: Sigetredo Pacheco Vice-Presidente: Manoei Villaça

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Sigefredo Pacheco Duarte Funo Fernando Corres Manoel Villaça

Júlio Leite Clodomir Millet Ney Braga José Cândido

MDB

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretàrio: Alexandre Mellio Reuniões: Têrcas-feiras, às 16 horas,

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(? membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres /ice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARE

SUPLENTE

Paulo Torres Signified Pacheco Ney Braga José Cândido

Attilio Fontana Adolpho France Manoel Villaça Mello Braga Julio Leite

IDB

Oscar Passos Mário Martins Adalberto Sena Padro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PUBLICO CIVIL

TOMPOSIÇÃO

(? memoros)

Presidente: Vasconcelos Torres. Vice-Presidente. Arnon de Meio

ARENA

Vasconcellos l'orres
Carios Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Forres
José Guiomard

SUPLENTE Jose Feliciano Antonio Carios Manoei Viliaça Menezes Pimentel Celso Ramos /

MDB

Lino de Mattos Aarão Steinbruch

Arthur Virgilio
Adalberto Sena
Secretario J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Fercas-feiras às 15:00 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PUBLICAS

(5 membros) COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Leite Vice-Presidente: Lino de Matos

ARENA

José Leite Ceiso Ramos Arnon de Melo Attilio Fontana

MODIENCES José Guiomard Petronio Portela Domicio Gondin Carlos Lindenberg

M-D B

mo de Mattos

Arthur Virgilie

Secretária: Carmelita de Souza Reunides: Quintas-teiras as 16:00 horas.

COMICSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard Vice-Presidente: Clodomir Milet

ARENA

José Guiomara

Fernando Correa

Clodomiz Milet Alvaro Maia

Lobão da Silveira

José Feliciano

Filinto Muller Sigefredo Pacheco

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretario: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-teiras as 15:00 horas.





SECAO

ANO XXIII - N.º 28

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREGRO DE 1963

PRESIDÊNCIA

SESSAO CONJUNTA Em 14 de fevereiro de 1968, às 21.30 horas (QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2, de 1968 (CN), que acrescenta mens são art. 165, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo Pareder, sob nº 2, de 1968 (CN), da Comissão Mista; sôbre o Projeto — favorável com emenda de nº 5 R; sôbre as emendas — favorável com subemenda à de nº 4 e contrário às de ns. 1, 2 e 3.

SESSAO CONJUNTÀ

Em 15 de fevereiro de 1968, às 21,30 horas (QUINTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1953 (CN), que fixa ou eletivos dos Quadros de Oficiaisi Generais Combatentes e de Ofi-

ciais do Quadro da_s armas e Material Bélico do Exército, tendo Parecer, Bob nº 3, de 1968 (CN), de Comissão Mista: sôbre o Projeto — favorável com empana de nº 3 R; sôbre as emendas — contrário.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos térmes do art. 38, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 333, de 24 de outubro de 1967 que altera os critérios de distribuição do Impúsio Unico sóbre Energia Elétrica e da outras providências.

Art. 1º E' aprovado o texto do Decrete-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Impôsto Unico sobre Energia Elétrica e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE Presidente do Senado Federal

Publicado no D.C.N. (Seção II) de 9 de fevereiro de 1968 e que se re-publica por ter saido com incorreção.

FEDERAL SENADO

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos têrmos do art. 45, nº IV, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinta

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1968

Suspende a execução do § 3º do artigo 5º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Peulo.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos têrmos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federai, proferida, em sessão plenária de 11 de maio de 1967, no Recurso em Mandado de Segurança nº 14.511, a execução do § 3º do artigo 6º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 1968 Auno Moura Andrada Presidente do Senado Federal

Faço suber que o Senaco Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos têrmos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, premulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1968

Terna sem efeito a nomeação de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legulativo.

Artigo único. Fica sem efeite a nomeação feita de acôrdo com o art. 35, alínea "c", item 2, da Resolução nº 2, de 1959, de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurros público para o cargo inicial da carreira de Auxiliar Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, em virtude do accurse do prazo legal.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 1968

Auro Moura Andrade Presidente do Senado Federal

ATA DA 24ª SESSÃO, EM 13 DE FEVEREIRO DE 1968

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, EDMUNDO LEVI E GUIDO MONDIN.

As 14 horas minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Oscar Passos Edmundo Levi Cattete Pinheiro Clodomir Milet Menezes Pimentel

Wilson Gonçalves Argemiro de Figueiredo José Leite Aloysio de Carvatho Carlos Lindembers Raul Giuberti Paulo Torres Aarão Steinbruch Vasconcelos Tôrres Aurélio Vlanna Gilberto Marinho Benedicto Valladares Nogueira da Gama Lino de Mattos Moura Andrade Pedro Ludovico Fernando Corrêa Nev Braga Mello Braga

Attilio Fontana Guido Mondin Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - A lista presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lída a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Soure a me-sa, oficio que val ser lido pelo Se-nhor 17 Secretário.

E' lido o seguinte: MINISTERIO DO EXERCITO CAPINIM OF STRINGS

Escalão Avançado Brasilia, DP, 12 de fevereiro de 1968 Oficio nº 185-38

Ass. Parl.

Senhor Secretaria

Incumbiu-me o Exmo. Sr. Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, de comunicar a Vossa Exa., que comparecerá ao Senado Federal, no próximo dia 15 de fevereiro, às 15 horas, atendendo convocação do Exmo. Sr. Senador Mário Martins. — Antônio Bandeira Co-

ronel Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro do Exército.

O SR. PRÉSIDENTE:

(Moura Andrade) — Conforme acaba de ser lido, o Ministro do Exercito, Sr. General Aurélio de Lira Tavares, comparecerá ao Senado no próximo dia 15, depois de amanha, às 15,00 noras, atendendo à convocação do Sr. Senador Mário Martins, que deverá encaminhar à Mesa, nos têrmos do Regimento Interno, a relação dos ouesitos de sua arguição ao Sedos quesitos de sua arguição ao Se-nhor Ministro do Exércto, a fim de que seja dado prévio conhecimento da matéria a S. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Anarade) — O Sr. 1% Secretário procederá à leitura de officios recebidos da Câmara dos Deputados.

São lidos os seguintes:

Brasilia, 8 de fevereiro de 1963.

Nº 682

Comunica rejeição do Decreto-lei nº 346, de 1967.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados, em sessão de 7 de fevereiro do corrente ano, aprovou o parecer da Comissão de Constituição e Justica pela inconstitucionlidade do Decreto-lei nº 346, de 28 de dezembro de 1967, que dispõe sôbre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduanciros, altera o Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

Outrossim, levo ao conhecimento de Vossa Excelència que a referida proposição foi, nesta data, enviada ao Arquivo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Henrique La Rocaue.

Brasilia. 9 de fevereiro de 1903.

Nº 690

Comunica rejeição do Decreto-lei nº 347, de 1967.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se dig-ne levar ao conhecimento do Senaco Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou o Parecer nº 21-68, da Comissão de Constitução e Justiça, pela inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 347, de 29 de dezembro de 1967, que dispõe sôbre a entrega das parcelas, pertencentes aos municipios do produto da arrecadação do Im-pôsto sôbre circulação de mercado-

Outrossim, levo ao conhecimentode Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada ao Arquivo.

Aproveito a oportunidade para re-novar a Vossa Excelência os protes-tos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Henrique La Rocque. Rocque.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido será encaminhado à Secretaria Geral da Presidência, para as devidas anotações:

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Sôbre a mesa Projeto de lei que será lido pelo Sr. 19 Secretário.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL -

DIRETOR - GERAL ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVICO DE PUBLICAÇÕES J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO: * CHERT DA SEÇÃO DE REDAÇî FLURIANO GUIMARĀES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

expresso nes oficines do Departamento de Imprensa Nacional - BRASÍLIA

E' lido o seguinte: .

PROJETO DE LEI DO EFNADO Nº 13, de 1968

Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de Moradias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São as Caixas Econômicas Federais, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Esta-do e demais instituições oficiais congêneres autorizados a conceder finan-ciamento, para construção ou aquisição de unidades residenciais, a quem possua casa própria, desde que comprovado:

I - possuir o interessado, no caso de construção, terreno de sua proprie-

dade, para esse fim;
II — ter margem consignável. em
sua remuneração, sufficiente ao atendimento de novo ônus;

III — estar em dia com o paga-mento do imóvel anteriormente adquirido, com prestações realizadas há

mais de 2 (dois) anos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor
na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam—se as dispos.ções

em contrário.

Justificação

A legislação vigente, relativa ao processos de financiamentos de residôncias, porque limita a concessão tos mesmos apenas ara atendimento das necessidades de casa própria, cria, por esse efeito, um estado de hipertrofia dentro da política de desenvolvimento nacional, impedindo a participação, nesse processo, dos que possuem condição econômica capaz de enfrentar novo oz is no campo da construção civil.

De fato, já estando pràticamente superados os planejamentos de investimento no campo de financiamento para a aquisição de casa própria. e sendo grandes os recursos disponíveis das instituições oficios que operar no ramo, não parece justo fiquem esses saldos paralisados, quando poderiam ser utilizados em planos que garanti-

rão reinvestimentos seguros.

O projeto, pois, sem prejudicar a programática em vigor, oferece solução ao problema cercando-o das indispensáveis cautelas.

Sala das Sessões, cm 13 de fevereiro de 1968. — Lino de Matos

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Foram enca-minhados à Mesa os seguintes requerimentos de informações:

- do Senador Vasconcelos Tôrres, pedindo informações ao Ministério da Educação e Cultura,

- co Senador Josaphat Marinho,

pedindo informações ao Ministério da Ĵustiça.

Planejamento e Coordenação Geral;

- do Senador Vasconcelos Tôcres, pedindo informações ao Banco Central da República do Brasil;

do Senador Vasconcelos Tôrres, pedindo informações ao Ministério da Educação e Cultura:

- do Senador Vasconcellos Tôrres pedindo informações ao Ministério da Saúde:

 do Senador Vasconelos Tôrres. pedindo informações ao Ministério das Minas e Energia e ao da Saúde.

Os requerimentos anunciados serão, após despacho da Presidência, publicados no Diário do Congresso.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sôbre a Mela requerimento de convocação do Sr. Ministro da Agricultura, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 80, de 1968 -

(Do Senador Vásconcellos Tôrres)

Sr. Presidente;

Nos têrmos da Constituição do Prasil e do Regimento Interno, requeiro, ouvido o plenário, seja convocado o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, a comparecer perante o plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sôbre a importação de leite em pó, que rent, com a sua continuidade, ameaçar de com a sua continuidade, amegçar de aniquilamento a pecuária leitera, principalmente nos Estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Peroambuco, apontando as providências para debelar essa grave crise no seto da sua Pasta, bem como se foi planeja-da, no Ministério, a proibição total e a qualquer título, das importações de leite em pó e dos demais derivados do leite.

Requeiro, ainda, que conste como objeto da presente convocação, o exame de medidas tendentes ao incentivo do consumo de leite; a revisão de acôrdos internacionais de importação, e se existe estudo para dar sertido econômico de profundidade à econo-mia leiteira, visando garantir o con-sumo nacional e fazer com que o produto possa ser adquirido pelas populacões a baixo poder aquisitivo: 25 mconvenientes da importação correlacionadas com a produção nacional e os desestimulos de novos investi rentos dos produtores e a desarticulação da economia leiteira interna e, final-mente, sobre o montante dos domali-vos de leite em pó, sabendo-se que a dádiva é transitória, e que o consu-midor corre inegável risco de ter inve-nagar mais, logo se interromos a fase de henemerência que merced enidende benemerência, que merece, eviden-temente, louvação.. mas não à custa do desaparecimento das grandes bamas leiteiras do país.

Sala das Sessões, em 13 de feverei-ro de 1988. — Vasconcelos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE:

— do Senador Lino de Matos, pedindo informações ao Ministério do lido, depois de publicado, será in-Planejamento e Coordenação Geral;

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) -A Presidência recebeu resposta ao pecido de infor-mações nº 1.120, de 1967, de autoria do Sr. Senador Rui Palmeira, enviado pelo Ministério de Saúde.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu oficio do Sr. Ministro das Comunicações, informando estar diligenciando no sentido de ultimar a res-posta ao Requerimento nº 1.166, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, para oportuno encaminha-

mento a esta Casa.

O Plenário deverá deliberar sôbre se concede nova prorrogação de prazo, por trinta dias, ao Sr. Ministro das

Comunicações.

Se nenhum dos Srs. Senadores se manifestar em contrário será concedida a prorrogação de 30 dias, solicitado pelo Ministro das Comunica-ções. (Pausa). A Presidência oficiará a S. Exa, nes-

se sentido.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sôbre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 81, de 1968

Nos têrmos do art. 212, letra y, do Regimento Interno, requeiro transcri-ção nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Vereador Geraldino Martins de Barros, na Camara Muni-cipal de Corumba, Mato Grosso, sô-bre assunto que tratei há pouco nesta

Casa do Congresso.
Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 1968. — Benedicto Valladares

O SR. PRESIDENTE.

(Moura Andrade) — O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

Peço a palavra para encaminhar requerimento à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Vasconcelos Torres, por cinco minutos, para en-caminhar requerimento.

O SR. VASCONCELLOS TORRES:

(Sem revisão do orador) -Senher Presidente, estou enviando à Mesa os seguintes requerimentos:

Nos têrmos da Constituição do Brasil e do Regimento Interno, reque ro, ouvido o plenário, seja convo-cado o Exmº Sr. Ministro da Agricultura, a comparecer perante o ple-nario do Senado Federal, a fim de nário do Senado Federal, a 11m de prestar esclarecimentos sóbre a importação do leite em po, que vem, com a sua continuidade, ameaçar de aniquilamento a pecuária leiteira, principamente nos Estados do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, apontando as providências para debeapontando as providencias para debe-lar essa grave crise no setor da sua Pasta, bem como foi planejada, no Ministério, a proibição total e a quai-quer título, das importações de leite em pó e dos demais derivados do leite. Requeiro, ainda, que conste como objeto da presente convocação, o exa-me de medidos tandentes o incenti-

me de medidas tendentes ao incenti-vo do consumo de leite; a revisao de accrdos internacionais de importação e se existe estudo para dar sentido convenientes da importação concera-cionadas com a produção nacional e os desistímulos de novos investimen-tos dos produtores e a desarticulação da economia leiteira interna e, finalmente, sobre o montante dos donativos de leite em pó, sabendo-se que a dádiva é transitória, e que o consu-midor corre inegável risco de ter que pagar mais, logo se interrompa a fase de benemerência, que merece, eviden-temente, louvação, mas não à custa do desaparecimento das grandes ba-

cias leiteiras do Pais.

Sr. Presidente além deste requerimento há outros que ora encaminho à Mesa dirigidos ao Ministério de Educação e Cultura, Departamento do Patrimônio Artistico e Histórico Nacional, abbre condições deployatorio de Actual abbre condições de Actual Actu cional, sobre condições deploráveis da Casa de Santos Dumont, em Petrópo-Casa de Santos Dunont, em Petropo-lis, Estado do Rio de Janeiro; ao Mi-nistério das Minas e Emergia e da Saúde, sobre extração ilegal de ta-batinga pela Cerâmica Guaraciaba, em Coelho da Rocha, São João do Meriti, Estado do Rio; ao Ministério de Saúde sobre surto de politorio. Meriti, Estado do Mio; ao Ministerio da Saúde, sôbre surto de poliomielite no municipio de Nilópolis, Estado do Rio; ao Ministério da Educação e Cultura, Campanha Nacional da Alimentação Escolar, sôbre fornecimento de material às Escolas do municipio de Itaocara, Estado do Rio de Lacido do Rango Control da Ra Janeiro e ao Banco Central da Re-pública do Brasil, sóbre lançamento de quotas de Fundos Mútuos de In-

vestimentos ao portador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presi-cente. (Muito bem!).

9 SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palavia Sr. Senador Arthur Virgillo.

9 SR ARTHUR VIRGILIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quem abriu os jornais de hoje deparou com o que Não se vou ler. E' o "Jornal do Brasil" em um editorial intitulado "Navalha na O fa Carne": (Lê)

"Profissionais do teatro e do cinema, escritores, arquitetos e ac-tistas plásticos fora montem ao sura".

Mais adiante:

"Os dois últimos crimes da Censura mostram o crescendo de despotismo com que age no Brasil essa fôrça de obsscurantismo: atingiram uma peça norte-americana antiga, já clássica no repertório mundial, e uma peça de respeitador autor brasileiro, levada em 1966 em Lisboa, diante do Pre-sidente Américo Tomás, do Em-baixador do Brasil e autoridades portuguêsas e do Corpo Diplomá-tico em geral".

"Os teatros fechados e prejudicados exigem do Ministro um ges-to de energia e desassombro e uma garantia de dias limpos para o de-senvolvimento da cultura brasilei-

E o "Diário de Noticias", Sr. Pregidente, também de hoje:

"O País está escandalizado esta é a palayra — com o arro-cho do Serviço de Censura, em Brasilia, sôbre o teatro e o ci-

Mais adiante:

nime da imprensa, são por demais agressivos para que possamos silenciar".

E ainda:

prometa no pais e no exterior a imagem intelectual do seu governo. O povo brasileiros, e porque não entende esta hostifidade ao tea-tro — que nao se verificou ne Getúlio Vargas a Castello Branco — não tem Gúvica de que o Servico de Censura se esforça para para criar uma imagem falsa do governo e do presidente da República".

A Folha de São Paulo;

"Não tivesse implicações muito graves e nao rette,isse um estado ue espírito que precisa ser combatido a 1000 custo, a decisão da censura de impor cortes à peça "Um Bonae Chamaco Desejo", de Tennessee Williams, seria apenas risivel, tal a sua faita de cabimento".

E o "Correio da Manhã":

"O Juiz da 19 Vaca Federal em Brasilia deriulou a medida arpi-traria da Censura, que suspendeu por um mes a aplesentação da peça "Um Bonde Chamado De-sejo", de Tennessee Williams".

Sr. Presidente, depois de ler isso, eu muago: Ate quando esta Nação continuara vivendo sob o império da poçanasae e da ignorancia? Ate quando esta Naçac yai continuar tolerando que homens que não foram e não esao preparados para o exercício de determinadas runções publicas rebai-xem dessa forma a curtura brasileira? Não se sabe até quando, Sr. Presi-

O falo a que assistmos é retratado nos mais imparciais orgâos da im-prensa orasneira. Como se não bas-tasse um General Turola incrustado tistas plásticos fora montem ao Ministro da Justiça, num protesto coletivo contra os últimos crimes da Censura. O Ministro, que não estava no Rio, marcou nora para hoje, e já se pode antecipar que repetira o que já tem dito: nomeou um grupo de trabalho para reformular o exercício da Censura Pederal, que entende de censurar uma peca como certa de censura centa de censura certa de censura "Um Bonde Chamado Desejo" - Lemono-me ne te-la vista há mais de em galinhas; só porque ali se usa uma outra expressão mais forte, entende de impedir a encenação,

O Sr. Vasconcellos Tôrres — Permite-me V. Exa um aparte?

O SR. ARTHU RVIRGILIO - Com muito prazeri

O Sr. Vasconcellos Tórres — Os meios culturais do Brasil estão estar-recidos com essas medidas esquisitas, inexplicáveis, retrógracas, de uma censura despreparada intelectualmeninexplicáveis. te, e que, no meu modo de entender, prejudica o Governo e ca a impressão, lá fora, de que estamos praticando, em nosso Pais, uma discriminação contra a arte. Sem querer fazer trocadilho, eu diria que, vetanço a peça "Um Bonde Chamado Desea peça "Um Bonde Chamado Deservado; não poderá ir até o fim da linha! V. Ex^a, eminente Senador Arthur Virgilio, sate que, em horas difícieis da vida política do Brasil, o falecido Marechal Castello Branco, con sébados o demirsos is os tes "Os fatos, que já mereceram rèpulsa do Conselho Federal de
Cultura e provocam a reação unáforam assistinas por S. Ex³.

Ω SR. ARTHUR VIRGILIO Permita-me, Sr. Senador, fazer uma ligeira interrupção em seu aparte, pa-

viço de Censura Federal.
O Sr. Vasconceilos Tôrres — Essa
fabulosa artista Tôna Carrero, cujos
inestimáveis serviços à arte teatral
não pudemos ainda sopesar. V. Exsabe que não temos ainda público; o brasile.ro trava anônimamente, uma luta constante para conquister platéias, com um serviço cultural de primeira ordem. Eu queria dar a minha cpinião e estou satisfeito de Vosa fine ter concedido o aparte, pois tenho certeza absoluta de que o Presidente de República Augusto. Cons sidente da República, Malechal Cos-ta e Silva, esta sendo sabolado nesse aspecto: trata-se de um grupo_inter-mediário, que não tem sensibilidade para a Arce, quando iabamos que o Primeiro Mandatário do Pais não pode estar a tempo e a hora fiscalizan-do esses que procuram agradá-lo, mas que são homens sem porte cultural. são verdadeiros - estou falando na parte cultural, para não se confun-dir com a parte criminal — margi-nais. Não aceito, não 10850 conceber, êsse cerceamento, e, neste ponto da não aceitação e também do não conceber, quero levar a minha solidarie-dade a todos os artistas, a todos os autores teatrais. Não é possível, não é crivel, não há nenhuma criatividade não há nenhuma moralidade não há nenhum aspecto sadio nessas providências esquisitas, tomadas pela cen-sura federal e também estadual. Veja Exa um lado muito importante do problema: todos os jornais do Brasil das mais diversas tendências ideológicas, se uniram no sentido de conde-nar a ação da censura. O "Jornal do Brasil", o "Globo", o "Correio da Ma-nhã", o "Diário de Noticias", o "Cor-reio Braziliense", folhas do sul ao nor-te do País, a una voce, manifestam o seu repúdio a isto que é o tema do seu discurso, e eu, Senador situacionis-ta e homem que tem a responsabilidade de integrar, aqui, os quadros da Aliança Removadora Nacional, sou o primeiro a repeiir. Esteja V. Exe cero de que não está falando sòzinho. Daqui lanço o meu apêlo ao Gabinete do honrado Chefe do Govêrno, para que substitua êsses homens, que po-dem ser bedéis, fiscais de salão em gafieiras, mas nunca censores de pe-ças teatrais. Veja V. Exa que, agora, o teatro está pecando porque os au-tores não têm a liberdade de expressão. Quando há aspecto subversivo, somos os primeiros a proclamar. No caso, porém, são peças que alcança-ram sucessos nos Estados Unidos, tais como "Um Bonde Chamado Pesejo"; e "O Poder Negro".

SR. ARTHUR VIRGILIO 0 Exatamente. "O Poder Negro" peça que focaliza o problema da discrimiunidos e, no nosso País, é proibidal O Sr. Vasconcelles Tôrres — Uma

peça que teve repercussão, não apenas quanto à arte pròpriamente teatral, uma peça que teve repercussão não apenas na parte pròpriamente teatral, mas na parte sociológica. De maneira que esteja V. Exª certo— e estou convencido— o Presidente Costa e Silva, tem, nesse setor, necessidade urgente de transformação inadiável, porque - um Presidente que ainda sábado passado assistia, em Petrópolis, a concêrto da imortal Guiomar Novais, é homem que também vai a teatro — não tanto quanto o Presidente Castello Branco —, é homem que é jornalista, escritor e não pode aceitar, e, tendo agora o reclamo de V. Ex³ repercussão na imprensa e no Congresso, Sua Excelência há de fazer com que seja feita, isto sim a censura à Censura.

ra lembrar-lhe o fato de que uma das homem de oposição que fala neste mo- quer manifestações de inteligência artistas cuja atuação o Marechal Cas- mento, mas um homem que se sensibiliza com o que está acontecendo na cledade. Não falamos apenas — V. Censura, um pequeno órgão poli- tamente, Tônia Carrero, recentemente Nação, homem que se deixa tocar com Exa. fêz bem em registrar êsse deta-

cial do Ministério da Justiça, com- insultada, torpemente, soezmente, por la reação da imprensa, com a reação prometa no pais e no exterior a esse Genaral Façanha Chefe do Ser- polutar, com a greve de artistas de po jular, com a greve de artistas di teatro, em protesio contra es absurdo. que se vêm verificando, últimamente, e que V. Exa acaba de confirmar nesse aparte, honesto e corajoso, que acaba de dar ao meu discurso. Em verdade, Sr. Presidente, é im-

possivel compreender que possa acentecer o que vem acontecendo atua-mente no Pais — enquanto perdemos divisas, alguns milhares de dolares em divisas, alguns milhares de dólares em divisa, permitindo que circule livremente nas mossas livrarias, nos aeloporios, um livro como ésse, de Henry Miller, "Sexus" que é a pornografia mais crua que já tive oportunida e de ler, em forma de romance; enquanto se admite uma circulação ampla, que arranca divisas nossas, des livros sôbre James Bond que itm também sobre James Bond, que tem também pornografia mais crua e que pedem ser adquiridos por qualquer garoto em

qualquer livraria...
O Sr. Vusconcelos Tôrres — E a 'e-levisão, com os programas mais morais de que se tem noticia, e que nos-

ses filhos assistem!

O SR. ARTHUR VIRGILIO Imorais e rediculos. O programa 12 Chacrinha, por exemplo, que e cercultura, a exacerbação do ridicu.o. e no qual a Censura não interfere.

Sr. Vasconce os Torres samento na televisão, por um tal de

Longras...
O SR. ARTHUR VIRGILIO outros programas desse perte. Senhor Presidente, a Censura admite esses i-vros policiais, essa literatura — passatempo, essa subiliteratura policial, esses livros de Shell Scott, que encenam a pornografia mais crua e podem ser adquirides por qualquer 3a-

No entanto, os agentes da Censura vão interferir no Teatro, que tem idade limitada para ingresso; vão interferir no cinema, que já tem a censura da idade; cortando não peças, muni-lando filmes, mas cortando e mutilan-O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte? O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com

muito prazer.

O SR. ARTHOR VIRGILIO — Com muito prazer.
O Sr. Mário Martins — O que há de mais grave, primeiro, é a incompetência de quem dirige a centura teatral, reflexo das medicoridades que, transbordando de certos quadros profissionais dêste País, se promoveron a intelecturio à intelecturio de la company de ram a intelectuais e julgadores de matérias de inteligência. Mas, o que estão consurando porque consideram as peças livres; êles alegam que estão censurando porque são subversi-vas. Bastou a citação de alguns novas. Bastou a chação de aigens nomes de animais — como no caso em espécie "gorila" — para arrepiar a censura militar que se apossou do contrôle teatral no Brasil. Se ao menos éles tivessem documentadamen-te apresentado uma censura dos mons te apresentado uma censura dos mons costumes! Não é o caso, aboslutamente. Uma peço que foi exibida em Portugal de Salazar! Esse puritano famoso, que é Salazar, admitiria uma peça que ferisse os costumes o só agora é necessário que, no Brasil, surja alguém mais zeloso pelo puritarismo do que o proprio Salagar. surja alguém mais zeloso pelo puritanismo do que o próprio Salazar? Não O que é grave é que essa censura é um instrumento da intolerância política, da intolerância ideológica, da animosidade contra a inteligência e procura ferir, inclusive, as melhores figuras do teatro brasileiro, como no caso a artista Maria Pernando. E como vimos recentemente, aquêle outro general da reserva, que tem um nome que não sei se é mais de gansgater que de guerreiro, a insultar essa glória nacional. Nós nos insurgimos é contra êsse desembarque de mediocridade e intolerância no País, se apossando dos cargos que convivem com a inteligência e com a arte, e que procuram torpedear quaisment. O SR. ARTHUR VIRGILIO — O que de mediocridade e intolerância aparte com que me, honrou V. Exi no País, se apossando dos cargos que poe de manifesto que não estou faconvivem com a inteligência e com a zendo um discurso político. Não é um arte, e que procuram torpedear quaishomem de oposição que fala neste moquer manifestações de inteligência.

Ihe - não falamos apenas como homens da Oposição, mas, sim; como homens que têm à obrigação de preservar a fisionomia brasileira, que não é de batráquios, que não é de gorilas, e, sim, de um povo como perso-nalidade, sensibilidade para as coi-sas artísticas, para as coisas huma-nas. E temos que ressaltar que nunca no mundo inteiro, pelo menos nestes últimos séculos, a civilização dependeu tanto e contou tanto com o concurso dos homens e das mulheres de teatro. Quando alguém escrever sôbre êste período trágico a que o Brasil está submetido; no momento, vai observar e proclamar que, se houve uma classe que não capitulou; se houve uma classe que não se curvou, se houve uma classe que não se omitiu ante as ciolências perpetradas, na época, contra o povo brasileiro, foi precisamente a classe teatral, que não faz hoje o que se fazia antigamente: o teatro para divertir, para provocar gargalhadas digestivas daqueles que estavam vivendo bem neste Pais. Não, hoje o teatro é mensagem, o teatro é uma ferramenta, um aperfeiçoamento da sociedade. Então, com riscos que muitas outras classes não tiveram a coragem de enfrentar, os homens e mulheres que fazem teatro no Brasil assumiram posição de vanguardat na primeira linha. faz hoje o que se fazia antigamente: de vanguardas na primeira linha. Quero registrar aqui, para honra da quero registrar aqui, para nonta da nossa geração, que conviveu com a atual geração do teatro brasileiro, apenas um episódio de que V. Exa., possívelmente, se recorda. Há dois anos atrás, no apogeu do "dedo-du-rismo" neste País, se pretendeu, tamrismo neste Pais, se precentul, também, prender artistas, que estavam representando nos palcos do Rio de Janeiro, porque suas peças tinham mensagem de solidariedade ao povo brasileiro. E com a prisão de dois ou brasileiro. E com a prisão de dois ou três artistas brasileiros, o que é que verificamos? Tôdas as companhias foram e se entregaram espontâneamente à policia, obrigando-se a prender uma classe inteira, uma vez que o "dedo-durismo" queria passar em cima de um, dois ou três artistas. Essa classe, portanto, além do aspecto cultural, está nos dando exemplo de bravura, e esta bravura é que está irritando aquéles que, neste momento, procurando ganhar outras vencimentos como oficiais da reserva, estão ocupando os cargos civis, para tão ocupando os cargos civis, para impedir que haja liberdade neste País e, mais do que isto, que haja dignidade neste País.

O Sr. Vasconcelos Tórres — Per-

mite o nobre crador um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO Com todo o prazer. O Sr. Vasconcelos Torres — O Jorativo de "gorila" não atinge orres — O pe-não atinge os honrados oficiais do Exército que es-tão na caserna trabalhando, diuturnamente, entregues à faina da îns-trução, cumprindo os seus deveres trução, cumprindo os seus deveres constitucionais. Eu queria citar o exemplo de inteligência de um bri-

exemplo de inteligencia de um ori-lhante oficial do Exército que conhe-lhante oficial do Exército que conre-ci na Escola do Estado Maior, Gene-ral Plinio Pintaluga. Quando com o epíteto de "gorila" procuraram atin-gir alguns oficiais, êle agiu inteli-gentemente e, a um reque-meque, o tanque em que desfilou, em 7 de se-tembro de 1965, — chamou "gorilão" e também as outras pequenas unida-des, "garilas". Foi ato de inteligên-cia, não resta dúvida. Houve outro Embora eu discorde de Carlos

ro alguna, com a gins elementos dissedentes, faciosos e inexperientes, marginais de cultura, que procuram prestar serviços "puxando o saco" — permita-me V. Exa. a linguagem, que não é muito parlamentar Fôrças Armadas, mas agem em sentido contrário. Tenho certeza de que, tamento da opinião pública, todo o Exército, tôdas as Fôrças Armadas se levantariam, como se levantarão, contra a iniciativa dessa censura tôrpa, desumana, incorreta, inatualizada, que precisa ser, quanto antes, chamada às falas para que o Brasil não seja apontado, lá fora, como desatualizado. Nos Estados Unidos essas peças são representadas, em Portugal, na Espanha de Franco, em todos gal, na Espanha de Franco, em todos os países elas o são e, aqui, tentam interditá-las por esta cu aquela expressão a que cada qual dá uma interpretação pessoal, ao sabor da sua conveniência mas que, de maneira alguma, pode ser generalizada.

O Sr. Mário Martins — Permite o nobre orador um nôvo aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO

Com prazer.

O Sr. Mário Martins — Apenas um pequeno registro. O Senador Vasconcelos Torres, no seu impulso democelos Torres, no seu impulso demo-crático, preconiza a necessidade ou nos dá o bom conselho de se fazer uma enquete, um ievantamento de opiniões entre os militares do Brasil, a propósito disso tudo. Estou con-vencido de que o resultado seria ês-te: realmente, mais de 90% das Fôr-cas Armadas responderiam democrá-ticamente, agora acontece o seguinte: cas Armadas responderiam democra-ticamente, agora acontece o seguinte: a proposta, na opinião do Govêrno e dos demais dirigentes do Pais, é considerada altamente subversiva pois não admitem que se queira sa-ber o que pensa um oficial do Exéroc,ainda queseja um Señador ou Senado inteiro. O Sr. Vasconcelos Tôrres — Tenho

a impressão de que, talvez, não seja bem assim. Diante da boa técnica, das informações e do levantamento de opinião, essas pesquisas têm que ser feitas e se não o forem estaremos flutuando. Então, o General Façanha é que vai mandar neste País.
O SR. ARTHUR VIRGILIO — Vou

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Vou responder aos apartes com que me honraram os eminentes colegas. A designação de "gorila" para oficiais das Fôrças Armadas, decorreu de contingências sul-americanas, quando éles entenderam que eram donos das Nações, quando entenderam impor a lei da fôrça, a chamada lei da selva. Então, eí, cabe a classificação de "gorila" porque a lei do gorila é a lei da fôrça bruta. é a lei que impõe sem indagar o que quer que seja de sem indagar o que quer que seja de

ninguém.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Mas não pode ser generalizada para todo o operoso Exército Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGILIO - Exatamente. Isto, exatamente, o que eu ia dizer; não pode ser generalizada, porque, nem todo o oficial do Exército, quer da Aeronautica, ou da Matida de Caractaria de Caract rinha, tem a formação de gorila, do homem da fôrça bruta, do homem da

Caxias. Isto, sim é que é procurar vendo uma distorção, uma tentativa democràticamente, toleradas naquele incompatibilizar o Exercito brasileiro de militarização deste Pais, uma tentativa democràticamente, toleradas naquele com a classe cultural com, aqueles tativa de ocupação militar deste por exemplo, têm laços afetivos com litar neste Pais. Para onde quer que oficiais do Exército. O Exército, no vamos iremos encontrar o militar em atualmente, uma revista, "Le Croco-Brasil, evidentemente, é o povo que função que não é a dêle, em função dile", faz críticas jocosas ao único para a qual não foi preparado. A por descendentes, facicosos e inexpetientes, nos civis, e nos pusessem em funnós, civis, e nos pusessem em fun-ções militares, para as quals também não fomos preparados.

O Sr. Mário Martins - Gostaria de ressaltar que, no caso, a expressão gorila", nem aqui nem no teatro foi empregada com relação aos oficiais do Exército. Apenas, a peça cita, entre outros bichos, o gorila. Da mes-ma forma nós, parlamentares, quanéramos, chamados de papagaio, éramos, chamados de papaguaio, ou pelo fato de alguém contar ane-dotas de papagato, não nos irritávamos; pelo contrário, também as con-távamos. A expressão "gorila" têve origem na Argentina, quando houve uma tentativa de militarização. Devo lembrar que, nos Estados Unidos, está em cartaz uma peça, há mais de um ano — paródia shakerpeariana onde proculam apresentar o Presidente da República como assassino do Presidente Kennedy. Até hoje não ocorreu a ninguém, ir ao teatro a fim de quebrá-lo para impedir a ence-nação da peça. Os jornais fazem as críticas, críticas terriveis, porque re-compõem a peça de Shakespeare usando de certos diálogos, inclusive, a parte física está presente com o Presidente Jonhson e a senhora Jonhson, tramando o assassinato do Pre-sidente Kennedy. No entanto, levansidente Kennedy. No entanto, levan-tou a voz naquele País, para dizer que aquilo é um atentado à Presi-dência da República ou à segurança dos Estados Unidos. Nada disto. As-sisti, por exemplo, lá, a um filme re-cente, sóbre a República do Halti, mostrando, realmente, o que é aquela ditadura, com fidelidade absoluta. Amanha mesmo, poderá aparecer, nos Estados Unidos, um filme sôbre a situação atual do Brasil, porque, onde há democracia, onde há liberdade pode-se assistir peças teatrais com tese dessa natureza. Mas, onde não há e, ao contrário, há um grupo interessa-do em mostrar serviços ao Presidente da República, em querer subir de pos-tos, em ser premiado, então, começa a prepotência.

O Sr. Vasconcelos Tôrres --- Um último aparte, Senador Arthur Virgílio. (Assentimento do orador) — Aqui mesmo, no Brasil, há as charges a respeito do Presidente da Repúbli-ca. Tenho lido em vários jornais, ês-se piadismo muito verde-amarelo. O Presidente não se incomoda. E' um anedotário grande. O que acho que anedotário grande. O que acho que se deve extrair do discurso de V. Exa. é que há um escalão intermediário procurando incompatibilizar o Presiprocurando incompatibilizar o Presidente da República com os setores culturais do País. Tenho lido críticas amargas a S. Exa., o Marechal Costa e Silva. Não vejo nenhuma providência, nenhum pedido do Procurador Geral da República para processar os seus autores como êstes que querem — e ai estou com V. Exa., Senador Mário Martins — se manter nos cargos e criar um clima de in-compatibilidade. Dai porque concordo com o discurso frio de V. Exa., nobre Senador Arthur Virgilio — porque V. Exa. não está colocando a natéria em têrmos políticos. Deve-mos chamar a atenção do Govêrno para o fato de que há um grupo so-lapando sua obra, criando casos aqui

O SR. ARTHUR VIRGILIO - Se há faces negativas na democracia na faces negativas na democracia americana, que condenamos, há também a face bela, bonita, que todos admiramos é exaltamos pelo respeito absoluto à liberdade de expressão e de pensamento. E nós, brasileiros, que costumanos nos inspirar no exemplo americano, geralmente só o fazemos no que é contrário aos nossos interesses; não procuramos o la-do belo que poderia servir de esti-mulo ao aparfeiçoamento das insti-

tuições nacionais. O Sr. Aurélio Vianna, — Permite V. Exa, um parte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO Com muito prazer.

O Sr. Aurelio Vianna — Nobre Se-nador Arthur Virgilio, creio que nin-guém de bom senso, neste pais, de-fenderia tese favorável à pornografia e à imoralidade, porque inclusive que somos pais, desejamos que haja um clima elevado, onde os nossos filhos formem as suas mentalidades, e que sejam mentalidades positivas e não negativas. A questão é política, é ideológica. O que verificamos, friaé ficológica. O que verificamos, riamente, é que não há orlentação uniforme neste Govêrno, porque uma peça teatral que é permitida em São Paulo não o é no Rio de Janeiro; uma peça que é permitida em Minas Gerais não o é em outro Estado da Federação. Então, o que é moral para um Estado é imoral para outro o que é contra o pensamento do Govêrno num Estado, noutro : a favor. o que e contra o pensamento do Go-vérno num Estado, noutro ; a favor. Portanto, verificamos que a casa está dividida. Por exemplo, na caso de Brasília, os jornais falaram que até o Vice-Presidente da República inter-veio junto ao Sr. Ministro da Justica que manifestou profunda sur-prêsa com a decisão tomada por um dos representantes da censura mesmo Govêrno...

O SR. ARTHUR VIRGILIO - Um senhor chamado Sousa Leão.

O Sr. Aurélio Vianna - A censura é federal. Ora, uma peça aceita em Portugal, no Portugal salazarista, em rortugal, no rortugal salazarista, que prima por proclamar, ao mundo inteiro, que a base fundamental do sistema são os princípios éticos, os princípios morais elevadíssimos, não principios morais elevadissimos, nao é, entretanto, aceita num outro país que se diz de contextura democrática. Poderíamos, então, dizer: lá, a peça foi aceita porque aplaude o salazarismo, o parafascismo, e, num país democrático, não seria aceita porque nega a Democracia. Mas não forçue nega a permetamenta difeé ésse o caso; é completamente dife-rente. O que nos verificamos, repito é que não há uma orientação. O Go-vérno — através, dos seus diversos órgãos, que tratam de um mesmo asorgaos, que tratam de um mesmo as-sunto, órgãos encarregados de orien-tar a opinião pública — está dividido, completamente dividido. Repito: de-sorientado. E isso causa verdadeira preocupação. A maior preocupação é essa.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Exato. V. Exa. tem tôda razão, e nesse episódio 1e Brasilia se verificou exatamente isso, porque o próprio Ministro da Justica deteve o ato do super-censor Souza Leão Neto. Mas caso. Embora eu discorde de Carlos Lacerda, tenho que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que reconhecer que lei da selva, do homem que quer improminado que fer sua vontade, esmagando consciencia de que ha um grupo solapara o fato de que fato de Justiça conscierou su de de stato de Justiça conscierou su de fato de censor. O Ministro da Justi

um homem da cultura, como inegavel- que éles estão comprometendo; que quando um filho do povo mestiço se meihorava e apurava os rebanhos alamente a possui o Sr. Ministro da o Governo readquira a confiança na- elevava às culminâncias da vida lite- goanos.

Justiça, é que o Presidente da Re- queles que têm o poder criador, a conpublica, com a alta responsabilidade fiança daquêles que tem o poder de no caso de Machado de Assis, ungulo Maya emoções as mais diversas na do momento nistórico em que está comunicação, que sebem criar men- do espírito inglês vestido das roupa- vida política e na vida econômica,

tado, quando participei do Parlamento Latino-Americano, juntamente com os Srs. Senadores Josephat Marinho e Argemiro de Figueiredo, alem de alguns Srs. Deputades. O conceito que essas republiquetas que vivem do-lhe malor enfase nessa indigna-golpe sobre golpe, que temporaria- ção, e num referço total ao protesto mente estão sob regime democrático, que nos empolga nesta hora. mente estão sob regime democrático, que nos conceito que tazem do nosso Pais E para que se veritique, Er. Preside o pior possível. Para elas, temos, dente, que não exagerel ao indagar, aqui, uma ditadura tipo "Stroessner", no inicio dêste discusso: "Quando que consente, que admite uma positorá fim a boçalidade?", informo que cão apenas para armer e efeito em não exagerel nesta pergunta porque face da política internacional. Por a ful buscar, no editorni do "Jornal do Brasil", o érgão que, conforme rescultou ainda há pouco o Senador Máres do sil a Presidência do Parlamento La-saltou ainda há pouco o Senador Mátino-Americano, soo alegação de que rio Martins, foi um dos baluartes da nos hoja se éramos parlamentares, poderlamos deixar de sê-lo anianhá. Seguinte:

Estão aqui os colegas, para confirmar as minhas palavras, a indigna-ção de que todos iscamos possuides, ao verificar que esta grande Nação de mais de oltenta e circo milhões de habitantes, com possibilidades economicas incomensuráveis que forcosa mente a colecarão em posição privilegiada no concerto des outros povos; que esta Nação tique nivelada a qualquer republiqueta tipo Haiti, Guatemala, ou quaiguer outra que vive em permanente regime ditato-

Não fêsse a nossa reação unânime, que esqueceu divergências de ARENA e MDB, reação de prasileiros que viam somente o Pais, não tosse a nossa Teação viril e patriot ca para enfrentar essa campanha que se tez contra o Brasil, naquele Congreso. teriamos sido diminuidos, humiliados, teriamos saido de lá de cabeça-baixa, e a Presidência do Parlamento Latino-Americano não serla entregue ao Sr. Deputado Ulysses Guimarães.

Fatos como esse, comportamento de homens como esses generals que, colocados na reserva, em lugar de usu-fruírem o ócio com dignidade, depois de prestarem serviços re evantes — e devem ter prestado na sua profissão — ao Exército e a Nacão, depois de vestirem o pijama nonroso, para descanso de anos e anos de trabalho; em lugar de permanecerem assim, são levados e tocados pela ambição, Pleiteam e postulam posições e postos para os quais não estão preparados, para os quais não têm e necessária capacidade intelectual. É o resultado é êste: é a Nação envergonhada e diminuída perante c mundo; é a Nação com a Cuitura ameaçada; é a Nação com a inteligência perseguida, é a Nação que só falta escultar, daqui a pouco, aquilo que Goebels di-zia — "quando ouço falar em Cul-tura, sinto vontade de sacar a pistola'

Estamos bem perto disto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se não houver um basta, se não homer um che-ga, se as autoridades não quiserem construir, de fato, a verdadeira ima-gem desta Nação que preza a Cul-tura que preza is liberdades, que não admite objeções ao dirette de ir e vir, e de pensar apenas como manda sua Própria consciência.

Justica, é que o Frestoente da Re- queles que tem o poder criador, a conpública, com a alta responsabilidade frança daqueles que tem o poder de
do momento histórico em, que está
comunicação, que sebem eriar menvivendo e que está escrevendo, não sagens para serem entendidas pelo
sintam a imagem distorcida que está Povo. E readquira essa confiança assendo oferecida ao inundo pelo nosso
país.

Verifiquel êsse aspecto, no ano pasverifiquel êsse aspecto, no ano paspelas manifestações unânimes da Impelas manifestações unânimes da Imprensa, quer pelas manifestações que acabamos de ouvir aqui no Senado, em apartes veementes so meu discurso e que o complementaram, e déle retiraram as deficiencias, emprestan-

"O tentro, o cinema os autores e artistas do Brasil não podem continuar entregues a analfabe-tos como êsse Sr. Juvêncio Façanha, que corta textos e insulta atrizes, acobertado pelo seu fantoche Souza Leao Neto, Chefe, em nome, do Serviço de Censura".

Ai está retratada, Er. Presidente, toda a revolta que empolga, nesta hora, a inteligência e cultura brasileiras coutra o que vem acontecendo, precisamente contra a inteligência e contra a cultura. (Mutto bem. Muito bem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a pa avra o nebre Senador Arnon de Mello

O SR. ARNON DE MELLO:

(Lê o seguinte discurso): Presidente, as comunidades hun chas são sempre marcadas por personalidades que se afirmam em determinadas épocas pela sua identificação com os interesses coletivos. Alfredo de Maya, que falecen em Alagoas com mais de oitenta anos de

idade, desempenhou na minha terra papel saliente ao longo de muitos anos. Jovem, bem jovem, foi depu ado federal e, com a sua argúcia e a sua inteligência bem cultivadas no contacto com os melos acadêmicos e in-telectuais da Bahia, onde estudon e so fêz amigo do Governador Severino Vieira, conviveu com os melhores cir-

culos da política brasileira do tempo. Era o tempo em que no nosso Se-nado pontificava Pinheiro Macnado, nado pontificava Pinneiro Machado, que o lomou em estima, a figure telúrica do caudilho confrastado com o de Rui Barbosa, o purista de ingua, o humanista, o jurista, o lírico combatente das liberdades formais, expressão da velha cultura européia, querendo se impor ao mundo novo estuante de vida.

estuante de vida.

Eram os dols Brasis que competiam: o que saía de dentro de nos mesmos, como se nascesse das terras esplin-dentes de luz e força nativa e nas quais "em se plantando tudo dá". e o Brasil que vinha de fora nas cara-velas da cultura latina ambiento. velas da cultura latina enraizada no pequeno Portugal, bravo e lúcido cria-

der de mundos novos.

Se aqui, no plano étnico, se fêz, num abrir e fechar de olhos, a miscegenação, o sangue português discompanyon de la companyon de la com

gens estilísticas dos bons clássicos portuguêses.

Grande tarde aquela em que Pi nheiro Machado, altaneiro como una palmeira imperial, tentou neste Sonado apartear o Rui vulcânico e corruscante na sua eloquência sem medidas mas quase perdido nas suas modestas dimensões fisicas. Não 101 feliz o caudilho no articular das paiavras e no construir das fraces, fai oulhe a gramática, falseou-se-lhe a prosódia, e Rui, ferino e contante como uma lámina censurou-lhe cruelmente e cincada. Imaginou-se qua a repre ensão do mestre da língua exaliado ensad do messie da inigua, exa ado na defesa desta e na agressão ao apversário político, fósse ou exasperar ou deprimir o líder imbatível, que só a morte derribaria. Mas êste refriedou-lhe sereno, olímpico, implacável:

— Há V. Exa, de me compensar da falta de não falar corretamente a nossa lingua por não haver estuda-to como desejava e como V. Exa. es u-dou. Mas é que, enquanto V. Eva. se ilustrava e cursava as tradicionals escolas do país, eu estava combatado de armas na mão em defesa da Pátria e para manter a ordem que pri-piciaria a V. Exa. aperfeiçoar os seus estudos, e hoje poder falar com tanto Saher neste plenário livre.

As palayras do caudilho que cito sem aspas, porque de memória sem haver recorrido a documentos, brotaram repassadas de emoção, e tocaram fundo o Senado todo. Era o B esil vivido, não o das belas letras e dos grandes autores, mas o Brasil sortido, o Brasil brasileiro que falava pela voz de uma das expressões mais quras da sua realidade. E ainda hoje as suas palavras, quase sexagenárias têm para tristeza nossa, palpitante aiualidade, gritante e comovente, por vi-vem com o mesmo conteúdo através dac eles que deixaram de estula: talvez já não porque lhes faltasse tempo, ocupados com a defesa da Fátria, mas porque à nungua de recursos para custear os estudes ou à falta de vagas nas escolas.

Alfredo de Maya viveu nesse mun-do de grandes figuras humanas, povoado de contrastes e confrontos que êle amava recordar nos cavacos com os amigos, vivendo êle mesmo, dentro de sua personalidade tão rica, os dois Brasis, escritor admirável que era, versado nos melhores autores da lingua portuguêsa e francesa, mas sempre fiel às suas origens alagoa.: as homem típico da nossa terra, com arrancos de leão e complacências de bom cristão, marcado pela generosidade e por uma certa ingenuidade.

Ao lado de Juarez Távora e José Américo, foi o grande de Alagoas nos primeihos dias da Revolução de 30, mas, embora apaixonado peia política, quiseram os fados que sua vocação de servir antes se exercesse na liderança das forças produtoras alagoanas. Afastado das luias partida las sem dispor do poder público, era de verse, no entanto, o prestigio que o cercava, matrizado na sua fidel dade às aspirações e aos interesses da co-munidade, agro-açucareira, que repre-senta mais de 70% da economia do Estado.

E quando se retirou das atividades Sr. Presidente, lanço meu protesto, que se une a quantos se lavantam em todo o Brasil, de intelectuais, de arquitetos, de jornalistas. E, no Congresso, também, lanço e meu protesto, e espero que o Govérno não fique apenas na posição de discordar dos Façanhas, dos Souza Leão. Esta o campo da inteligência e do espero que o Govérno prove o seu inteligência, com a arte, com a cultura, afastando de esses homens incapazes dos postos da strês raças tristes. E aluda industriais, não quis descansar, porque industriais, não quis descansar, porque jamais descansou e não sabia fazê-lo. Confirmeu então sua autenticidade, e foi realizar no campo as idélas cue defendia e pregava. Escolheu Palmeira dos Indios, no sertão alagimo, para paleo de sua ação de peciarista do espírito, chocando-se a cada passo da cultura latina nas asparezas dos atritos com do esses homens incapazes dos postos das três raças tristes. E aluda ca moderna, e o gado de raça que industriais, não quis descansar, porque jamais descansou e não sabia faze-lo.

Maya emoções as mais diversas na vida política e na vida econômica, no plano das idéias e no das realizações, altelando-se tanto nas áreas do seglvito como nas da ação.

Requeiro, Sr. Presidente, que conste da ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo desaparecimeno de Alfredo de Maya. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Alvaro Maia Arthur Virgilio Milion Trindade Lobão da Silveira Sebastião Archer Petronio Portela Sigefredo Pachcoo Paulo Sarasate Dinarte Mariz Mancel Villaga Ruy Carneiro Domicio Gendin Jeão Cleofas Arnon de Mello Leandro Maciel Júlio Leite Antônio Balbino Josaphat Marinho Eurico Rezende Mário Martins Carvalho Pinto João Abrahão José Peliciano Filinto Müller Adelpho Franco Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerra-da a hora destinada ao Expediente.

Passa-se a

CEDEM DO DIA

Item 7:

Voiação, em turno único do Requerimento n.º 78, de 1968, relo qual o Sr. Senador Duarte Filho solicita autorização para partiripar da Delegeção do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano da Cultura a realizar-se na Venezuela (em regime de urgência nos têrmos do n.º 1 b-2 do art. 326 combinado com o n.º 5-b do mesmo artigo do Regimento In-terno), tendo parecer favoravel (proferido oralmente na sessão do 8 de fevereiro de 1968) da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação.

Os Scs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentado. (Pausa)
Está aprovado. E' concedida, a autorização solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Item 2:

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.000, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sôbre restabelecimento de cotas de sobre restabelectmento de cotas de exportação de algodão tendo pareceres sob ns. 873, de 1967 e 48, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia pelo arquivamento.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Está rejeitado. Será arquivado.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) --

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.077, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos solicitando informações ao Sr. Ministro Extraordin; rio pa-

ra Assuntos do Gabinete Civil sôbre os financiamentos feitos, pelo Banco Regional de Brasilia S. A., pertencente ao conjunto adminis-trativo da Prefeitura do Distrito Federal, aos, hortigrangeiros, la-vradores e pecuaristas do Distrito Federal tendo parecer javorável, sob n.º 15, de 1968 da comissão de Finanças.

Em votação o requerimento. (Pausa)

Os Srs. Senadores que o aprovam raciram permanecer sentados.

Está aprovado. Serão solicitadas in. formações pedidas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura: Andrade)

Item 4:

Volação em primeiro turno (com apreciação preliminar de constitucionalidade, nes têrmos do artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado número 58, de 1967, de autoria do Se-nador Desiré Guarani, que dis-põem sõbre incentivos fiscais ten-do parecer, sob nº 34, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição por inconstitucio nalidade.

A discussão de acha encerrada desde a de fevereiro

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

O projeto foi rejeitado. Será arquivado.

E' o seguinte o projeto arquivado:

O Congresso Nacional decreta: PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 58, DE 1967

Dispõe sôbre incentivos fiscais.

Art. 1.º As deduções do impôsto sôbre a renda previstas na Lei nº 5.106. de 2 de setembro de 1966, e nos De-cretos-Leis ns. 55, de 18 de novembro de 1966, e 221, de 28 de fevereiro de 1967, poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas desde que não ultrapassem, no total es seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) impôsto devido quando as deduções incluirem a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) nas áreas da SUDAM ou da SUDENE, isolada

ou conjuntamente;
b) ,20% (vinte por cento) do impôsto devido, quando as deduções se destinarem, unicamente, à aplicação fora das áreas da SUDAM ou da SUDENE.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor

na data da sua publicação, revogadas

o disposições em contrário. O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 5;

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Co-missão de Redação em seu Parecer nº 92, de 1968) da emenda do Se-nado ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1967 (nº 648-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que dispõe sóbre os "cofres de carga" e altera o art. 9.º do Decreto-lei n.º 83. de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sóbre a cobrança de taxas portuárias.

Em discussão à redação final. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a

Encerrada a discussão, sem emendas, nem requerimentos para que a Re-dação Final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente nos têrmos do Regimento. independentemente de votação,

A matéria irá à Câmara dos Deputedos

Para acompanhá-la naquela Casa de Congresso, designo o Sr. Senador Paulo Torres, o seu relator na Comissão de Projetos do Executivo, Em decorrência d aprovação da re-

dação final do projeto n.º 1£7, da Câmara dos Deputados, fica prejudi-cado o Requerimento n.º 79, de 1968, de autoria do Senador Duarte Filho. solicitando dispensa de publicação pa ra discussão da Redação Final.

> E' a seguinte a redação aprovada:

PARECER N.º 92, DE 1968

(Da Comissão de Redação)

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara nº 127, de 1967 (nº 648-B de 1967, na Casa de origem).

Relator: Sr. Duarte Filho.

Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1967 (n.º 648.B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9.º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sôbre a cobrança de taxas por-tuárias.

Sala das Sesões, 9 de fevereiro de 68. — Lobão da Silveira, Presiden-— Duarte Filho, Relator. — José 1968. -Lcite.

ANEXO AO PARECER N.º 92-68

Redação final 'da emenda Senado ao Projeto de Lei da, Câ-mara n.º 127, de 1967 (nº 648-B de 1967, na Casa de origem) que dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9.9 do Decreto-Le nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sóbre a cobrança de taxas portuárias.

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda n.º 1-CPE)

Ao art. 1.º

Suprima se a seguinte expressão:

"..., excluídas as taxas."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item n.º 6:

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução n.º 13, de 1968, de autoria da Comissão Direque dispõe sôbre a admints. tração do Serviço Gráfico do Se-mado Federal.

Em discussão.

Tem a palavrá o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

! (Pela ordem. Sem revisão do ora-dor) — Sr. Presidente, estou usando da palavra unicamente para informar a V. Exa. que é men dessis Exa, que é meu desejo requerer o adiamento da matéria pelo prazo reo adiamento da materia pelo prazo regimental, uma vez que os avulsos apresenta o projeto de resolução da Mesa, onde se pretende modificar a administração do serviço gráfico destu Casa e se faz alusão, num determinado artigo, ao sistema que gerla esse serviço até aqui, mas não se fazem acompanhar da legislação, ainda por interna existente sobre a matéria que interna, existente sobre a materia De outra parte, o parágrafo único de um de seus artigos diz:

quanto à exclusão das vantagens de assiduidade dos funcionários que são meros contratados, pela Consolidação das-Leis do Trabalho. Há outros artigos que não tive oportunidade d confrontar com a legislação vigente. de

De modo que, na forma regimen-tal, solicito o diamento do projeto por oito dias ou olto sessões, se fôr o caso.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Antes de examinar o requerimento de V. Exa., a 1-residência precisa prestar um esclarecimento quanto às objeções aprea

O Serviço Gráfico, pelas disposições regulamentares do Senado Federal, estava submetido asupervisão do Secretário-Geral da Presidência, pelo periodo de sua implantação. Com o falecimento do Secretário-Geral da Presidência, nos têrmos do Regula. mento, o cargo de Secretário-Geral da Presidência passou a ser cargo comissão, não mais cargo efetivo. em

De acôrdo com a lei interna existente, com a vacância do cargo de Se-cretário-Geral da Presidência, a Superintendência do Serviço Gráfico fica-ria completamente soberana, sem su-bordinação a qualquer órgão adminis-trativo da Casa, consequentemente, com podêres acima dos podêres do Diretor-Geral e da própria Comissão Diretora, ou seja, com os podêres de admitir, demitir, remover e realizar despesas.

Por esta razão, a Comissão Dire-

Por esta razão, a Comissão Dire-tora estabelece, neste projeto, a sua subordinação à Diretoria Geral. Quanto ao outro ponto referido por Vossa Excelência — Parágrafo úni-co do Artigo 9º — devo esclarecer que se trata de uma iniciativa adotada e deliberada pelo Senado. O Artigo 9º neste sentido, é claro, atribui aos servidores gráficos um prêmio por assiduidade e por produtividade.

Portento, além dos doze ordenados e do 13º salário, há o prêmio atribuidade.

do aos gráficos, quando tenham êles sido assíduos e tenham alcançado de-terminado indice de produtívidade.

E' pois, um gesto de estímulo do Senado, razão pela qual êle, vem disciplinado; não pode ser dado indis-criminadamente. A falta injustificada ao serviço, por um dia, retira ao servidor as condições de concorrer ao prêmio como também três entradas em atraso ao serviço, sem justifica-

Com esses esclarecimentos, informo com esses asciarecimentos, informo ao Senhor Senador, que não poderei deferir o requerimento de adiamento, especialmente palo prazo por Sua Excelência solicitado, que ultrapassa o relativo ao período de convocação extraordinária.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(M^oura Andrade) — Tem a pala-ra, pela ordem, o nobre Senador Má-io Martins rio Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem) — Senhor Presiden-te, eu não tenho nenhum interêsse em estar procrastinando a decisão da matéria.

O SR. PRESIDENTE;

um de seus artigos diz:

"No cumprimento do disposto neste artigo, a Comissão Diretora terá em conta que estarão excluidos do regime de produtividade e assiduidade os assalariados que:

a) tenham faltado ao serviço, injustificadamente, ainda que por uma única vez em cada ano;
b) tenham, em cada ano, três entradas em atraso no serviço, sem justificação."

Băstaria êsse detalhe para recomendar uma meditação e análise da ma-(Moura Andrade) - Eu pondero a

téria que me parece um pouco forte lisadas. A Gráfica é um serviço industrial, lucrativo para o Senado, e não pode ficar imobilizada. No caso, não se estabelece coisa alguma que não seja a subordinação da Gráfica à administração da Casa, para maior eficiência e também para maior fiscalização.

E muito importante para a administração este projeto para que a Presidência concorde, desde logo, na sua retirada da Ordem do Dia e atenda ao Requerimento de Vossa Excelência.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela Ordem) — Senhor Presidente, conforme eu la dizendo, não é minha intenção apresentar nembuma proposição que vise a procrastinar decisão sobre a matéria.

Reconheço o zêlo da Mesa, no caso representada por Vossa Excelência, quando nos adverte a respeito da urgência da deliberação, sob pena de virmos a ter os serviços paralisados.

Mas gostaria — e estou certo de que Vossa Excelência, de sua parte, também há de recomhecer o meu dever — de zelar para que se delibere bem. Sucede que a minha formação profissional me autoriza, ou pelo menos me obrigaria a ter algum conhecimento sôbre a motária de trabalhos cimento sobre a matéria de trabainos gráficos.

De modo que, talvez mais do que aqueles que não estão afeitos a esse problema ou a essa profissão, eu não poderia votar únicamente na base autorizada da "fé do padrinho".

Estranhei, desde logo, que não hou-

vessem anexado aos avulsos a legislação vigente, para um confronto. Ao mesmo tempo, devo declarar a Vossa Excelência que é meu pensamento ver a legislação, ou a regulamentação de outras organizações congêneres, como a Imprensa Nacional e fazer, disso, uz. confronto com o sistema gráfico das emprêsas gráticas privadas, pois, uma vez que esses profissionais não são funcionários, estão submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Frabalho, é natural que en queira sa-ber quais os critérios estabelecidos nes emprésas gráficas particulares, para confrontá-los. Ademais. Vossa. Excelència fêz a

Ademais, Vossa Excelència fêz a revelação de que há um processo sendo apreciado no Supremo Tribunal Federal, ou outro órgão da Justiça, em que são arte, segundo a palavra de Vossa Excelência, trinta gráficos...

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Quatorze. O SR. MARIO MARTINS —

que estariam dependendo dessa decisão judicial.

Entendo que, depois da argumen-tação esclarecedora de Vossa Exce-lência, se impõe a necessidade de uns para se estudar melhor a matéria.

Não estou com isso colocando sob reserva proposição da Mesa, nem me anima nenhum intuito de supor que a Mesa não está procurando a me-ihor iórmula. Peço apenas a Vossa Excelência que reconheça o meu di-reito e a minha intenção ao pedir adiamento, para poder dar uma de-cisão mais justa, de acôrdo com o

meu raciocínic.

E po. . . até, que eu venha a votar inteiramente a proposição, mas desedo fazê-lo na certeza de estar agindo acertadamente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura- Andrade) — O Regimento Interno é expresso no sentido de que a Presidência jamais deve dialogar.

A Presidência tem cumprido sem-

pi e essa disposição regimental e disso os Sanhores Senadores são testemunhac.

Vossa Excelência, entretanto, está interpretando mal o projeto. O pro-jeto nada diz com as condições dos cervidores gráficos; nos altera condição de ninguém. E maramente uma subordinação da sua administração.

Entretanto, atenderel Vossa L icia parcialmente. Se o nobre Sedor concordar, retiraret o projeto Ordem do Dia, enviá-lo-ei a Vossa celéncia e Vossa Exceléncia o elverá para que conste da Ordem do ia de amanhã.

O SR. MARIO MARTINS - Pere-me Vossa Excelência, Senhor Predente. Agora eu é que passo a dia-gar com a Mesa, uma vez que Vossa scelencia me faz uma consulta, basnte honrosa aliás.

Confesso que só poderia aceitar se vesse meios de ter o sistema de tra-ilho da Imprensa Nacional, nesse itervalo.

O SR. PRESIDENTE;

(Moura Andrade) - Não estamos struturando o Serviço Gráfico. Es-mos apçnas declarando que onde a ei Interna aizia que "o Serviço Gráer mesma que "o Serviço cra-ico é subordinado à Secretaria ua residência" passará a dizer que "é subordinado à Diretoria—Geral." E' ito apenas que se está dizendo. Nada

De modo que, parece-me, Vossa licia está levando longe uemais assunto. O problema é realmente assunto. O problema é realmente irgente e a auministração da Casanão pode assumir a responsabilidade de manter essa situação. Ela recisa utordinar o Serviço Gráfico à cdministração da Casa. Neste sentido presidência vai lutar para que leja eno. Não vai mara o Serviço Granco debaixo da administração de Unda pessoa, sem nenhuma subordinação, nam à Comissão Diretora nem a Diretoria-Geral, nem aos Sennores Diretoria-Geral, nem aos Sennores Senadores e nen a ninguém, astan-lo ro, tazendo despesas, aumitindo empregados, demintindo empregados. Não poderá fazer isso. Pre-

Se Vossa Excelência concordar com Presidência, retirarei da Ordem .o Dia a matéria para que Vossa Excelência possa consulta-la e devolvê-ta amanhã. Do contrário, porei em /o-tação o Requerimento de Vossa Ex-

MARIO MARTINS — Senhor Presidente, lamento dizer a Vossa Excelência que tinha a impressão de que o Serviço Gráfico et ava funcionando — bem ou mal — até aqui, desde que houve o doloroso faleci-mento do Dr. Isaac Brown, Assessor da Presidência.

Confesso também a Vossa Excelência que uma das coisas que não me dão bem-estar, desde que aqui m-gressei como Senador, é ver que o Congresso está submatido a um re-gime de prazos, pelo Poder Executivo, conforme toi estabelecido pela Constituição que ai está. De modo que amento, neste instante receber um prazo curto para dectur sóbre a matéria. E este prazo não é ditado pela força, e sim pela autoridade do Pres. e 40 St 12do.

Mas eu seria incoerente, Sr. Presidente, tendo dito que preciso fazer o confronto com os outros sistemas, tanto oficial quanto particular no que se refere ao serviço gráfico e agora, viesse, apenas pelo prazer de ser amável com V. Exa. — rec mhe-cendo o zêlo de V. Exa., a autoridade de V. Exa., os bons serviços que V. Exa. tem prestado ao Pais na Presidência desta Casa — que eu viesse a renunciar a tudo isso e acutar um prazo que não me daria oportu-nidade de fazer nenhuma consulta realmente fecunda.

De modo que tenho de me render à fôrça, como apresendi e vi muita a lorga, como apresentar e vi mara gente se render, no Congresso depois da revolução de 1964. No reso.
não à fôrça material, mas à fôrça da Presidência que, naturalmente, não quero dizer dramacizado, mas que após tanto tempo em que esse serviço está-se desenvolvendo nessa ba-se, numa determinada tarde, sem se fazer acompanhar de legislação ituai,

no regimento atual, nos dá um prazo de 24 horas para decidir.

De modo que eu peço, então, a V. Exa. que submeta à votação o meu requerimento e me rendo à declaso da maioria.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - O Sr. 19 Secretário irá proceder à leitura do Requerimento.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 82, de 1968

Nos têrmos dos artigos 212, letra "l" e 274, letra "b", do Regirrento Interno, requeiro adiamento da dis-cussão do Projeto de Resolução número 13, de 1968, que dispõe sôrre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal, a fim de ser fêta na sessão de 20 de fevereiro de 1968.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 1968. — Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Em votação o Requerimento.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para comunicar a votação) - Sr. Presidente, V. Exa. sabe que te ino sido liberal, sempre concordando com os adiamentos requeridos, mas d'unte das ponderações de V. Exa. que reputo profundamente procedentes, you votar contra o adiamento solici-

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o requerimento. (Pausa.)

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer, sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

O SR. MARIO MARTINS:

(Pela ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Vai-se proceder à verificação da votação do requerimento de adiamento.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para uma questão de ordem) Sr. Presidente estando a Comissão de Finanças reunida, peço a V. Exe tome as providências necessárias para que os seus membros possam comparecer à presente sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Atendendo a questão de ordem formulada pelo nobre Lider do Govêrno, vou suspen-der a sessão, até que os senhores membros da Comissão de Finanças possam comparecer.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se a sessão às 16 horas e 20 minutos, e reabre-se às 16 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Está reaberta sessão,

O Sr. 19 Secretário irá proceder à chamada.

Os Srs. Senadores irão votar o requerimento de adiamento. "sim" os que o aprovam. Dirão "não"

os que o rejeitam. A chamada será feita de Sul para Norte, já que a última foi de Norte para o Sul.

Vai ser iniciada a chamada. (Procede-se à chamada)

RESPONDEM A CHAMADA E VO-TAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Edmundo Levi, Arthur Virgillo. Lobão da Silveira.

Rul Carneiro. Josephat Marinho. Aarão Steinbruch Mário Martins-Aurélio Vianna. Lino de Matos. João Abrahão. Pedro Ludovico.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS SENADORES:

Oscar Passos Milton Trindade. Catete Pinheiro. Clodomir Millet. Sebastião Archer Petrônio Portela. Menezes Pimentel. Manoel Vilaça. Argemiro Figueiredo, Arnon de Melo, Leandro Maciel, Julio Leite. José Leite. Aloysio de Carvalho. Carlos Lindemberg. Raul Giuberti. Paulo Tôrres. Vasconcelos Tôrres Gilberto Marinho. Benedito Valadares. Nogueira da Gama Carvalho Pinto. Fernando Corrêa. Filinto Müller. Ney Braga. Melo Braga, Atílio Fontana Guido Mondin, Daniel Krieger. Mem de Sá:

O SR. PRESIDENTL

(Moura Andrade) - O requerimen-

to foi rejeitado. Votaram "não, 30 Srs. Senadores; votaram "sim", 11 Srs. Senadores.

O SR. MARIO MARTINS:

Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PINESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, não sei se agi regimentalmente ao endereçar a V. Ex^a, antes da votação do projeto, uma emenda supressiva determinados artigos e parágrafos do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Se-cretário irá proceder à leitura de emenda de autoria do Sr. Senador Mário Martins.

£ lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Na forma regimental, apresento no Projeto de Resolução nº 13, de 1968; a seguinte emenda supressiva: Suprima-se o parágrafo único do art. 9º e suas alineas.

Sala das Sessões 13 de Tevereiro de 1968. — Mario Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Em discussão o projeto com a emenda.

O SR. MARIO MARTINS:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a pala-vra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTÍNS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, deixei de lazer a justificação da emenda quando apresentada a V. Ex⁸, para fazê-lo oralmente. Apenas, estou em dúvida se devo fazê-lo, neste momento, ou quando a Basta, portanto, que um funcionário matéria vier à discussão.

G SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A justifica-ção V. Ex? deve fazer neste instante, que é o momento regimental.

O SR. MARIO MARTINS - Muito grato a V. Exa.

Sr Presidente, Srs. Senadores, nos estamos diante de uma pequena di-vergência sem qualquer fundo de origem partidária, pessoal ou politica que levasse as duas Bancadas, uma e outra a, maciçamente, tomarem po-siçõis uniformes embora uma e outra em oposição entre elas. Não se trata, a meu ver, — uma vez que não houve intenção de minha parte neste sentido — de nenhum movimento para diminuir a autoridade da Mesa. e pretendo continuar a prestigiar, e pretendo continuar a prestigiar, subretudo, o Presidente desta Casa, o Senador Auro de Moura Andrade.

Pela primeira vez, em um ano de exercício do mandato, vai ser rejeita-do maciçamente um requerimento que buscava esclarecimientos. Vi fifires eminentes desta Casa respeitaveis no meu conceito, votar contra o requerimento sem sequer passar os olhos sobre a matera, abrir o prece-dente, porque foi a primena vez que se votou comra um requermento que buscava esclarscimento. C que se desejava? Apenas o adiamenti por al-guns dias. E por que apresentei o re-querimento de adiamento. E por que, agora, completando, faço a apresentação de uma emenda supressiva do parágrafo único do art. 9º do Projeto e suas alineas?

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a maioria daqueles que recusaram a aprovação do requerimento dêste mouesto colega, neo passou os olhos

Que diz o artigo 90?

"A Comissão Diretora baixará os atos necessários à execução desta Resolução e, em particular, os relacionados com os índices mínimos de funcionamento do Serviço Gráfico, e seu regime de produtividade e assiduidade.'

Que visava eu quando tive a oportunidade de falar? Que pretendia? Ver como funcionam outros organismos, como a Imprensa Nacional, um órgão oficial, como êles tratam os gráficos em matéria de serviço e, também, como procediam as empresas privadas como o "Estado de São Paulo" o "Jornal do Brasil" "Cor-reio da Manhã", etc. Por isso solicitel o prazo mínimo de dois ou três dias. Então, solicitel o adiamento até o dia 20, a fim de que a matéria pudesse ser resolvida na sessão dêsse da. E por que apresentel a emenda supressiva do parágrafo único e suas alineas?

> "Parágrafo único. No cumprimento do disposto neste artigo. a Comissão Diretora terá em a Comissão conta que estarão excluidos do regime de produtividade e assiduídade os assalariados que:"

Vamos fazer um parêntese. Anteriormente, ao que parece, pelo menos havia dúvida quanto ao trabalho: era, ou deveria ser ou havia quem sapusesse que deveria ser na base de funcionário e não de assalariado. Mas, admitindo-se que a matéria "assalariado" está vencida, então perde êle o direito;

"a) tenham faltado ao serviço 'mjustificadamente, ainda qui por uma única vez, em cadi per uma ano;"

Então, pergunto: Quem justifical A Comissão Diretora, possivelmente durante o ano 💛 e qual o Senado

que não tenha faltado, mais de uma vez, no ano! — falte uma 15 vez, injustificadamente, e que não obtenha a justificação, por parte da Co-missão Diretora para que perca o direito a êsse prêmio.

> "b) tenham, em cada ano, três entradas em atraso no serviço, sem justificação;"

Basta que chegue atrasado, três vêzes ao serviço, mesmo que tenha ficado uma noite acordado com um filho doente ou por qualquer outro motivo justo, e não encontre a boa-vontade por parte da Comissão Diretora, para perder o direito a essa regalia.

c) tenham-se ausentado do serviço, injustificadamente, sem prévia comunicação".

Concordo:

"d) hajam sofrido punição: e) tenham estado arastados do serviço por mais de trinta d'as, em cada ano, ainda que por me-tivo justificado".

isto, ainda que a Mesa reconheça que éle tinha razão para faltar trin-ta dias. Inclusive, diz: "para o tra-tamento de saúde".

Então, um homem doente terá de vir, porque a Mesa, ainda que éle justifique sua falta, não poderá, não tem autoridade para lhe reconhecer direito a essa prerrogativa. Ainda que éle seja o funcionário mais exemplar da Casa; ainda que, durante anos e anos, jamais tenha faltado mais de uma vez; ainda que êle seja, reconhecidamente, um devotado; ainda que coloque o serviço gráfico acima até da convigência con sus fo acima até da convivência com sua familia; se cie, porém, tiver a desgraça de adorcer, durante 30 dias, e, ainda que a Mesa queira reconhecer que éle tem o direito de ficar doente; que foi por motivo de fôrça maior, que estava acima de suas possibilidades, não tem autoridade para conceder o que concederá a outros, embora não tão dedicados, mas que não tendo a los-cido, passam a ter essa vantagem".

Diz: "salvo se o afastamento resultar de acidente".

E' preciso que êle seja atropilado,

que seja apunhalado, que éle caia por uma escada abaixo, que lhe caia um avião em cima, que lhe caia êste pré-dio em cima, sómente se éle for acidentado é que a Comissão Diretora terá poder para justificar a sua faita.

"...Ou de moléstia adquirlda em consequência do proprio trabalho.

Então, é preciso que êle fique tu-berculoso; é preciso que não se lhe de o leite para eliminar o veneno do chumbo que éle vai cheirar, aspirar, absorver, dia e noite, no seu traba-

Somente se ele for um acidentado do trabalho, ou se for a vitima de um acidente, como os casos que expus e outros, é que a Mesa terá podères para justificar a sua falta.

para justificar a sua falta.

Mas se éle ficar febril em casa; se ele ficar durante 30 dias delirando de febre; se éle tiver um tumor; se ele tiver uma paralisia, por 30 dias. comprovados por tôda a Med.cina brasileira, a Mesa não terá podères para justificar a sua falta de 30 dias.

na, ilegal, inconstitucional, que vai colocar um assalariado sem a menor possibilidade de amparo da parte daqueles que conhecem o seu trabalho.

No caso, a Mesa Diretora, diante de que acabamos de comentar.

No caso, a Mesa Diretora, diante de que acabamos de comentar.

Também não posso aceitar como causa de exclusão do regime de productividade porque não é só de asst— peitado que o fascista por princípio é mais rescussa de que per que, de repente, é aco— agora vai—se tornar mais exaustivo. E duidade, é também de productividade, cipio. O comunista por princípio memetido de doença, ficando 30 dias em ainda, porque, diante da reforma redata minha estranbeza de se ter in— rece todo o nosso respeito. O que é casa, a Mesa Diretora não terá di— gimental que se pretende com a con— cluído, êste dispositivo "O trabalha—comunista, como se diz na minha ter-

reito, não terá podêres, não terá au-] caiu de uma escada abaixo. Por esse motivo desejava chamar a ateação dos Srs. Senadores. No caso, não se trata de votar, como foi votado o requerimento, únicamente dando uma tonalidade quase de partidarismo de Bancada.

O pedido de adiamento e, agora, a emenda que ofereci, visain, precisa-mente, a evitar que esta Casa aja mal, cometa ato de injustiça e dê exemplo que não se ajusta à sua tradição. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) - Senhor Presidente e Srs. Senadores, votei a muito bem elaborado pelo ex-assessor favor do adiamento, inclusive pelo da Presidência o falecido Isaac que havia lido no art. 9º, objeto das observações do nobre Senador Mário de lum dos nossos companheiros para estudo mais meticuloso. Martins.

Vatei, confesso, por questão de cons ciência. E' do meu temperamento não votar contra a minha consciência, sob hipótese alguma, porque, realmente, o projeto, se tem justificação, não o projeto, se tem justificação, não do.

traz o parecer da Mesa. Justifica-o. A gráfica não pede ficar acérala.

Senão da Mesa. doutra Comissão, Quem não está de acôrdo com êste que viria, inclusive, opinar sôbre a princípio? Mas não podemos esperar sua juridicidade, a súa constituciona— dois, três ou quairo dias para uma sua juridicidade, a súa constituciona— dois, três ou quairo dias para uma sua juridicidade. lidade

lidade.

Quem é que afirma que este projeto não fere principies constitucionais,
direitos adquiridos? Qual a ofensa sin
se pedir um adiamento para um melhor entendimento da matéria, que
envolve prerrogativas, direitos e déveres de uma classe?

Sr. Presidente, esta questão, como bem frisou o nobre Senador Mário Martins, não é partidária. Eu não se: Sr. Presidente, esta questão, como bem frisou o nobre Senador Mário Martins, não é partidária. En não ser nem mesmo se o voto obedeceu as grande principio das convicções, nem mesmo sei se houve tempo para uma análise metículosa da matéria. A verdade é que o Senador Mário Martins não tentou nem de leve ofender a Mesa que dirige e orienta os nossos trabalhos, principalmente quando etros mesmo subordinados à C.L.T., ... Consolidação das Leis do Trabalho. Não desejando argumentar mais usei da tribuna mais para justificar a mesa que dirige e orienta os nossos trabalhos, principalmente quando etros de mendera de me trabalhos, principalmente quando er-

fim de mandato.

Mas, volto ao primeiro principio.

Quando a questão é de consciência,
assim deve ser tratada. E aquêos que defendem os seus pontos de vista por convicção sempre devem merecer odo

respeito e todo acatamento.

Não vou argumentar sôbre argumentos que já foram apresentados, mas contesso a esta Casa: se o Projeto disciplina, atribui responsabili-dades ao Diretor-Geral e à Vice-Di-retoria - G e r a l Administrativa, ha aqueles artigos que merecem estudo rais meticuloso. Todos nós sabemos, e o Projeto proclama; tôda vez que se atribul responsabilidade direta a um só individuo, o processo falha quando o individuo desaparece. E' o verico dos direduros perigo das ditaduras.

Verifica-se, agora, que havia necessidade de um órgão, não de uma pes-soa apenas, para orientar, para diri-gir, para disciplinar a Gráfica do Se-nado. Como nos admitimos que, numa primeira etapa, houvesse necessi-dade de uma concentração maior de podères nas mãos dêste, daquele ou daquele outro individuo.

Sr. Presidente, não sel, não conhe- Confesso que se o projeto se cirço, duvido e desafio que, em alguna cunscrevêsse, apenas, aos arts. 1º, 2º, parte dêste país, possa haver regis 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º quase não halação de tal ordem, legislação desama- veria motivos para adiamento da matéria. Não disse que não haveria mo-tivos. Mas, há o art. 9º, acêrca do qual discorreu, com muita propriedade o nosso companheiro Senador Má-rio Martins. Quando fomos dispertados para a

vicção de mais cemissões, com am- dor que tenha, em cada-ano, três en-pliação dos quadros de Senadores tradas em atraso no serviço sem jusretto, não terá poderes, não terá au- vicção de mais comissões, com am-toridade para lhe reconhecer as prer- pliação dos quadros de Senadores rogativas. Por que? Porque êle não para cada Comissão, chegaremos à foi atropelado, porque êle não sofreu seguinte posição: para 55 Senadores um atentado na sua vida, porque não teremos cêrca de 180 lugares, que serão preenchidos pelos 55 Senadores, eliminando os ocupantes da Mesa, componentes que não podem perten-cer a qualquer outra das comissões permanentes.

Então, se dividirmos o número de lugares a serem ocupados pelo nú-mero de Senadores, que são 55, cada qual ficaria com a responsabilidade de no mínimo 3 comissões, se a di-visão fôsse equitativa.

Muita gente não sabe, mas há Se-nadores mais velhos um pouco do que eu, que vêzes saem do Senado à madrugada.

Sr. Presidente, realmente o projeto é uma sugestão para a próxima re-forma regimental. Há uma comissão estudando um substitutivo para o Regimento atual, e há um trabalho, muito bem elaborado pelo ex-assessor estudo mais meticuloso.

Esse projeto é uma sugestão, e muito interessante, para possíveis alterações dando mais podêres à Direcão-Geral Administrativa do Sena-

apreciação mais consciente e mais capaz de certos e determinados articapaz de certos e determinados :rtigos e parágrafos, que demandam estudo, para uma votação consciente,
porque, na verdade a responsabilidade é nossa, é do Plenário?
A Mesa apresentou a proposição.
Vamos referendá-la? Rejeitá-la alte-

Tive mesmo um propésito que, m-felizmente, não concretizei — o de reduzir o prazo de adiamento proposto pelo Senador Mário Martins porto pelo Senador Mário Martins por-que é da tradição desta Casa conce-der os adiamentos solicitados para melhor estudo das matérias que nos são propostas. Seja como for, Sr. Presidente, votei pelo adiamanto Como não tendo feito estudar ne-lhor a matéria não posso dejxar de votar pela supressão daquele artigo daqueles dispositivos apresentados pe-lo Senador Mário Martins.

lo Senador Mário Martins. Também não aceito que um trabahador que tenha faltado ao service uma única vez em cada ano figue excluído — note-se bem — excluído do regime de produtividade e de assiduidade. Por que de produtiridade?

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte? (Assentiment: ao orador) — O estadonovismo na União Soviética não é tão rigoroso quento êste dispositivo.

O SR. AURELIO VIANNA -- Não admito nem aceito que os autora da proposição tivessem tido, sequer, a intenção de ferir aquêles que trabalham nesta Casa e sob o regime especial da Consolidação das Lizis do Parece uma coisa sem sentido, sem importância. Trata-se de um pequente de trabalhadores. Que importância tem? Por que perder tante de tempo em discutir isto? Trabalho.

Mas nós não estamos discutindo boas ou más intenções. Estamos discutindo um texto que nos foi ayresentado.

tradas em atraso no serviço sem jus-tificação". Se eu atendesse à tese da exclusão do regime de assiduidade não poderia aceitar aquela outra da produtividade porque seria a negação de tudo que venho defendendo atra-vés de muitos anos.

Não estamos discutindo aqui nem mesmo com caráter de fazer onde lá fora, porque estou com o pensamen-to expresso, hoje pelo jornalista Deputado Márcio Alves, que disse: "vou voltar às colunas dos jornais, porque o que se diz na Câmara não é revelado ao povo". Há um silêncio sôbre as atividades dos parlamentares. Hoje, uma entrevista tem muito mais destaque do que os discuros de apreciação que se fazem no Parlamento. Felizes, como eu e outros, dos entrevistados. E infelizes os que defendem proposições de interêsse nacional ou de interêsse das classes porque rei-na, impera um silêncio sepulcral. Demônios são pintados, muitas vêzes, como anjos e os anjos apresentados como anjos e os anjos apresentados como demónios. E os inimigos das classes são pintados como amigos, mesmo quando rejeitam as proposições que a elas, às classes trabalhacoras, interessa; e os amigos, aquêles que votam a favor das reivindiçações do povo, são apresentados como inimigos. Quantas a quentas váras inimigos. Quantas e quantas vêzes...

Mas. Sr. Presidente, é um debate que interessa a um pequeno grupo de funcionários e que provavelmente, fi-cará, como tantos outros, sepultado aqui nos subterrâneos do Senado Fe-

Não aceito também o item "e". Estarão excluídos do regime de produ-tividade e assiduidade os que:

"e) tenham estado afastados do serviço, por mais de 30 dias, em cada ano, ainda que por motivo justificado, inclusive para tratamento de saúde, salvo se o afastamento resultar de acidente ou de moléstia adquirida em consequiência de práprio despuba" sequência do proprio trabalho".

Citou o Senador Mário Martins uma offinidade de doenças que podem le-var ao leito por 10 dias, por 15 por 35, por 10 nor 60, um funciorário exempla 10. cumpridor dos seus deveres, calegorizado quanto ao seu sentido de responsabilidade.

Então êle está excluído do regime de assiduidade e também de produti-vidade, embora tôda vez que eu ocupe seu trabalho êle. em produtividade, vença todos os outros.

Eu não posso, porque não posso mesmo, votar a favor dêstes principlos que aqui se encontram. Eu estaria constrangido perante mim mesmo. E o sujeito que eu trinho mais mêdo de desgotar é o Aurélio Vianna; sou eu mesmo. O sujeito que eu mais temo é a consciência de Aurélio Vianna, quando o acusa de cometer um êrro. E quantos tem coinetido! Vianna, quando o acusa de cometer um êrro. E quantos tem cometido! E não é novidade, norque, nas priscas eras do primitivo Cristianismo, nós encontramos aquela voz que divia a Paulo de Tarso, no caminho de Damasco: "Duro é para ti recalcitrar contra os aguilhões", isto é, contra e voz de tua promis conseiência. a voz da tua própria consciência.

Parece uma coisa sem sentido, sem

Tem muita importancia para quem discute em termos de principlos e res-peito àqueles que defendem por principio, o que se encontra neste projeto que acabamos de comentar.

ra, de araque, por oportunismo, quan do vê certas tendências mimetiz...

E' como o camaleão, que toma côr da árvore onde êle está, para se adaptar ao meio ambiente fugindo a responsabilidade de agir às claras. Por isso eu respeito aquêles que, por convicção, por principio, estabeleceram estes-dispositivos embora o meu pensamento seja o que já expus.

Mas, em sintese, esta é uma casa de debates. Não tivesse o nome de Parlamentol

E' bem verdade que muita gente gostaria que o Parlamento fôsse, como diria um cidadão muito conhecido la nos nosso pagos, o Senador Teotônio Vilela, silente,

Muita gente gostaria que o Parla-mento fôsse isto mesmo — a casa do silêncio, do amém. Felizmente, o Se-nado não e essa casa. Debatemos defendemos os nossos principios. Muitos se admiram de que, depois de um de-bate em que o entusiasmo pontifica os adversários — porque não são inimigos — se entendam as mãos. Mui-tos se admiram. Mas isso e da essencia da democracia.

As vêzes, os maiores amigos estão aqui dentro, defendendo teses opostas, cada qual com o seu principio lutando lutando dentro dos principlos regimentais e da Constituição, até que as munições se acabem pelo voto, que é a decisão suprema e última.

Ah! Se eu pudesse, apeiaria para a Mesa no sentido de que reestudasse. Dir-se-á: "— Mas nos estudamos muito". Mas diremos nos, reestudem um pouco mais essa materia, nesse campo, à luz da legislação atual, que é imperativa.

Se tomaram conhecimento dessa legislação porque tiveram tempo de organizar o projeto, que nos dêem um pouco de tempo para que possamos, também, analisa-lo modificando, al-terando, humanizando a proposição em alguns dos seus artigos e paragrafos.

Sr. Presidente era o que tinhamos a dizer. E não vamos procurar amparo em legislação de nenhum outro povo, de nenhum outro pais mas nos principios humanistas do povo brasileiro e na legislação que rege a matéria.

A impressão que eu tenho, até que provem o contrário, é que se esses funcionários estão subordinados à C. L. T., nenhum dispositivo podera lhes tirar o direito que a C. L. T. lhes concede. Não sei se tira. Eu quero saber. Se há crime, o crime é éstei (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) - Tem a palayra o nobre Senador Moura Andrade.

O SENHOR SENADOR MOURA-DRADE PRONUNCIA DISCURSO QUE, POR CONSUBSTANCIAR O QUE, FOR CONSUBSTANCIAR O
PARECER DA COMISSÃO DIRETORA AO PROJETO, SERA PUBLICADO POSTERIORMENTE,
DEPOIS DE VOTADO PELA COMISSÃO DIRETORA E ANEXADO AO PROJETO.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Continua em discussão.

Mao havendo quem peca a palavra declaro encerrada a discussão.

O projeto sairá da Ordem do Dia para ir a Comissão Diretora a fim de dar parecer "obre a emenda de autoria do nobre Senador Mário Martins.

O SR. PRESIDENTE - (Moura Andrade)

empréstimo externo (Projeto apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 75, de 1968). Parecer favorável, sob nº 76, de 1968. da Comissão de Constituição e Justica.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aproyam queiram permanecer sentados. (Pau-

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovaao:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1968

Autoriza o Govêrno do Estado de Mato Grosso a contrair emprestimo externo.

O Senado Federal resolve:

Art. 19 E' o Governo do Estado Mato Grosso autorizado a contrair o empréstimo externo constan-te do contrato de financiamento até o valor de US\$RDA 5.000.00000 (cinco milhões de RDA dólares), Optik, m.b.h., com sede em Berlim jeto e as emendas de Plenario (nu102. Schiklerstr, 7, para a aquisição meros 1 e 2); e de Comissão de Fide aparelhos de Rafos-X e de técninanças, sôbre as emendas. ca de medicina, bem como instru-mentos médicos, sem produção simi-lar no Brasil, destinados ao equipamento de serviços sanitários e outras in tituições do Estado de Mato Gres-so, desde que dilate o prazo de vali-dade da cláusula 2 do contrato base.

Art. 29 O prazo do concrato será emissão dos conhecimentos de embarque.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Andrade)

Item 8:

Discussão em segundo turno Projeto de Lei ao Senado nº 60, Projeto de Lei ao Senado nº 60, de 1967, e autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que dispõel sobre aposentadoria por implemento de tempo de contribuição no desemprêgo, tendo pareceres, sob ns. 21 e 22 de 1968, das Comissões: de Constituição e Justica, pela constitucionalidade e de Legislação Social, favorável.

Não havana quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Não tendo havido emendas, nos têrmos do Regimento, está aprovado, que vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 1967

Nispõe sôbre a aposentadoria por im-plemento de tempo de contribuição no desemprêgo,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao contribuinte da previ-dência social que tenha mantido a qualidade de segurado mediante o recolhimento de contribuição no desemprêgo, é garantida aposentadoria por

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada matéria constante da Ordem do

Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, às 21 horas e 30 minutos, hayerá reunião conjunta do Congresso Nacional, para apreciação de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, designo para a sessão ordinária de amanhà a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em turno unico, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1967 (nº 707-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da Re-pública, que aivera o art. 1º da 1 m nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para Urs 55.001.000,00 a ajunu financeira concedida as Missões Sa-lesianas do Amazonas — Prelazia d Rio Negro, e da out as provioencias, tendo Parecer favoravel (nº 2-68) ao de 1867, com a Deutsch Export dependendo de Pareceres da Comissão de Finanços e de 1867, com a Deutsch Export dependendo de Pareceres da Comissão und Importgesellsciait Feinmechanik de Constituição e Justica, sobre o Prode Constituição e Justiça, sobre o Pro-

Discussão, em turno único, do Protoriza o Relator de Anais e Documen tos Parlamentares Calo Cesar de Menezes Pinheiro, a integrar, como De de quatro anos, com juros de 6% ao legado-Suplente, à Delegação do Brasil ano, calculados a partir da data da Comércio E Processor de Comércio e Processor de la Comércio de l II Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento.

3

Discussão, em turno único, do Progor na data de sua publicação.

jeto de Resolução nº 15, de 1968, de O SR. PRESIDENTE — (Moura autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitades em coccurso público.

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

PL-7-68 (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes advanteiros, altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decretolei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências;

PL-8-63 (CN) que dá nova redação, ao artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a la companio de la co prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia Odon-tologia e Veterinària e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinà-

CALENDARIO PARA APRESENTA. ÇÃO DE EMENDAS

Dias 8, 9, 12, 13 e 14 de fevereiro de

O SR. MARIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Tem a palayra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Pela ordem - Sem revisão do ora-Item 7: implemento de tempo de contribuição, dor) — Sr. Presidente. V. Exa. sabe ipós o pagamento de 30 (trinta) e 35 que eu tenho aprendido muito com cirinta e cinco) grupos de 12 (doze) V. Exa., sobretudo em matéria regiplos, que autoriza o Governo do 80 (otienta por cento) do "salário de peço a palavra, pela ordem, procuro do sobre do contribuição do sobre de contribuição do sobre de peço a palavra, pela ordem, procuro do sobre de contribuição do contribuição de peço a palavra, pela ordem, procuro de sobre de contribuição do contribu

Estado de Mato Grosso a contrair beneficio", no primeiro caso, e, inte- fazê-lo para aprender e não por pre-empréstimo externo (Projeto gralmente, no segundo. tender corrigir. Se não ouvi mal, V. tender corrigir. Se não ouvi mal, V. Exa. acaba de incluir na Ordem do Día para amanhã, um projeto recem-retirado da Ordem do Dia desta ses-são, que terá de ir à Comissão Dire-tora. De modo que pergunto: foi real-mente incluído na Ordem do Dia para gmanhã o proteto que cindo trá amanhã o projeto que ainda irá a Comissão Diretora?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Foi anunciado para a Ordem do Dia de amanhā, já com parecer da Comissão Diretora. O SR. MARIO MARTINS — Já com parecer?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Perfeitamente. O parecer acabou de ser dado pelo Presidente, oralmente, em plenario.

O SR. MARIO MARTINS - Dai, justamente a minha questão de ordem, que é para aprender, e estou aprendendo. Quer dizer que o projeto vai à Comissão Diretora, mas a Comissão Diretora dêle não vai to-mar conhecimento, porque já houve parecer do Presidente?

O'SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) -– Ela vai vetar o parecer aado pelo Presidente.

O SR. MÁRIO MARTINS — Ne-nhum membro da Comissão Dicetora poderá podir vista do processo?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) - Poderá pedír, se o desejar.

O SR. MARIO MARTINS - Dai a Discussão, em turno único, do Pro-minha questão de ordem. Uma vez jeto de Resolução 1º 14, de 1968, de que o Regimento permite que um autoria da Comissão Diretora, que au-membro da Comissão Diretora peça membro da Comissão Diretora peça vista do processo, quer me parecer que V. Exa. não poderia desde já incluir o projeto na Ordem do Dia. V. Exa. estaria contrariando sua formação democrática, estaria impedindo que um membro da Comissão Diretora pedisse vista do processo. Apenas eu quis, como disse, aprender regimentalmente com V. Exa. Mais uma vez fico ciente. uma vez fico ciente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As observa-ções de V. Exa. podem ser feitas em relação a qualquer projeto que seja colocado em Ordem do Dia. A qual-quer instante um Senador, uma Co-missão ou um membro de uma Co-ocorrer depois de anunciado o projeto, Não obstante, os projetos são incluia dos em Ordem do Dia. Se ocorrer pedido de vista, éles são retirados da Ordem do Dia. Se o pedido de vista ocorrer depois de anuciado o projeto, éle não é incluido, depois, na Ordem do Dia, e a comunicação é feita pela Presidência, de que deixou de ser incluido am virtude do ocorrência de cluído em virtude da ocorrência de um fato impeditivo.

De modo que a estranheza de V. Exa. é só em relação a esta ma-téria. Mas, é regra para tôdas as matérias o anúncio dos projetos para a Ordem do Dia. V. Exa. mesmo tem conhecimento de que, frequen-temente, a Presidência anuncia, p.r.a. a Ordem do Dia, matérias que ain a estão nas Comissões para receberem pareceres. Aguarda que as Comissões encerrom seus pareceres e, se porventura, não elas encerram, freqüentemente o parecer é dado oralmente, mediante requerimento que se formule em plenário.

Não há nada que estranhar, portanto, no anúncio da matéria para a Ordem do Dia de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, DEFERIU os seguintes requerimentos:

de SALÁRIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução n^{ϱ} 6, de 1960:

N.º, Req.	SEEAIDOM	CARGO	,	Dependente (8)	P	GBAU DE ARENȚESCO	INICIO
DP-44/68	ARLETE BELOTA TAPAJOS	Of.Leg.	PL-6	SIGRID	, Fi	Lha	Cancelar
DP-24/68	JORGE CESAR GOUVÊA	Aux.Limpeza	PL-15	João	Fi	lho .	Novembro/67
DP-22/68	ZORMELINA RIBEIRO ALVES	Of Leg.	PL-6	REGINA	Fi.	lha	Cancelar (
DP-11/68	ALZIRA DOS SANTOS MAGALHÃES	Taq.Debates	PL-4	GALDINO e MAGNUS	Fi	Lhos	Novembro/67
DP-46/68	MILTON PEREIRA DE SANT'ANA	Linotipista	FT-2	MARTA -	Fil	Lha -	Janeiro/64
DP-1053/67	DYRNO JURANDIR PIRES FERREIRA	Assessor Leg.	PL-2	maria josé franku Pires ferreira	IN Esp	ុំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំំ	Restabelecer a partir de fevereiro/67
DP-48/68	CLAUDIO VITAL REBOUÇAS LACERDA	Aux.Sec.	PL-11	CLAUDIO	Fil	ho	Janeiro/68
de	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma d	o artigo 160, item 9, da R	esolução n ^o	6, đe 1960:	·	-	
N.* Req.	ELEVIDOR	CARGO		BEPARTIÇÃO	TOTAL DIAS	OBSI	BVAÇÕES
DP-30/68 -	FERNANDO ESTEVAM DANTAS	Aux.Leg. P.	L-10 P.1).F.	502	Exceto :	licenaça esp <u>e</u>
DP-26/68	ADOLFO ERIC DE TOLEDO	Orientador de l quisas Leg. Pl		reit o	263	Todos e	feitos legais
DP-28/63	CLOVIS CORREA PACHECO	Radiotécnico A		reito	305.	Todos e	feitos legais
DP-54/68	MARIA HELENA TAVEIRA DIAS	Taq.Debates P	C-4 T.E	r.R.	3976	Todos e	feitos legais
DP-912/67	ERNESTO SERGIO SETTA	Aux.Limpeza P	C-15 Exé	reito	327	Todos e	feitos legais

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, item 18, 35 e 37, e 270, nº I, da Resolução nº 6, de 1960:

N.º Boq.	SERVIDOR	CARGO	PERTODO	TOTAL DIAS	OBSERVAÇÕES
DP-21/68	MARIA ELIZA NOGUEIRA LODDO	Of.Bibliotecário PL-5	22/12/67 a 22/4/68	4 meses	Licença gestante.
DP-50/68	JOÃO ALVES MANGUEIRA	Aux.Lavador de Auto- móvel PL-14	19 a 29/1/68	11	Tratamento de Saúde.
DP-714/6 7	HELIO FRANCISCO ROSA	Servente PL-14	28/7 a 4/8/67		Indeferido, por não juntar atestado médi co oficial.
DP-74/68	WALTER BATISTA LAGE	Aux.Sec. PL-11	15 à 26/1/68	12	Tratamento de saúde
. 0	IVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº	6, de 1960:			
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
N.º Req.	SERVIDOR	CARGO	ASSUNTO		OBSERVAÇÕES
	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO		ASSUNTO	/11/67	
N.º Req. DF-23/68 DF-07/68	<u> </u>	Aux.Leg. PL-10	1		Provas na Universidad Provas na Universidad
DÝ-23/68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO	Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-7	Abono do dia 23	/11/67 17.21	Provas na Universidad
DF-23/68 DF-07/68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO	Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-7 Aux.Leg. PL-10	Abono do dia 23 Abono do dia 29 Abono dos dias	/11/67 17, 21, 67	Provas na Universidad Provas na Universidad
DP-23/68 DP-07/68 DP-09/68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO WILON WANDER LOPES	Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-7 Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9	Abono do dia 23 Abono do dia 29 Abono dos dias 24, 27.e 28/11/	/11/67 17, 21, 67 func.	Provas na Universidad Provas na Universidad
Df-23/68 DF-07/68 DF-09/68 DF-5/N-68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO WILON WANDER LOPES PAULO JORGE CALDAS PEREIRA	Aux.Leg. FL-10 Aux.Leg. FL-7 Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9 Opr.Telex PL-11 Orientador de Pesqui-	Abono do dia 23 Abono do dia 29 Abono dos dias 24, 27.e 28/11/ 2ª via carteira	/11/67 17, 21, 67 func. func.	Provas na Universida Provas na Universida
Df-23/68 DF-07/68 DF-09/68 DF-S/N-68 DF-S/N-68	LEONARDO GOMES DE CARVALHO L. NETO VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO WILON WANDER LOPES PAULO JORGE CALDAS PEREIRA EMÍLIO DOS SANTOS VIEIRA	Aux.Leg. FL-10 Aux.Leg. FL-7 Aux.Leg. PL-10 Aux.Leg. PL-9 Opr.Telex PL-11 Orientador de Pesquisas Leg. PL-4	Abono do dia 23 Abono do dia 29 Abono dos dias 24, 27 e 28/11/ 2ª via carteira 2ª via carteira Abono dos dias	/11/67 17, 21, 67 func. func.	Provas na Universida Provas na Universida Provas na Universida

Diretoria do Pessoal, em 6 de fevereiro de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal. Publique-se em 6-2-68. — Evandro Mendes Viana, Diretor Geral.

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, DEFERIU os seguintes requerimentos:

de SALARIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, ilem 35, da Resolução nº 6, de 1960:

N.º Req.	SERVIDOR	CARGO	DEPENDENTE(S)	GRAU DE PARENTESCO	INICIO
DP-20/68	MARIA ELIZA NOGUEIRA LODDO	Of.Bibliotecário PL-	5 CAROLINA	Filha	Dezembro/67
DP-39/68.	MANOEL PINHEIRO DE MOUHA	Continuo PL-1	2 Jose	Filho	Novembro/67
DP-S/N-5 8	ALCEBÍADES FERREIRA	Ajd.Porteiro PL-7	NILCÉA	' Filha	Cancelar
DP-58/68	JOÃO FLORENCIO CAVALCANTE	Aux.Limpera PL-1	JANDIRA MARIA CA- VALCANTE	Espõsa	Outubro/67
DP-45/68	VITAL XAVIER DE LIMA	Continuo FL-1	MARILDA	Filha	Dezembro/67
DP-945/67	JOAQUIM FIRMINO DE MELO	Ascensorista PL-1	MARIA SIDÉRIA	Filha	Março/67
PP-61/68	LEIL AZEVEDO GOMES	Contínuo PL-1	ieilson	Filho	Jameiro/68
DP-72/68	HENRIQUE JULIO DE CARVALHO FERREI- RA	Orientador de Pesqui- sas Leg. FL-4	NEUZA ARNAUD FER- REIRA	Espôsa	Janeiro/67
de.	AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do	urtigo 160, item 9, da Resolução	s ^o 6, de 1960:		
N.* Heq.	SERVIDOR	CARGO		OTAL OBSE	RVAÇOES
DP-29/68	HENRIQUE JULIO DE CARVALHO FERREI- RA	sas Leg. PL-4 1	N. da Indústria e Comércio — AM 4	l6 Tolos e	feitos legsis
DP-33/68	RUBENS DO PRADO LEITE	Red.A.Doc.Parlamen- tares FL-2	Prefeitura Munici- 7 pal de Carmópolis		
DP-27/68	PAULO DE TARSO B. GOUVEIA DE BAR- ROS	Red.A. voc.Parlamen- tares PL-2	Universidade Fede- 7		para fins de ais enquanto erino:

, D/\	DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resulução nº 6, de 1960:								
N.º Req.	SERVIDOR	CARG	0	-ASSUNTO	ORSERVAÇÕES				
DP-1044/67	CLAUDIO ANTONIO DE ALMEIDA	Aux. Sec.	PL-11	Abono dos dies 27, 28 e 29/11/67	Provas na Universidade				
DP-76/68	- HENPIQUE SIQUEIRA TILLMANN	Aux.Leg.	PL-10	Abono dos dias 20/11/67, 29 e 30/1/68	Provas na Universidade				
DP-92/68	JOSÉ BENEDITO BRANDÃO	Aux.Limpeza	PL-14	Férias-exerc. 1967	De 29/12/67 a 27/1/68				

Diretoria do Pessoal, em 7 de fevereiro de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

Publique-se em 7-2-68. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral.

MESA

- Moura Andrado - 3º Secretario (MDE - AM)
(MDE - AM)
4º Secretario - Cattete Pinheiro -Presidente (ARENA - SP) 1. Vice-Presidente – Nogneira da (ARENA PA)

Gama – (MDB – MG)

1. Supiente – l' Supiente - Attilio Fontana -2 Vice-Presidente - Gilberto Ma-rinho - (ARENA - GB) (ARENA - SC) 2 Suprente - Guido Mondin --1º Secretario - Dinarte Mariz -3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB - MA) 4º Suplente — Raul Gluberti — 29 Secretario - Victorino Freire -Rau Gluberti -(ARENA - ES) (ARENA - MA)

Liderança

DO GOVERNO.

Lider - Daniel Kriegel - (ARENA - RS) Vice-Lideres:

Paulo Sarasate (ARENA - CE) Eurico Rezende - (ARENA (ES)

• , DA ARENA Lider - Filinto Muller - (MT)

DOMDB

Vice-Lideres:

Lider - Aurélio Vianna - 'GB) Vice-Lideres:

Wilson Gongaives (CE) Antônio Carlos - (SC) Rui Palmeira - (PB) Manoei Vilaca — (IRN) Vasconcellos Tôrres —

Bezerra New - (MT)

Adalberto Senna - (ACRE),

Line de Matos - (SP)

COMISSÃO DE ACRICULTURA

(7 membros).

COMPOSICAO

Presidente: Jose Ermirio Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

SUPLENTES Atulto Fontana

José Feliciano Ney Braga João Cicophas Teotonio Vilela Júlio Leite

Leanuro Maciei Benedicto Valladares Adolpho Franco Sigefredo Pacheco

MDB

Aurėlio Vianna Pedro Ludovico _ José Ermirio Mários Martins

Secretario: J. Ner Passos Dantas. Reuniões Quartas-feiras às 16 horas.

~ (RJ)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros) COMPUSIÇÃO

Presidente: Milton Campos Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA -

SUPLENTES

Milton Campus Antonio Carlos Antonic Cartos
Aloysto de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gongalves
Petrônic Portela
Carlos Landenberg
Rui Palmeira

TITULARES

Vasconcelos Torres Danie. Krieger Benedicto Valladares Alvaro Mala Lobão da Suveira Jose Feliciano Menezes Pimentel Leandro-Maciel

Antônio Balbino Bezerra Neto Josaphat Marinho Aaráo Steinbruch Aurélio Vianna Mário Martins

retaria: Maria Helena Bueno Brandão - Of. Legislativo - PL-6. Reuniões: quartar feiras às 16 noras. Mecretaria:

COMISSAO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Memoros)

COMPUSIÇÃO Presidente: João Abrahão Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTER

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Attilio Fontana

Benedicto Vallacares Adolpho Franco Arnon de Melo Jose Leite Melle Braga MDB Adalberto Sena Lino de Mattos

João Abranão Aurélio Vianna Secretário: Alexardre Mello.

Reuniões: Têrçes-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

19 Memprosi

COMPOSICAO

Presidente: Carvalho Pinto

TITULARES

Vice-Presidente: Mario Martins

-- : ARENA -

Carvalho Pinto Carlos Lindenberg Julio Leite Teotonio Vueta Domicio Gondim Leandro Maciel

José Leite João Cleofas Duarte Pubo Sigefreco Pacheco Filinto Müller Paulo Torres

SHPLENTES

MDB

José Ermirio Josaphat Marinho João Abrahão

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

Secretaria: Claudio Carlos Rodrigues Costa Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros) COMPOSICÃO

Presidente: Menezes Pimentel Vice-Presidente: Alvaro Maia

AHENA

'TITULARES

Menezes Pimentel Mem de Sa Alvaro Mais Duarte Filho Aloysio de Carvaiho

menedicto Valladares Antonio Carius Sigefredo Pacheco Teotonio Villeia Petronio Portels

SUPLENTES

MDB

Adaiberto Sena Lino de Mattos

Antônio Baibino Josephat Marinho

Secretario: Claudio Carlos Rodriguez Costa Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANCAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figuetredo Vice-Presidente: Paulo Sarasate ARENA

TITULARES

João Clevias Mem de Sa Jose Leite Leandro Maciel Manoel Villaça Clodomir Milet Adolpho Franco Sigefredo Pacheco Paulo Sarasate Carvalho Pinto Fernando Correa

José Guiomard. Damel Krieger Petronic Portela Attilic Contana Julio Leite Mello Brags Carlos Lindemberg Ceise Ramos Teotonic Vileia Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo Bezerra Neto Oscar Passos Arthur Virgilio

Josaphat Marinho Jose Ermirio Lino de Mattos Pessoa de Queiroz

Secretario: Hugo Rodrigues Figueiredo. Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(MEMBROS) COMPOSIÇÃO

Presidente. Ney Braga

- Vice-Presidente: Antonio Balbino

ARENAL

TITULARES

STIPLENTES

Nev Braga Attilio Fontana Adolpho Franco Domicio Gondim João Cleophas Júlio Leite José Cândido Rui Paimeira Arnon de Melo Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz Pedro Ludovico José Ermirio Pedro Ludovico Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6. Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente; José Cândido

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Petronio Portela Domicio Gondim Alvaro Mala Jose Candido Mello Braga Julio Leite José Guiomaru José Leite Lobão da Siveira — Manoei Villaça Celso Ramos Duarte Filho

MDB

Aarão Stembruch Rui Carneiro Arthur Virgilio Bezerra Netto Mário Martins Adalberto Sena

Secretário: Cláudi I. C. Leal Neto Reunióes: Parças-feiras as quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinh,
Vice-Presidente: Domicio Gondin

AHENA

TITULARES

SUPLENTE

Domicio Gondin José Leite Celso Ramos Paulo Forres Carlos Lindenberg José Feiicianc Mello Braga José Guiomard Vasconcellos Förre, Rui Palmeira

Josaphat Marinho

Agrão Steinbruch

Argemuro de Figueiredo

Secretario: Ciáudio I. O. Leal Neto Reunioes: Quartas-feires, as quinze noras.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SÉCAS

M D B

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

SUPLENTES

Rui Paimeira Manoei Villaça Clodomir Miler Júlio Leite Duarte Fillo Menezes Pimente Josè Leite Domicio Gondin Leandro Maciel Petrônio Portela

MDB

Rúi Carneiro Aurélio Vianna Pessoa de Quetroz Argemiro de Figueiredo

Secretario: Claudio I. O. Leal Neto

Reunides: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg
A R E N A

TITULARES!

STPLENTS

Wilson Gonçaives
Paulo forres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurice Rezende

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franc
Rus Palmeira
Petronio Portels
Clodomir Milet

MDB

Jose Ermirio Lino de Mattos Josephat Marinho Antônio Balbino Aurélio Vianna Asrão Steinbruch

Secretario: Afranio Cavalcanti Mello Junior Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS).

OCMPOSICAO:

Presidente: Jose Feliciano
Vice-Presidente, Teotônio Villela

ARENA

TITULARES

SUPLENTES

Teotônio Villeia António Carios Jose Feliciano Lobao da Silveira Felinto Muller Mem de Sá Jose Leite Jose Gutomard Bezerra Neto

MDB

Secretário: Mário Neison Duarte Reuniões: Quintas-feiras, as 16 hora:

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSICÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pesosa de Queiroz

AREN

Benedicto Valladares Meinto Mulier Aloysio de Carvalho Antonio Carios Jose Candido Arnon de Meio Mem de Sa Rui Palmeira Alvaro Mala
Fernando Corrêa
Ceiso Ramos
Wilson Gonçaives
Jose Guiomard
Jose Leite
Clodomir Milet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiro: Aarao Steinbruch Mario Martins Pedro Ludovico Aurélio Vianna Argemiro Pigueiredi

Secretario: J. B. Castejon Branco Reuniões: Quartas-feiras, as 16 noras

COMISSÃO DE SAUDE

(5 MEMBROS)

COMPOSICÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco Vice-Presidente; Manoei Villaça

ARENA

TITULARES

SUPLENTS

Sigefredo Pacheco Duarte Fubo Fernando Corres Manoel Villaça

Júlio Leite Clodomir Millet Ney Braga José Cándido

Pedro Ludovico

MDB

Adalberto Sena

Secretario: Alexandre Mellio Reuniões: Têrças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SECURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres dice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TTTULARD

Paulo Torres
José Guiomaro
Sigetredo Pacheco
Ney Graga
José Cândido

Attilio Fontana Adolpho Franco Manoel Villaça Mello Braga Júlio Leite

STEPASATEDS

DB

Oscar Passos Mario Martins Adalberto Sena Podro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PUBLICO CIVIL

TOMPOSIÇÃO

(7 memoros)

Présidente: Vasconcelos forres Vice-Presidente: Arnon de Meio

ARENA

SUPLENTES

TITULARES Vasconcellos Forres Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Panio Forres
Jose Guiomard

José Feliciano Antonic Carlos Manoei Viliaça Menezes Pimentel Celso Ramos

MDB

Lino le Mattos Aarão Steinbruch

Arthur Virgilio Acalberto Sena Secretario J. Ney Passos Dantas Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PUBLICAS

(à membros) COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Leite Vice-Presidente: Lino de Matos

ARENA

TITULARE

José Leite Ceiso Ramos Arnon de Meio Attilio Fontana

José Gulomard Petronio Portela Domicio Gondin Carlos Lindenberg MDB

டம் de Mattos

Arthur Virgilio

Secretaria: Carmelita de Souza Reuniões: Quintas-teiras, as 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard Vice-Presidente: Ciodomir Milet

ARENA

SUPLENTES

José Guiomard

Lobão da Silveira

Fernando Correa

Jose Feliciano

Clodomir Milet

Filinto Muller

Alvaro Maia -

Sigefredo Pacheco

Adalberto Sena.

Oscar Passos

Secretario: Atexandre Mello

Reuniões: Terças-teiras às 15:00 horas.